

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O museu atrás das grades: A Reserva Museológica do Estabelecimento Prisional de Lisboa

Patrícia Sofia Correia de Almeida

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura com Ramo em Museologia

Orientadora:

Professora Doutora Nélia Susana Dias, Professora Associada com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

O museu atrás das grades: A Reserva Museológica do Estabelecimento Prisional de Lisboa

Patrícia Sofia Correia de Almeida

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura com Ramo em Museologia

Orientadora:

Professora Doutora Nélia Susana Dias, Professora Associada com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2021

Don't go to a museum with a destination.
Museums are wormholes to other worlds.
They are ecstasy machines.
Follow your eyes to wherever they lead you,
stop, get very quiet,
and the world should begin to change for you.

- Jerry Saltz

Agradecimentos

Depois de um caminho longo e atribulado, este trabalho chega finalmente ao fim e ainda nem consigo acreditar que consegui. Este trabalho não seria possível sem o apoio de todos os que estiveram ao meu lado durante este percurso.

Quero agradecer à minha orientadora, a Dra. Nélia Dias pela paciência e dedicação mesmo quando as coisas pareciam não correr bem. Este trabalho não teria sido possível sem os seus valiosos conselhos e indicações que me guiaram para o caminho certo.

Agradeço a toda a equipa da Divisão de Documentação e Arquivo Histórico da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), em especial à Dra. Cristina Maria Pires dos Santos que apesar da falta de tempo e recursos humanos conseguiu colaborar para este trabalho. Ao Dr. Paulo Adriano pela sua colaboração; pelos anos dedicados ao estudo do património penitenciário português e pelo papel essencial na salvaguarda do património da DGRSP. Agradeço igualmente à Dra. Pilar Miguel, que apesar de não ter conseguido contribuir diretamente para este trabalho, me orientou durante o meu estágio na Reserva Museológica e cujos ensinamentos tiveram um grande impacto nesta dissertação.

À minha família, em especial à minha mãe que muitas vezes aguentou os meus desabafos e me impediu de desistir e ao meu pai que sempre me deu força para continuar. Aos meus avós que estiveram sempre lá para mim e ao meu padrinho e tia Cristina que sempre me incentivaram a estudar e a nunca desistir dos meus objetivos.

Ao Farripas, que leu e releu as palavras que se seguem tantas vezes que penso que conhece a minha dissertação melhor do que eu própria. Agradeço também pela sua paciência inesgotável para ouvir os meus desabafos e frustrações.

Ao Miguel, que me obrigou a seguir em frente e me mostrou que mesmo nos piores momentos, desistir não era opção. Obrigada pelas vezes que ‘me deste na cabeça’ e por todas as vezes que me acalmaste quando entrava em pânico e tudo parecia tão negro.

A todos os que me apoiaram e me ajudaram a ultrapassar esta fase, um sincero obrigado!

Resumo

A Reserva Museológica (RM) da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), localiza-se no interior do Estabelecimento Prisional de Lisboa e tem como missão a salvaguarda da memória material e imaterial desta instituição. O processo de recolha de objetos iniciou-se em 2010 e atualmente o acervo conta com milhares de objetos que nos permitem conhecer a história da DGRSP bem como a história penal portuguesa.

Neste trabalho irei explorar os contextos histórico e organizacional/institucional da RM, recorrendo de bibliografia sobre outros museus similares existentes fora do contexto nacional. Irei igualmente analisar este importante espaço de conhecimento através da apresentação da sua localização, as condições dos espaços e exposição do método de trabalho utilizado pela sua equipa. Por fim, será abordado o futuro da RM através da apresentação de um programa museológico com vista à futura musealização deste acervo. Este museu permitiria a divulgação e fruição deste importante património, bem como um possível envolvimento dos reclusos e jovens internados em centros educativos no âmbito do seu processo de formação e posterior reinserção social.

Palavras-Chave: Reserva Museológica; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Museu Penal; Reinserção Social; Estabelecimentos Prisionais

Abstract

The museum storage collection of the Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), is located inside the Estabelecimento Prisional de Lisboa and its mission is to preserve the material and imaterial memory of this institution. The process of collecting objects started in 2010 and today the collection has thousands of objects of museological interest that can also teaches us about the Portuguese penal history.

In this dissertation I will explore the contexts surrounding the museum storage collection by presenting some similar museums (based on bibliography) and by providing some historical and organizational contexts. I will discuss the RM's location and physical conditions and then I will explore the working methods used by its team. Finally, I will analyse the future of the reserve and propose a museological program hoping it acts as an incentive for a future development. This museum could not only pave the way for divulgation and fruition of this heritage but could also involve the convicts, especially the younger ones, through art submissions or curatorial programs. This involvement can contribute to convicts' professional qualification and also help with their social reintegration.

Key words: Museum storage; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Penal museum; Prison Museum; Social Reintegration; Prisons

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
1.1. Contexto do projeto	1
1.2. Objeto de estudo, questão de investigação e definição de objetivos	1
1.3. Estrutura do trabalho	3
1.4. Metodologia de Investigação	7
Capítulo 2. Enquadramento e criação da Reserva Museológica	11
2.1. Os museus da prisão	11
2.2. Enquadramento histórico e organizacional	18
2.2.1. As Instituições Penais em Portugal	19
2.2.2. Evolução do Ministério da Justiça	25
2.2.3. A reinserção social em Portugal	25
2.2.4. A Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	26
2.3. A consciencialização para a importância do património	31
2.3.1. <i>Penitenciária Central de Lisboa: A Casa do Silêncio e o despontar da Arquitetura Penitenciária</i>	31
2.3.2. Proposta para a salvaguarda do património da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	32
Capítulo 3. A Reserva Museológica	39
3.1. Localização, espaço e condições de acesso	40
3.1.1. O Estabelecimento Prisional de Lisboa	40
3.1.2. O Arquivo Histórico do Estabelecimento Prisional de Lisboa: Condições dos Espaços de Armazenamento	
3.1.3. Condições de acesso à Reserva Museológica	52
3.2. Método da Reserva Museológica	53
3.2.1. O Manual de Procedimentos da Reserva Museológica	54
3.2.2. O procedimento de incorporação	54
3.2.3. O tratamento e inventariação do objeto	56

3.2.4	A constituição do acervo	61
3.2.5.	Importância do Património Imaterial	67
Capítulo 4. A visita ao Centro Educativo da Bela Vista e o futuro da Reserva		
Museológica		69
4.1.	O Centro Educativo da Bela Vista	69
4.1.1.	A justiça de menores em Portugal e o papel das oficinas	71
4.1.2.	A coleção da oficina de sapateiro	75
4.2.	Divulgação e fruição da Reserva Museológica	80
4.2.1.	Política de Cedência de Objeto	81
4.2.2.	Participação em exposições	81
4.2.3.	O Futuro Museu da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	84
4.3.	Considerações Finais	99
Fontes		101
Referências Bibliográficas		103
Anexos		105
Anexo A. Entrevistas		105
Anexo B. Modelo do Auto de Cedência		111
Anexo C. Fotografias - Limpeza e etiquetagem dos objetos		112
Anexo D. Fotografia - Centro Educativo da Bela Vista		112
Anexo E. Fotografias - Coleção de Sapateiro		113

Índice de quadros e Figuras:

Figura 3.1. – Planta da Penitenciária de Lisboa.	44
Figura 3.2. – Mapa do edifício do Arquivo Histórico e da sua localização no Estabelecimento Prisional de Lisboa	45
Tabela 3.1. – Classificação dos objetos da Reserva Museológica	60

Índice de Siglas:

CEBV – Centro Educativo da Bela Vista

DDA – Divisão de Documentação e Arquivo

DDAH – Divisão de Documentação e Arquivo Histórico

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DGSP – Direção Geral de Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

EPL – Estabelecimento Prisional de Lisboa

ICOM - International Council of Museums

MJ – Ministério da Justiça

RM – Reserva Museológica

CAPÍTULO 1

Introdução

O primeiro capítulo deste trabalho será dedicado, em primeiro lugar, ao contexto que levou à escolha do objeto de estudo, isto é, a Reserva Museológica (RM) da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) localizado no interior do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL). Seguir-se-á a apresentação da RM e da pesquisa levada a cabo (objetivos, estrutura da dissertação e metodologia utilizada).

1.1. Contexto do projeto

Até ao meu primeiro encontro com a RM da DGRSP, desconhecia o desenvolvimento de um plano de conservação do património desta instituição. O meu primeiro contacto com a RM ocorreu, ainda durante a minha licenciatura em Antropologia. No âmbito da Unidade Curricular de Antropologia do Crime, foi realizada com a professora Catarina Fróis, uma visita guiada ao EPL. Esta visita contemplou uma pequena apresentação da RM e do Arquivo Histórico. Nesta apresentação, realizada pelo Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano, foi-nos dito que estariam disponíveis para aceitar estagiários. Assim, durante o mestrado candidatei-me à realização de um estágio curricular na RM da DGRSP, candidatura essa que foi aceite. O estágio durou 3 meses e realizou-se entre os meses de março e maio de 2019.

Este estágio enriqueceu profundamente o meu conhecimento sobre museologia e mais especificamente sobre o património da DGRSP e fez-me compreender que deveriam ser efetuados mais esforços para a sua divulgação e fruição. Esses meses de trabalho, deixaram claro que seria muito importante dar a conhecer o trabalho realizado na RM e a importância deste património. Consequentemente, este trabalho foi elaborado como o meu contributo para atingir esse objetivo.

1.2. Objeto de estudo, questão de investigação e definição de objetivos

Irei começar por apresentar o objeto de estudo desta dissertação que será a RM da DGRSP, localizada no EPL, no interior do edifício do Arquivo Histórico da DGRSP. A RM é um importante espaço com vista a reunir, tratar, conservar e estudar a memória material e imaterial da DGRSP. No seu interior podemos encontrar um acervo constituído pelas mais variadas categorias de objetos, podendo todos constituir uma fonte de história desta instituição. A RM, juntamente com o Arquivo Histórico e Biblioteca da DGRSP, constitui a Divisão de Documentação e Arquivo (DDA), divisão esta que dentro da instituição, se classifica como uma unidade flexível, que atualmente não se encontra dependente de qualquer unidade nuclear.

Lamentavelmente, poucos dos que passam pelo imponente edifício do EPL, construído no séc. XIX, segundo as evoluções no direito penal da época, conhecem a sua história. Menor é ainda o número dos que sabem da existência no seu interior, de um acervo museológico rico em história, não apenas referente à DGRSP, mas ao direito penal.

Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu define-se como “(...) uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.”¹. A RM não é um espaço aberto ao público ou não dispõe de um espaço de exposições, não cumprindo assim todos os requisitos necessários para que se possa ser denominado um museu. A falta de divulgação da RM fica a dever-se principalmente à ausência de meios, quer monetários, quer humanos, dedicados à divulgação do trabalho aqui realizado. Pelo mesmo motivo, a criação de um espaço expositivo tem sido adiada.

O museu permite salvaguardar a memória de uma forma organizada, que permita não só a sua continuidade bem como a sua difusão. Como vários autores referiram, sem memória não há história, neste caso a história não só de uma instituição, a DGRSP, mas também do direito penal em Portugal. Esta necessidade ganha um maior destaque por se tratar de uma instituição bastante fechada sobre si mesma e por esse motivo, um local onde a difusão de informação se torna mais limitada. Uma dificuldade acrescida devido a todas as questões legais a si associadas. Sendo o acesso ao público e a transmissão de conhecimento um dos objetivos principais do museu, a abertura da coleção ao público seria um passo bastante essencial. Por conseguinte, tendo em conta a importância de transmitir a memória da DGRSP, o ponto de partida desta

¹ Definição adotada na 22ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em Viena, a 24 de Agosto de 2007. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> (consultada a 5 de junho de 2021)

dissertação será a seguinte questão de investigação: *É possível a elaboração de um projeto de musealização do acervo da DGRSP, que permita a sua divulgação e fruição, mas que seja também uma ferramenta de reinserção social de reclusos e jovens internados em centros educativos?* O *objetivo central* desta dissertação, será por isso, a projeção de um futuro espaço de exposição do acervo da RM que possa cumprir todos os requisitos do ICOM e da Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Um projeto deste tipo não seria possível sem o conhecimento das raízes históricas não apenas da RM, mas da instituição que representa, a DGRSP, e do estabelecimento em que se localiza, o EPL. Posto isto, o *objetivo secundário* deste trabalho será divulgar o trabalho da DDA e mais concretamente da RM, bem como compreender os contextos em que esta se insere no panorama do direito penal e qual o seu lugar no seio da DGRSP.

Este trabalho culminará no *objetivo central* desta dissertação - a projeção de um espaço museológico. Um espaço que permita expor o espólio da RM, mas que garanta igualmente a participação dos reclusos e dos jovens internados em centros educativos, como parte do seu projeto de educação e de posterior reinserção social. Será necessário ter em conta os padrões profissionais e éticos para a atividade em museus definido pelo ICOM e a nível nacional, proceder de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Para o planeamento deste espaço, será indispensável ter em consideração o trabalho desenvolvido em museus com a temática prisional ou penal e a bibliografia a estes associados, que constituem o tema da secção 1 do capítulo 2. É igualmente fundamental estabelecer as possíveis normas de funcionamento; as opções disponíveis para a sua localização e as condições desse espaço; os recursos disponíveis e por fim, a constituição do acervo e o estado da documentação do mesmo. A programação terá de ter em conta todos estes fatores, mas também a inclusão dos reclusos e jovens internados que referi anteriormente e que me parece ser imprescindível, tendo em conta que a educação e reinserção são os pilares do direito penal atual.

1.3. Estrutura do trabalho

Como referido anteriormente, o objetivo central deste trabalho será a projeção de um espaço expositivo que permita a divulgação e fruição do património da DGRSP e que cumpra todas as funções necessárias para que seja considerada um museu. Por isso, foi necessário iniciar este trabalho com um capítulo de exploração de Museus de Prisões e Museus Penais, através de um

levantamento bibliográfico que pudesse fornecer pistas sobre esta temática. Constituindo uma tentativa de compreender como se poderia desenvolver um futuro processo de musealização do acervo da DGRSP. Os conceitos *museus da prisão* e *museu penal*, juntamente com *turismo penal*, *turismo de prisão* e *turismo macabro* serão clarificados no início do capítulo 2, pois, serão de extrema importância para compreender as dinâmicas destes museus. Neste capítulo irei partir de abordagens restritas a um estudo de caso ou a nível nacional, até abordagens mais gerais dos conceitos acima explicitados. Focarei dois casos que mais se aproximam do meu estudo de caso, uma vez que se localizam ou localizaram no interior de prisões ativas. Em primeiro lugar, o Cell Block 7, que funcionava no interior da State Prison of South Michigan, mas que infelizmente encerrou no final de 2019. Este caso poderá ser visto como um exemplo das problemáticas deste tipo de museu. Em segundo lugar, o Angola Prison Museum na Louisiana State Penitentiary, uma antiga plantação de escravos transformada em prisão no ano de 1901, na que ficou conhecida como a prisão mais sangrenta dos EUA. Para além do museu, esta prisão atrai também visitantes com o Angola Prison Rodeo, que Melissa Schiff (2004) analisa através a teoria do Ritual e Performance e que Kathryn Gillespie (2018) examina à luz de questões raciais, colonialistas e antropocêntricas. Por fim, serão mencionados brevemente os museus relativos a prisões políticas. Estes museus apesar de existirem em Portugal, como o Museu do Aljube, não serão contemplados neste trabalho que incide sobretudo sobre as prisões de delito comum.

Com o contexto internacional estabelecido, passamos para a secção 2 do capítulo 2, que será focada na evolução das instituições penais. Não faria sentido referir a importância do património da DGRSP, sem primeiro analisar como as instituições penais se alteraram em conformidade com as mudanças no direito penal. Tornando-se o local onde a pena é cumprida e não o local onde se aguarda a decisão da aplicação de uma pena. Sem estas alterações, a prisão continuaria a ter este papel secundário que desempenhava até meados do séc. XVIII e, atualmente, não seria sequer possível mencionar os serviços prisionais. Sem esquecer os contributos de Beccaria, Howard e Bentham, que moldaram o direito penal, veremos como os vários regimes penitenciários influenciaram a arquitetura e a vida nas prisões. Em Portugal, a constituição de 1822 acrescentou novos e importantes critérios ao direito penitenciário, inspirados principalmente pelos ideais de Beccaria. Mas apesar das várias alterações legislativas, em pleno séc. XIX, as prisões portuguesas continuavam sem condições e em edifícios mal-adaptados. Apenas em 1867, com a reforma prisional de Barjona Freitas, assistimos à criação de três cadeias gerais penitenciárias em Portugal, sendo o EPL, cuja história

será aprofundada na secção 1 do capítulo 3, um desses estabelecimentos. Seguiram-se várias alterações ao longo dos anos, que culminaram no código penal de 1982, consolidado em 1995 e que se encontra atualmente em vigor. Antes de entrar na composição e organização da DGRSP será apresentado um breve resumo da evolução do órgão de gestão da Justiça, o Ministério da Justiça, do qual a DGRSP faz parte. A temática da reinserção, apesar de recente, pois, as discussões sobre o seu papel no sistema penal apenas começaram no início do séc. XIX, será igualmente analisada. Esta temática será importante porque os acervos da antiga Direção Geral de Reinserção Social, fazem parte da RM. A reinserção social, é também considerada um dos principais pilares do sistema prisional atual e será um dos fatores a ter em conta.

A secção 3 do capítulo 2 será dedicado aos primeiros esforços para a consciencialização da importância do património desta instituição. Lamentavelmente, apenas a partir de 2010 o património histórico dos serviços prisionais, conseguiu escapar do processo de apagamento de memória que há muito o assombrava. Os primeiros objetos foram reunidos no EPL, local onde a RM se encontra e o Estabelecimento Prisional de Alcoentre, teve um grande papel na conservação do património da instituição. Os esforços foram também traduzidos em várias exposições no interior da organização que permitiam divulgar o trabalho realizado. Por fim, há que referir a criação da Newsletter DDAH que apesar da sua existência efémera, atuou como um importante instrumento de divulgação. A análise desta Newsletter ocupará a última parte deste capítulo, tendo como objetivo servir como uma breve apresentação do trabalho realizado na RM, assunto que será explorado em detalhe no capítulo seguinte.

O capítulo 3 será o mais longo deste trabalho, visto que será dedicado extensivamente à RM. Começando por explorar a sua localização no imponente EPL, localizado no alto de Campolide, cuja evolução e importância histórica será brevemente analisada. A subsecção seguinte será dedicada ao edifício do Arquivo Histórico, onde a RM se localiza, expondo as características dos espaços e equipamentos disponíveis e qual a influência destes na conservação preventiva dos objetos. Estas características vão ser analisadas à luz de aspetos como a luz, humidade relativa, temperatura, infestações e manuseamento e acondicionamento adequado dos objetos. A segunda secção deste capítulo será dedicada ao método da RM, partindo do Manual de Procedimentos da RM que serve como um guia do trabalho no seu interior. Passarei à incorporação do objeto, que acompanhará o trajeto deste desde o seu local de origem até à chegada à RM. A subsecção seguinte será dedicada ao tratamento dos objetos, ou seja, os procedimentos adotados após a sua chegada, como a sua observação, limpeza,

manuseamento e necessidade de restauro. Segue-se a inventariação do objeto, onde será explicitado como é realizada a identificação dos objetos, o seu inventário e quais os dados que nele constam. O penúltimo subcapítulo será dedicado à constituição do acervo que permite constatar a grande variedade de objetos presentes, mas que nos permite compreender a importância deste património para a DGRSP. Para terminar este capítulo, é necessário referir um tipo de património que apesar de não ser visível, é bastante importante: o património imaterial.

Na primeira secção do capítulo 4, a metodologia de trabalho na RM descrita no capítulo anterior, será exemplificada através do trabalho de recolha realizado no Centro Educativo da Bela Vista (CEBV). Esta recolha decorreu durante o meu estágio curricular efetuado na RM. Será necessária uma análise da evolução da justiça de menores e do papel das oficinas nas instituições de detenção de menores, para que seja providenciado o contexto para uma das coleções recolhidas no CEBV. Esta coleção constituída por instrumentos e materiais da oficina de sapateiro deste centro educativo, permitirá compreender todo o percurso dos objetos, desde o seu local de origem até à sua acomodação na RM, assim como todos os procedimentos associados. O estudo desta coleção envolveu também um trabalho de pesquisa, que consistiu em entrevistas a um sapateiro que providenciou informação preciosa sobre os objetos que a constituem. Esta pesquisa mostra igualmente a importância da recolha oral, como uma excelente ferramenta de transmissão de conhecimento.

Para terminar, a secção 2 do capítulo 4 será focada na divulgação e fruição do acervo da RM da DGRSP. A primeira subsecção será dedicada à política de cedência de objetos, enquanto na subsecção seguinte serão apresentadas algumas exposições que contaram com a colaboração da DDA. Por fim, irei olhar para o futuro da RM, na tentativa de compreender como poderia ser projetado um espaço expositivo que permitisse a divulgação e fruição deste património. Para tal, será desenvolvido um programa museológico, tendo como base os itens referidos na Lei Quadro dos Museus Portugueses. Após a apresentação deste programa, será realizada uma análise SWOT que permitirá identificar quais os seus pontos fortes e fracos e quais as oportunidades a aproveitar e ameaças a ter em consideração.

1.4. Metodologia de investigação

Com a estrutura de trabalho exposta, será agora necessário explicitar qual a estratégia metodológica utilizada no seu desenvolvimento. Os primeiros passos prenderam-se com a escolha do caso a estudar e com a justificação desta escolha. Em seguida foi necessário decidir qual o tipo de metodologia a utilizar, neste caso a escolha recaiu sob a metodologia qualitativa. A metodologia qualitativa tornará possível um conhecimento mais aprofundado sobre o tópico ao mesmo tempo que a sua flexibilidade permite a alteração de conceitos ao longo do trabalho. Foi então necessário estabelecer os limites do que iria estudar e perceber em que área temática este caso se localizava para começar a desenvolver o estado de arte através da pesquisa bibliográfica. As entrevistas aos responsáveis foram o passo seguinte, numa tentativa de recolher mais informação sobre a história e funcionamento da RM e sobre a possibilidade da criação do museu. Seguir-se-iam as visitas à RM que me permitiriam observar a informação recolhida através das entrevistas e da pesquisa bibliográfica e perceber se a informação é válida. Iria proceder finalmente à comparação da informação recolhida através da pesquisa e entrevistas com a informação proveniente da observação direta obtida através do trabalho de campo, o que me permitiria começar a tirar conclusões sobre o trabalho realizado.

A Dra. Cristina Santos, responsável pela divisão, foi contactada no âmbito do meu pedido de acesso à RM. Após algum tempo de espera, a autorização para a entrada no EPL foi finalmente assegurada, compreendendo os meses entre março e junho de 2020. Os dados provenientes do estágio realizado na RM, iriam apenas ser utilizados como apoio, sendo que a informação seria completada com novos dados recolhidos durante estas novas visitas à RM e entrevistas com os principais intervenientes, neste caso a chefe de divisão, a Dra. Cristina Santos; o responsável pela criação da RM, o Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano e a responsável pela RM na altura, a Dra. Pilar Miguel.

Infelizmente, a pandemia do Covid-19, que se espalhou por todo o globo, veio alterar os planos da metodologia a utilizar para esta dissertação. Inevitavelmente, logo no início de março de 2020, a autorização para a entrada no EPL foi cancelada, devido à tentativa de contenção da pandemia do Covid-19. O mesmo aconteceu com as entrevistas planeadas, que não se puderam realizar em pessoa, tentando respeitar o distanciamento social.

Tendo em consideração a situação atual e tendo como prioridade a saúde e bem-estar dos intervenientes, não houve outra opção senão utilizar os meios de comunicação digitais. Assim,

foi necessário contactar os intervenientes por e-mail e esperar que aceitassem responder às perguntas enviadas por este meio. Foi por isso mantida a abordagem qualitativa anteriormente definida, excluindo as visitas ao interior da RM que se tornaram inviáveis. Felizmente, todos os intervenientes mostraram-se disponíveis para colaborar neste trabalho, mesmo tendo em conta o contexto atual.

Como não havia a hipótese de as perguntas serem feitas frente a frente o que permitiria perguntas muito mais abertas que dessem azo a uma ‘conversa’, foi necessário formular perguntas com um carácter muito mais fechado e muito mais concretas.² Algumas perguntas foram transversais aos três intervenientes, neste caso a pergunta sobre a antiguidade no cargo; a importância da RM para a DGRSP e algumas questões sobre a criação do eventual museu. Neste último caso, estas perguntas permitiam perceber se a hipótese da criação de um museu existiria desde o início da RM; que tipo de museu seria; quais as suas características; que tipo de público poderia estar interessado, e, quais as maiores limitações ao seu desenvolvimento.

As questões direcionadas para a Dra. Cristina Santos, como chefe de divisão, tiveram um cariz mais administrativo. Estas incidiram sobre o processo de transferência do objeto do seu local de origem para a reserva; quais as principais motivações dos investigadores que visitam a reserva e questões sobre o manual de procedimentos, através do qual o trabalho na reserva é organizado.

No caso do Dr. Paulo Adriano as perguntas recaíram mais sobre o início da RM, dado que este foi o responsável pela sua criação. Não poderia, por isso, faltar a pergunta sobre influências e inspirações, quer em casos nacionais ou internacionais, que pudessem servir de modelo para a criação da reserva. O Dr. Paulo Adriano foi questionado sobre as principais preocupações aquando da criação da RM e obstáculos encontrados. Houve igualmente a necessidade de colocar questões sobre iniciativas realizadas durante o tempo em que foi responsável pela RM, para que fosse possível traçar um histórico de iniciativas realizadas e perceber quais foram as suas características. Neste caso considere-se não apenas iniciativas realizadas pela RM, mas também o empréstimo de objetos provenientes da reserva para outras exposições.

No caso da Dra. Pilar Miguel, sendo que ela era a responsável pela RM na altura em que as questões foram enviadas, as perguntas incidam mais sobre o trabalho prático que é realizado atualmente na reserva. Foi necessário questioná-la sobre as iniciativas realizadas bem como

² Anexo A – Questões enviadas à Dra. Cristina Maria Pires dos Santos; Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano e Dra. Pilar Miguel.

sobre os planos para o futuro, assim como as limitações sentidas ao trabalhar numa organização com regras tão específicas. Foi igualmente pedido que caracterizasse a RM. Acrescentei algumas perguntas que me permitissem compreender melhor a composição do espólio da RM, ou seja, que objetos existem em maior número; que objetos se encontram em falta e que objetos são propositadamente deixados de fora. De forma a perceber não apenas os critérios de seleção dos objetos, mas se objetos sobre assuntos sensíveis como a punição física e tortura estão presentes no espólio ou se são propositadamente rejeitados. Outras perguntas incidiam sob o inventário e classificação dos objetos e sob uma coleção específica sobre a qual trabalhei, isto é, a coleção da oficina de sapateiro da CEBV. Após o envio das perguntas, fui informada de que a Dra. Pilar Miguel iniciou o seu processo de saída do seu cargo na RM devido à sua transferência para outra instituição, sendo que, as questões que lhe eram dirigidas acabaram por ficar sem resposta.

Com todos estes entraves, foi necessário debruçar-me sob a bibliografia existente sobre esta temática bem como as informações obtidas durante o meu estágio na RM. Assim, as notas do meu diário de campo resultante dos três meses de estágio na instituição e o relatório de estágio mostraram-se cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. A estes documentos juntaram-se várias legislações e referências bibliográficas ligadas aos museus da prisão e museus penais; direito penal de adultos e de jovens e museologia que me permitiram aprofundar estas temáticas. Foi também necessária a consulta de documentos referentes diretamente à DGRSP, à DDA e à RM, como os relatórios anuais da DGRSP; os dados estatísticos da DGRSP; as newsletters da DDA e o manual de procedimentos da RM; documento referente criação da RM; tabela de classificação dos objetos e tabela dos metadados do programa *collective access*, gentilmente cedidos pela equipa da DDA. A estas informações juntaram-se as respostas atenciosamente enviadas pelo Dr. Paulo Adriano e pela Dra. Cristina Santos às questões acima mencionadas.

CAPÍTULO 2

Enquadramento e criação da Reserva Museológica

Neste capítulo irei dar conta dos contextos em que se insere a Reserva Museológica (RM), começando pelo contexto dos museus da prisão e museus penais. Irei depois passar para o contexto da evolução das instituições prisionais em concordância com as mudanças no direito, chegando depois à organização da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e ao lugar da RM neste contexto. Por fim, irei debruçar-me sobre a criação da RM e primeiros esforços para o seu desenvolvimento.

2.1. Os Museus da Prisão

Tendo em consideração, que a RM não cumpre ainda a função de exposição e de acesso ao público que a tornariam num museu, um dos objetivos centrais é a constituição de um futuro museu da DGRSP. Por isso, para compreender melhor como poderia ser realizada a musealização da RM do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), há que saber em primeiro lugar que outros museus existem sobre o assunto e qual a literatura existente sobre eles, para que seja possível entender qual a relação entre museus e prisões.

Ao introduzir os termos *prison* e *museum* num motor de busca na internet, a quantidade de resultados que obtemos é enorme. Depois de visitar os websites destes museus de prisões, uma vez que a maioria dispõe de websites, consegui contabilizar 105 museus (excluindo museus de prisões políticas) que se localizam na sua maioria nos Estados Unidos da América. Mas não obstante este número de instituições, a investigação sobre este tipo de museus continua a ser limitada e muito concentrada nos Estados Unidos da América, Canadá e Reino Unido.

Antes de expor as investigações realizadas no âmbito desta temática, será necessário apresentar quais os termos nelas aplicados. Assim, entre os termos mais utilizados encontramos o *museu da prisão* (*prison's museum*) que é empregue maioritariamente para caracterizar museus em prisões, localizados no interior de prisões ativas que ainda cumprem a sua função original ou dentro de prisões desativadas, que deixaram de ser utilizadas como prisão e que são agora utilizadas para uma nova função. Este termo pode também ser utilizado para caracterizar

museus sobre prisões, ou seja, museus que têm como temática a prisão e que podem ou não se localizar dentro de uma prisão. O termo *museu penal*, que apresenta um sentido mais lato, referindo-se a museus sobre punição, podendo por isso, incluir museus sobre a história do sistema judicial de um país ou região, bem como os próprios museus de prisões. Para terminar, há apenas que mencionar os termos relacionados com a temática do turismo, que incluem o *turismo penal*, ou seja, turismo relacionado com punição que compreende todos os sítios relacionados com essa temática; o *turismo de prisão*, referindo-se às visitas a prisões ou a museus sobre prisões e por fim, o termo *turismo macabro/negro* (dark tourism) que remete para as visitas a locais associados com morte e sofrimento e que é necessário referir pela sua ligação próxima com locais de encarceramento.

Apesar do meu estudo de caso se localizar numa prisão em funcionamento e apenas ter encontrado dois exemplos que se encaixam nessa tipologia, penso que seja útil compreender as dinâmicas encontradas noutros museus de prisões, que se localizam em prisões desativadas. Há que referir que a nível nacional, a literatura existente foca-se apenas nas prisões políticas, questão que não irá fazer parte do meu trabalho, uma vez que me irei focar apenas em prisões de delito comum, pois, este é o caso do EPL. Estas prisões podem estar ativas ou desativadas e serão incluídos museus sobre a temática penal ou prisional que não se localizem num estabelecimento prisional. A maioria da literatura sobre museus de prisões, foca-se no estudo de caso de um só museu ou é circunscrita apenas a um país. Irei, por isso, começar por mencionar a literatura existente sobre museus de prisões nos Estados Unidos, Reino Unido, Turquia e Canadá, passando depois para considerações gerais em relação à temática.

Nos Estados Unidos da América, um dos casos explorado por Seth Bruggeman (2012), é o da Eastern State Penitentiary, um dos museus de prisões mais visitados no país, a seguir à ilha de Alcatraz e que se localiza na cidade de Filadélfia no estado da Pensilvânia. Segundo o autor, os museus de prisões colocam essencialmente a tónica na vida na prisão e raramente analisam as circunstâncias que levam os reclusos à instituição. O autor analisa igualmente a grande discrepância entre os reclusos, cuja maioria são de etnia negra e de uma classe social pobre e os visitantes deste museu da prisão, pessoas de classe média e alta e de etnia caucasiana. Parece existir, assim, uma disparidade em transmitir a mensagem da missão da prisão, pois, as pessoas que a visitam não a poderão compreender, porque pouco têm em comum com as pessoas que experienciaram a vida na instituição. Seria por isso, aos indivíduos que tiveram alguma relação com a instituição que a sua memorização poderia interessar acima de tudo.

No Reino Unido, Jennifer Turner e Kimberley Peters (2015) analisam o museu Galleries of Justice, localizado na cidade de Nottingham. A coleção do museu parte da história penal do Reino Unido, para analisar como os museus penais permitem ver o que está dentro de uma parte da vida social para muitos desconhecida, sem o compromisso de ter que lá permanecer mais do que o tempo necessário para a visita. No âmbito da visita ao museu, são realizadas várias performances que permitem aos visitantes fazer parte de uma experiência imersiva e tornarem-se parte do sistema penal britânico, participando numa viagem entre o passado e o presente da justiça penal no Reino Unido. Através destas performances, o museu adquire um papel de entretenimento, mas que é ao mesmo tempo educativo, dotando os visitantes de conhecimento de uma instituição tão central na sociedade, mas ao mesmo tempo tão longínqua das suas vivências.

Alana Barton e Alyson Brown (2015) tentam, por outro lado, compreender o fenómeno dos museus de prisões no Reino Unido de uma forma mais geral, analisando os websites deste tipo de museu. As autoras exploram como as representações dos media sobre a prisão foram absorvidas pela cultura popular e pela consciência coletiva, representações essas que contribuíram para que a prisão se tornasse mais visível para a sociedade. Mas convém lembrar que instituições como prisões, hospitais e asilos psiquiátricos sempre foram objetos de fascínio. Os autores dão como exemplo as visitas ao Bethlem Royal Hospital em Londres, ainda no séc. XVIII e as visitas de membros nobres da sociedade a prisões, para observar a aplicação dos novos modelos penais no séc. XIX. Ainda no final do séc. XIX, o navio *Success* é dado como o primeiro exemplo de um museu sobre a prisão orientado para o ‘turismo’. Esta exposição num navio foi concebida de maneira a captar mais visitantes ao apostar nos aspetos mais sensacionalistas da reclusão. Este navio, que foi apenas utilizado durante um curto período, foi transformado em museu e durante 55 anos exibiu a sua coleção pela Austrália, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Atualmente, o meio mais utilizado para estes museus se publicitarem é através de websites e a partir deles podemos analisar as representações da prisão utilizadas nesta publicidade. Segundo Alana Barton e Alyson Brown, os websites deste tipo de museu utilizam na sua maioria uma maneira similar de representar a prisão, através da iconografia popular estereotipada, em que o recluso é visto como o ‘outro aberrante’ e onde é apresentada uma narrativa de desenvolvimento da prisão, através da ideia de progresso da brutalidade do passado até ao sistema contemporâneo. Ao abrir o mundo da prisão ao público, este tipo de instituições

teria o potencial para clarificar os estereótipos e repor a verdade, mas não é isto que Alana Barton e Alyson Brown consideram que ocorre nos museus deste tipo. Este desafio aos estereótipos seria, por isso, algo a ter em consideração na projeção de um museu da DGRSP.

Na Turquia, Sevinç Aslan (2015) analisa a visita da prisão como uma forma de turismo macabro/negro através da análise na Sinop Fortress Prison localizada na cidade Sinop na Turquia e da sua relação com este tipo de turismo. A Sinop Prison, é conhecida por ser a prisão com mais história da Turquia, mas também por ter albergado no século XIX figuras turcas controversas e vários intelectuais. A Fortaleza onde se encontra a prisão remonta ao século VII antes de Cristo e apesar de se ter tornado oficialmente uma prisão em 1887, a sua história como sítio de encarceramento remonta ao século XIII. A prisão encerrou a sua atividade em 1997 e dois anos depois reabriu como museu. A autora analisa o conceito de dark tourism e as motivações por detrás deste tipo de turismo, estabelecendo depois a ligação com o turismo de prisões e mais concretamente com a Sinop Fortress Prison. Aslan refere que estes museus se publicitam como sendo uma atração turística e que a maioria tem o seu próprio website em que utilizam uma aproximação virada para o turismo macabro/negro para cativar este tipo de turista.

Neste contexto, parece-me necessário clarificar o conceito de turismo macabro/negro e perceber quais as suas aplicações. A primeira tentativa de identificar o fenómeno das visitas a sítios “negros” ou macabros, ocorreu na área de estudo do turismo com Chris Rojek, em 1993, que cunhou estes sítios como *Black Spots* ou *Fatal Attractions*. Três anos mais tarde, o termo *Dark Tourism* foi cunhado por J. John Lennon e Malcolm Foley, sendo analisado e categorizado no livro lançado em 2002 e intitulado *Dark Tourism- the attraction of death and disaster*. Lennon e Foley incluíram neste fenómeno as visitas a sítios de morte e desastre; as visitas a sítios de morte em massa ou individual; *as visitas a locais de encarceramento*; as representações ou simulações associadas com morte e por fim, as encenações e interpretações da morte. Sendo assim, desde as suas primeiras definições e categorizações, o turismo macabro/negro foi ligado aos locais de encarceramento. Há que referir a existência de outro conceito similar, o de *Thanatourism* cunhado também em 1996 por A. V. Seaton, que ganhou o seu lugar na literatura.

Jacqueline Wilson (2008) discute a maneira como os destinos de turismo penal, neste caso na Austrália, apresentam a história penal do país e analisa quais são as interpretações que os turistas constroem da prisão através do que lhes é apresentado. A autora apresenta a

problemática da distorção da história e reflete sobre o confronto entre a história real e maneira como ela é apresentada nos museus.

No Canadá podemos igualmente encontrar um grande número de museus penais, Kevin Walby e Justin Piché (2015) trabalharam com uma amostra de 45 museus, alguns em zonas mais rurais e outros em grandes cidades, mas todos com o tema da punição em comum. Os autores tentaram perceber, de que maneira a cultura popular molda a expectativa que o visitante tem da prisão e do sistema penal, e ao mesmo tempo como os museus dedicados à temática moldam a realidade, para que se encaixe nesta imagem pré-formulada pelo visitante.

Walby e Piché distinguiram quatro tipos de museus de história penal: os museus que se dedicam completamente à temática penal; os híbridos, onde há uma exposição sobre o assunto, mas cuja temática penal não é central; ‘Peer-in sites’, sítios mais pequenos ou com poucos objetos, que se podem ver ‘de passagem’ e os ‘Rare use sites’, sítios que ainda não foram transformados em museus, mas que podem ter exposições temporárias ou visitas por marcação. (Walby & Piché, 2015) Dentro dos museus a que Walby e Piché se referem como sendo híbridos, muito frequentes no Canadá, mas também com uma grande representação nos Estados Unidos da América, temos as ‘community exhibitions’, termo cunhado por Tammy Gordon no seu artigo de 2008 intitulado *Heritage, Commerce, and Museal Display: Toward a New Typology of Historical Exhibition in the United States*. As ‘community exhibitions’ são sítios criados pelas comunidades ou sociedades históricas para o consumo dos locais e de alguns turistas ocasionais, mas cujo objetivo principal não é o desenvolvimento turístico. Nestes casos, apesar de muitas vezes ser mantida a estrutura original da prisão e da existência de alguns objetos relacionados com a prisão que lá funcionou, a exposição prende-se com a história do condado em geral. Em alguns casos, é no antigo edifício da prisão que se pode encontrar as genealogias das famílias desse condado. As antigas prisões são utilizadas como um elo de ligação com a comunidade e uma maneira de conservar a sua história, o que explica a designação ‘community exhibitions’.

São dois os contextos que se encaixam no meu estudo de caso e que serão uma mais-valia para entender como se poderá desenrolar a transformação da RM num espaço expositivo. Um dos exemplos é o do museu Cell Block 7 que abriu em 2014, no antigo centro de receção da prisão na State Prison de Southern Michigan, mas que encerrou no final de 2019. A sua exposição contava a história dos 175 anos desde que a primeira prisão foi construída no estado

do Michigan, passando por todas as reformas ao longo de quase um século e meio, incluindo algumas exposições de arte relacionadas com a temática da prisão. O museu era gerido pelo Museu Ella Sharp de Jackson, que se encarrega de expor a história da cidade e a arte produzida pelos seus habitantes. O encerramento do museu deveu-se ao término de prazo da licença providenciada pelo departamento de correção do Michigan ao Museu Ella Sharp e aos custos de manutenção do museu, que se tornaram demasiado elevados para que esta colaboração pudesse ser renovada. Alguns objetos provenientes da exposição no museu Cell Block 7 encontram-se atualmente no Museu Ella Sharp.

O segundo exemplo, que felizmente ainda continua ativo é o do Angola Museum, que se localiza na Louisiana State Penitentiary, a maior prisão de segurança máxima dos Estados Unidos da América. O local começou por ser uma plantação onde trabalhavam os escravos e que tinha como nome Angola. Esta plantação foi comprada pelo estado do Louisiana em 1901 e transformada na que ficou conhecida como a prisão mais sangrenta do país. Esta alcunha resultou não apenas do seu passado escravagista, mas das condições desumanas em que os reclusos viviam e da violência extrema a que eram sujeitos. O museu foi inaugurado em 1997, com o objetivo de preservar a história penal do estado do Louisiana e encontra-se num edifício adjacente à prisão, mas dentro da sua propriedade pelo que as normas de acesso ao museu são rígidas.

No caso do Angola Museum, há que referir a realização do Angola Prison Rodeo, sobre o qual existem alguns estudos e que também se insere na temática do turismo penal. O primeiro Rodeo ocorreu em 1965 como meio de diversão para os reclusos, trabalhadores da prisão e habitantes locais, mas dois anos mais tarde, abriu para o público geral. Nos dias de hoje, o rodeo acontece durante domingos de outubro e num fim de semana de abril, decorrendo numa arena construída pelos próprios reclusos. O dinheiro angariado através da venda de bilhetes é utilizado para o fundo de bem-estar dos reclusos. A participação dos reclusos é completamente voluntária, mas como a maioria das atividades envolve prémios em dinheiro, a motivação para participar é elevada. À volta da arena encontram-se as bancas de comida bem como bancas de artesanato, onde os reclusos com historial de bom comportamento podem vender as suas peças de artesanato. As peças incluem: pinturas; joias e produtos em pele, como carteiras ou cintos. Estes produtos em pele são feitos com a pele dos bovinos criados para a alimentação da prisão. O rodeo cresceu enormemente a nível turístico, com atendentes a deslocarem-se vários quilómetros, para assistir ao espetáculo, tornando-se assim um ponto de turismo penal.

Melissa Schrift (2004) analisa o rodeo do Angola Museum através da teoria do ritual e performance. Segundo Schrift, assistir a este rodeo é uma forma de escapar às regras civilizacionais da modernidade e voltar à violência do primitivo. Este espetáculo é visto como uma herança dos espetáculos penais assentes na violência e permite aos turistas assistir a um teatro público que permite um voyeurismo sem sentimentos de culpa. A autora analisa a ridicularização dos reclusos através da figura do ‘cowboy condenado’, cuja inexperiência com gado é vista como motivo de troça e da sexualização, que neste caso pode ser notada através de uma das atividades bem como através da publicidade do evento. Na atividade em questão, a *Buddy Pickup*, um dos reclusos deverá montar um cavalo sem sela e controlá-lo de maneira que o seu companheiro que se encontra em cima de um barril possa subir e assim, cavalgarem até à linha de meta. A problemática prende-se no facto de que o recluso que sobe para o cavalo em segundo lugar, tem de se manter atrás do primeiro e abraçá-lo até chegarem à meta. Os movimentos dos dois homens podem sugerir atos homossexuais e é por isso, utilizado como motivo de chacota por parte do público. A mesma sexualização é visível num cartaz publicitário, em que é possível observar, uma ilustração de um touro com um dos cornos com uma forma fálica coberta de sangue enquanto um recluso está a ser atirado ao ar, tendo uma aparente mancha de sangue nas suas calças. A violência, que se encontra presente neste cartaz é uma parte integral do rodeo, principalmente devido à inexperiência dos reclusos que torna as lesões mais frequentes. A autora destaca duas atividades do Rodeo que demonstram a violência presente no espetáculo. Por um lado, a atividade *Convict Poker*, que consiste em quatro reclusos vendados e sentados no meio da arena com cartas na mão, sendo que o touro é libertado e investe sobre estes, o recluso que se conseguir manter no seu lugar é declarado como vencedor. Por outro lado, a atividade *Guts and Glory*, em que o recluso tem de remover um pequeno objeto que se encontra entre os cornos do touro, para poder sagrar-se vencedor o recluso tem não apenas de apanhar o objeto, mas também escapar à violência do animal.

Kathryn Gillespie (2018) analisa o rodeo do ponto de vista de problemáticas relacionadas com questões raciais, colonialistas e antropocêntricas. Uma das problemáticas encontra-se na localização da Angola Prison, numa propriedade que foi utilizada como plantação onde trabalhavam escravos, ficando por isso ligada a questões colonialistas. Estão igualmente presentes as questões do racismo, uma vez que a maioria dos reclusos são de etnia negra e as questões do antropocentrismo, referido através do binário homem/animal e da animalização dos reclusos.

Tendo apresentado estudos de caso focados nos Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, Canadá e Turquia, irei agora destacar estudos que abrangem os Museus da Prisão num sentido mais geral. Assim, no que diz respeito a uma análise que abrange vários contextos nacionais, há que referir o artigo de Michael Welch (2013) que através de uma abordagem comparativa, analisou a forma como cada museu mostra a história da punição. Em seguida, o autor analisou a influência da cidade envolvente na maneira como a história é contada, através dos exemplos de Buenos Aires, Melbourne, Sydney e Londres. Provando que, a maneira como cada museu conta a sua história, está condicionada pelo local em que este se localiza.

Jeffrey Ross (2012) tentou concretizar uma análise descritiva dos museus de prisões e desenvolver uma base de dados sobre este tipo de museu, conseguindo obter uma visão mais alargada. O autor argumenta que a maioria da literatura sobre o assunto apenas se foca em estudos de caso e não numa aproximação mais geral, sendo por isso urgente a realização de um estudo deste género. Com este propósito, o autor utilizou uma lista do website do Eastern State Penitentiary que continha 95 museus e realizou inquéritos aos seus responsáveis. Foram analisados museus de 17 países, mas a maioria dos museus (60%) localizavam-se nos Estados Unidos da América. A maioria destes museus localizam-se em prisões construídas no séc. XIX, com uma média de 118 anos de funcionamento e que se tornaram museus entre 1961 e 2010. O próprio autor reconhece as limitações de trabalhar apenas com os museus, a partir de uma lista de um website, mas é dos poucos textos que nos permite ter uma visão mais geral do fenómeno dos museus em prisões.

Para terminar, há que referir as prisões políticas transformadas em museus, assunto sobre o qual existe uma vasta bibliografia e que apesar de não estar diretamente relacionado com o meu estudo de caso, como mencionei anteriormente, são dignos de nota devido à sua existência em Portugal. Dois exemplos recentes dignos de destaque são: o forte de Peniche que é hoje o Museu Nacional Resistência e Liberdade e o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. No que diz respeito à literatura, há que destacar a dissertação de mestrado da investigadora Ana Rita Nunes Martins sobre a musealização de heranças difíceis, que toma como exemplo a nível nacional, a criação do Museu do Aljube e também a tese de doutoramento em curso da investigadora Joana Almeida.

2.2. Enquadramento histórico e organizacional

Com as relações entre museus, prisões e direito penal, apresentadas no capítulo anterior, parece-me importante agora focar a parte relativa aos estabelecimentos prisionais e quais as alterações

penais que levaram ao seu estado atual. Para isso é indispensável seguir as modificações que foram ocorrendo nos estabelecimentos prisionais, em sintonia com as alterações no direito penal. Começarei por apresentar as figuras com maior influência neste processo, passando depois para os sistemas penitenciários existentes para finalmente abordar o caso português. Esta temática ocupará a primeira parte desta secção.

Após a exposição da evolução das instituições prisionais, a segunda parte desta secção será dedicada à instituição responsável pelos serviços prisionais. Irei começar pela Evolução do Ministério da Justiça (MJ) ao qual a DGRSP pertence. Focando-me depois na questão da reinserção social, uma parte essencial da DGRSP atualmente. Por fim, será necessário apresentar a estrutura da DGRSP e explicitar como a RM se encaixa nesta organização.

2.2.1. As instituições penais em Portugal

Se recuarmos até meados do séc. XVIII, percebemos que a prisão era apenas o local onde o prisioneiro se mantinha encarcerado, até à execução do seu julgamento ou apenas utilizada como meio de coerção para o pagamento das devidas sanções ditadas pela sua pena. A prisão somente começou a ser utilizada como pena, a partir da segunda metade do séc. XVIII, em concordância com os ideais da época e dos enormes contributos de visionários como Cesare de Beccaria, John Howard e Jeremy Bentham. Figuras estas que desempenharam um papel importante na reforma das prisões e consequentemente na evolução do direito penitenciário.

O Tratado Dos Delitos e das Penas de Cesare de Beccaria, publicado pela primeira vez em 1764, é uma das obras que mais influência teve na mudança no modo de se fazer justiça. Como é referido na biografia do autor, esta obra

(...) faz-se porta-voz dos protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos, o juramento imposto aos acusados, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade ante o castigo, a atrocidade dos suplícios; estabelece limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; condena o direito de vingança e toma por base do direito de punir a utilidade social; declara a pena de morte inútil e reclama a proporcionalidade das penas aos delitos, assim como a separação do poder judiciário e do poder legislativo. (Beccaria, 2019, Biografia do autor).

Beccaria estabeleceu desta forma, as bases para muitas das alterações no modo de aplicação da justiça.

John Howard efetuou várias visitas a prisões na Grã-Bretanha, sobre as quais elaborou relatórios sobre as suas condições. Em 1774, com a apresentação destes relatórios à Câmara dos Comuns, conseguiu melhorar as condições das prisões na Grã-Bretanha. Howard considerava que as prisões deveriam ser controladas pelo Estado com a aplicação de um regime firme num ambiente saudável. Defendeu igualmente que o confinamento deveria realizar-se em regime solitário, com trabalho e educação religiosa. Howard estabeleceu, portanto, um novo modelo de prisões em que o objetivo da reclusão não era castigar, mas sim reformar e reabilitar.³ Estes conceitos tornaram-se nos pilares centrais da justiça penal atual.

Conhecendo bem as questões prisionais da época, o filósofo utilitarista inglês, Jeremy Bentham, projetou uma nova estrutura arquitetónica que as resolvesse, projeto esse que desenvolveu no seu livro *Panopticon or The Inspection-House* de 1791. Esta estrutura que Bentham denominou panótico, dispõe em vários níveis as celas numa forma circular, assim, estas estão sempre visíveis através do centro. A existência de grandes janelas permite também uma maior visibilidade. O controlo é por isso permanente, incutindo no recluso uma sensação de permanente vigilância e acompanhamento. O efeito mais significativo do panótico é, como salientou pertinentemente Michel Foucault "(...) induzir no recluso um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder." (Foucault, 2011, p. 231). Deste modo, o recluso não necessita de ser efetivamente vigiado, precisaria apenas de pensar que o está a ser. Bentham iniciou uma revolução no modo como as prisões devem ser edificadas e como podem ser geridas de uma forma mais eficiente. Em Portugal, o EPL, que abriu portas a 2 de setembro de 1885, foi a primeira prisão construída em Portugal, segundo as regras do panótico de Bentham. A evolução do EPL será explorada na secção 1 do capítulo 3 desta dissertação.

Como seria de esperar, a arquitetura prisional evoluiu com as necessidades resultantes dos regimes penitenciários adotados. Em 1790, é adotado o regime Filadelfiano ou Pensilvaniano que consistia no isolamento do recluso, de noite e dia, com alimentação e trabalho executado no interior da cela. Este regime exigia, por isso, uma arquitetura que possibilitasse esse isolamento. Os reclusos tinham de sair das celas com os capuzes penitenciários que lhes

³Informação obtida através da página do Parlamento britânico: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/laworder/policeprisons/overview/prisonreform/>

cobriam a cara e o silêncio teria de ser constante. Este regime foi implementado pela primeira vez na prisão de Walnut Street em Filadelfia, o que explica a sua denominação. O regime auburniano, implementado pela primeira vez na prisão da cidade de Auburn no Alabama em 1816, surge como uma tentativa de aperfeiçoamento do regime filadelfiano. Este regime consistia no isolamento noturno e na vida comum durante o dia, que possibilitava o trabalho em conjunto nas oficinas, mas sempre em pleno silêncio. (Lopes, 1993)

No início do séc. XX, assistimos ao nascimento de um terceiro regime denominado de regime progressivo. Este regime dividia a pena em sucessivos períodos, em que o tratamento do recluso se tornava progressivamente mais favorável, sendo a primeira fase cumprida em total isolamento, passando depois para um período em que os reclusos poderiam trabalhar juntos nas oficinas, chegando finalmente ao último período em que poderia existir comunicação entre os reclusos. (Lopes, 1993) Por fim, mais recentemente, surge o sistema em que o recluso entra desde o início no regime normal do estabelecimento e as regalias que recebe, só lhe são retiradas se não se mostrar merecedor, ou seja, se quebrar as regras do estabelecimento.

Após a apresentação da evolução dos sistemas penitenciários num sentido mais geral, irei agora focar-me no caso português. Para entender a evolução do direito penitenciário em Portugal temos a excelente descrição de José Guardado Lopes:

A um primeiro período em que vigoraram fundamentalmente os direitos visigótico, romano e canónico, os usos e costumes, as providencias reais sob a forma de leis, resoluções, cartas de doação e de foral, sucedeu o das Ordenações, primeiro as Afonsinas (aprovadas em 1446 ou 1447), a curto prazo revistas e corrigidas pelas Manuelinas (1521), por sua vez revistas e corrigidas pelas Filipinas (concluídas em 1595 mas só mandadas observar por lei de 11 de Janeiro de 1603), que, com algumas leis extravagantes, vigoraram no campo criminal, até ao código penal de 1852, e que só muito tardiamente foram totalmente substituídas com a publicação do código civil de 1867. (Lopes, 1993, p. 27)

A constituição de 1822, ainda que não mencionada neste excerto de José Guardado Lopes, trouxe ao direito penitenciário novos e importantes critérios. Nomeadamente ao impor que ninguém deverá ser preso sem culpa formada e ao instituir que toda a pena deve ser proporcional ao delito. É igualmente instituída a proibição da tortura, da confiscação de bens e outras penas consideradas cruéis como os açoites e marca de ferro quente. É declarado que as prisões devem

ser "seguras, limpas e arejadas, de sorte que sirvam para segurança e não para tormento dos presos"⁴, sendo por isso um dos primeiros documentos oficiais em que se demonstra preocupação com as condições das prisões portuguesas e pelos direitos humanos dos reclusos. Podemos observar uma pesada influência de Cesare Beccaria nomeadamente na proibição da tortura, na adequação da pena ao delito e na declaração de inocência até prova em contrário.

Há que mencionar a obra de João Fatela intitulada *O Sangue e a Rua: elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*. Nesta obra, o autor pioneiro no estudo da Antropologia da violência, analisa a história da delinquência, a maneira como esta foi socialmente interpretada e como foi juridicamente tratada. A análise é realizada através do estudo da sociedade portuguesa, dos anos 20 a 40 do séc. XX. Fatela afirma que a violência desaparece como prática cultural à medida que se constitui como prática delinvente. A violência é conseqüentemente 'desculpada' por ter sido cometida por um individuo delinvente que é remetido para a prisão. Supõe-se, então, que com o delinvente em reclusão, a violência desaparece da sociedade, mas encontra-se apenas oculta e continuará a estar presente de outras formas. Fatela afirma que em Portugal

(...) a ocultação da violência como prática cultural não pode ser dissociada do movimento jurídico-penal que, a partir do séc. XIX, tende a "escondê-la" no corpo do delinvente, enquanto o "esconde" a ele dentro da prisão, com o intuito de o corrigir. (Fatela, 1989, p. 14)

Michel Foucault comentou a passagem do regime anterior que assentava na violência, para uma nova forma de fazer justiça: "(...) em poucas décadas, desapareceu o corpo supliciado esartejado, amputado, simbolicamente marcado no rosto e nos ombros, exposto vivo ou morto, apresentado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal." (Foucault, 1987, p.14). A pena como espetáculo punitivo transforma-se agora num ato processual ou administrativo e a punição deixa de ser aplicada ao corpo e passa pela reabilitação da alma e espírito, através do trabalho e ocupação profissional, como referido por Foucault na obra *Vigiar e Punir*.

A constituição de 1822, que tanto acrescentou ao direito penal, é substituída apenas quatro anos mais tarde, pela carta constitucional de 1826⁵, que apenas é posta em prática, a partir de

⁴ Artigo 208º da Constituição aprovada a 23 de setembro de 1822.

⁵ Carta Constitucional de 29 de abril de 1826.

1834, com a vitória do Movimento Liberal. Seguiu-se a Constituição de 20 de março de 1838⁶, que apenas vigorou até 10 de fevereiro de 1842, voltando a ser utilizada a carta constitucional anterior. Todas estas legislações pouco inovaram ou acrescentaram às anteriores no que diz respeito às instituições penais. (Lopes, 1993)

Não obstante as alterações legislativas mencionadas acima, a verdade é que em pleno séc. XIX, os estabelecimentos prisionais continuavam com instalações e edifícios mal-adaptados e sem as mais elementares condições para a detenção. As providências legais, tomadas no início do regime liberal sobre a boa ordem e disciplina das cadeias não foram suficientes (Lopes, 1993). Apenas em 1843⁷ com a aprovação do Regulamento Provisório da Polícia das Cadeias de 12 de janeiro de 1843, surgiu a tentativa de compensar as deficientes condições das instalações prisionais, através do planeamento de uma utilização mais eficiente do espaço e melhoria das condições. Os reclusos foram distribuídos segundo os crimes praticados, a condição social, o sexo, a idade e o estado do processo.

Apesar de mencionada acima, a proibição de penas consideradas cruéis na Constituição de 1822, a pena de morte continuou a ser utilizada. Apenas trinta anos mais tarde, a 5 de julho de 1852⁸ é abolida a pena de morte para crimes políticos. Porém temos de esperar até 1867⁹, para que a pena de morte para crimes civis possa ser abolida. No entanto, sem que a legislação a proibisse, a pena de morte continuou a ser legal para crimes militares. A Constituição Portuguesa de 26 de agosto de 1911¹⁰, abole a pena de morte para delitos militares, mas esta é reintroduzida em 1916¹¹ no contexto da Primeira Guerra Mundial, para uso em contextos bélicos. Por fim, apenas em 1976¹² foi abolida a pena de morte na sua totalidade e para todos os casos.

A reforma prisional de 1867¹³ de Barjona Freitas previa a criação de três ‘Cadeias Gerais Penitenciárias’, duas para homens e uma para mulheres, a criação de cadeias distritais¹⁴ e de

⁶ Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 20 de março de 1838.

⁷ Regulamento Provisório de Polícia de Cadeias de 12 de janeiro de 1843.

⁸ Artigo 16º do Ato Adicional à Carta Constitucional de 5 de julho de 1852.

⁹ Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte em Portugal de 1867.

¹⁰ Número 22 do Artigo 3º da Constituição de 26 de agosto de 1911.

¹¹ Lei n.º 635/1916 de 28 de setembro.

¹² Artigo 25º da Constituição de 2 de abril de 1976.

¹³ Reforma Penal e de Prisões de 1867.

¹⁴ As cadeias distritais, recebiam reclusos com penas de prisão correcional superiores a três meses.

cadeias comarcas¹⁵ (Lopes, 1993). Foi adotado o regime pensilvaniano ou filadelfiano, para todos os tipos de estabelecimento e espécie de detenção. As cadeias construídas foram uma em Lisboa, outra em Santarém que foi entregue às autoridades militares e outra em Coimbra.

Segue-se a publicação do Regulamento das Cadeias Civas do Continente do Reino e Ilhas adjacentes de 1872¹⁶, que afirmava a competência do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça para superintender nas cadeias do reino.

Em 1901¹⁷, foi publicado o Regulamento das Cadeias Civas do Continente do Reino e das Ilhas adjacentes, que pretendia organizar um regulamento geral das prisões. Regeu a execução da pena de prisão até à publicação da organização prisional de 1936¹⁸, que pretendia estabelecer um esquema completo da organização prisional dos adultos, através de um sistema harmónico.

Com a implantação da República assiste-se a uma viragem para o regime auburniano. Ocorre a abolição do capuz, a substituição do trabalho nas celas pelo trabalho em comum e a substituição do isolamento total por um isolamento apenas noturno. Apenas o silêncio é mantido como característica central do funcionamento da prisão. (Lopes, 1993)

Em 1927, depois da ocorrência de um surto de criminalidade violenta em Portugal, foi instituído um regime progressivo¹⁹ bastante severo. A pena foi dividida em três períodos iguais, o primeiro de total isolamento, o segundo em que a separação era mantida, mas o trabalho tinha lugar nas oficinas e finalmente no terceiro os reclusos poderiam comunicar entre si. A severidade deste regime residia no facto de que o primeiro período poderia ser prolongado durante o tempo que fosse decidido e que os diferentes períodos teriam de ser cumpridos em prisões diferentes, não sendo por isso possível ao recluso alcançar estabilidade, uma vez que poderia ser transferido a qualquer altura. Em 1932, o regime progressivo tornou-se menos severo²⁰, permitindo a redução do primeiro período e o cumprimento dos diferentes períodos na mesma prisão. (Lopes, 1993)

Em 1936, surgiu um grande avanço no direito penitenciário através de uma reforma prisional²¹, que apresentou soluções modernas e inovadoras para as questões penitenciárias. O

¹⁵ As cadeias comarcas, recebiam reclusos com penas inferiores a três meses e reclusos preventivos.

¹⁶ Regulamento das Cadeias Civas do Continente do Reino e Ilhas adjacentes de 1872.

¹⁷ Regulamento das Cadeias Civas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes de 1901.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 26643/1936 de 28 de maio.

¹⁹ Decreto n.º 12549/1927 de 10 de novembro.

²⁰ Decreto n.º 20877/1932 de 13 de fevereiro.

²¹ Decreto n.º 26643/1936 de 28 de maio.

sistema progressivo foi dividido em quatro partes, em que as três primeiras se mantiveram como no regime anterior, mas na quarta fase o recluso teria a possibilidade de conseguir liberdade condicional. (Lopes, 1993) Dezoito anos mais tarde, ocorre a reforma penal de 1954, orquestrada pelo Prof. Cavaleiro Ferreira, que incluiu a introdução do regime jurídico da liberdade condicional, seguindo os passos dados pela reforma penal de 1936.

Por fim, é importante destacar o Código Penal de 1982 e a sua consolidação em 1995. Estas legislações apresentam alterações na duração da pena de prisão e pagamento de multas e continuam atualmente em vigor.

2.2.2. Evolução do Ministério da Justiça

Até 1821, a justiça era tratada pela Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino²² mas nesse ano, com o advento do liberalismo, a justiça uniu-se aos assuntos eclesiásticos e consequentemente foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça²³. Durante a Primeira República, aquilo que era a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça passou a ser denominado em 1910 como Ministério da Justiça²⁴. Quatro anos mais tarde, a denominação foi alterada para Ministério da Justiça e dos Cultos²⁵. Finalmente, em 1933, durante o Estado Novo, o ministério é reorganizado e a justiça torna-se autónoma dos cultos com a criação do Ministério da Justiça²⁶. Foi durante esta reorganização em 1933 que foi criada a Direção Geral de Serviços Prisionais (DGSP).

2.2.3. A reinserção social em Portugal

A reinserção social, que atualmente é tida como uma das temáticas com maior importância no âmbito penal, apenas se tornou motivo de preocupação no início do séc. XX. Lamentavelmente, foi necessário esperar 81 anos até que o Instituto de Reinserção Social (IRS) fosse finalmente criado.

²² Criada por D. João V através do Alvará de 28 de julho de 1736.

²³ Lei de 23 de agosto de 1821.

²⁴ Decreto de 8 de outubro de 1910.

²⁵ Decreto nº 1105/1914 de 26 de novembro.

²⁶ Decreto-Lei nº 22708/1933 de 20 de junho.

Um dos primeiros sinais da preocupação com a reinserção social é a criação do patronato em 1901²⁷. O objetivo desta instituição seria amparar os familiares dos reclusos durante a pena, bem como proteger e colocar os reclusos em postos de trabalho após a sua libertação. Esta ideia, que antevê o trabalho mais tarde realizado pela reinserção social, foi apenas posta em prática cerca de trinta e um anos mais tarde, através da publicação de um decreto de lei²⁸ que aprova em 1932, a criação da Associação do Patronato das Prisões. Mas mais uma vez, devido a esta problemática ocupar um lugar secundário, a Associação não desempenhou inteiramente o papel que lhe era proposto. Em 1936, a nova organização prisional²⁹ manteve a Associação e regulamentou-a. Finalmente, vinte anos mais tarde, a reforma da DGSP de 1956³⁰, criou o Fundo de Fomento e Patronato Prisional, que permitiu pôr em prática algumas das finalidades do patronato. (Lopes, 1993) O IRS foi apenas criado vinte e seis anos mais tarde com a reforma penal de 1982³¹. A partir desse momento, a temática da reintegração dos indivíduos reclusos torna-se mais patente. Como meio de evitar comportamentos desviantes e assim as reincidências “(...) procedeu-se à organização de programas e projetos específicos de apoio aos reclusos, consoante o tipo de crime, o estabelecimento que alberga o recluso e o “currículo” do indivíduo.” (Rosa, 2018, p.35) No que diz respeito ao tema da reinserção social, há que destacar o papel da Reforma do Código Processual Penal de 1987 e do Código Penal de 1995. Em 2007, o IRS é extinto, dando lugar à Direção Geral de Reinserção Social (DGRS).

2.2.4. A Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Em 2012, inicia-se o compromisso eficiência do XIX Governo Constitucional, cujo objetivo seria aumentar a produtividade das instituições, através da redução da estrutura organizativa que permitiria uma maior eficácia de atuação. Nesse sentido, foi criada a DGRSP, resultante da fusão entre a DGSP e a DGRS.³² Fruto da necessidade de repensar e reorganizar a estrutura do Estado, a criação da DGRSP viabilizou uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré-sentencial até à libertação e a sua posterior reinserção social. Possibilitou igualmente uma maior redução de custos devido

²⁷ Regulamento das Cadeias Civis do Continente do. Reino e Ilhas Adjacentes, aprovado pelo Decreto de 21 de setembro de 1901

²⁸ Decreto n.º 21175/1932 de 28 de março

²⁹ Decreto-Lei n.º 26643/1936 de 28 de maio.

³⁰ Decreto de lei n.º 40876/1956 e Decreto Regulamentar n.º 40877/1956 de 24 de novembro

³¹ Decreto-Lei n.º 319/1982 de 11 de agosto

³² Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro.

(...) à simplificação da estrutura a nível central e a racionalização da estrutura dos serviços desconcentrados, o reforço das equipas técnicas especializadas e complementares, a par do reforço de equipas técnicas especializadas e complementares, a par do reforço do investimento em sistemas tecnológicos facilitadores da ambicionada modernização administrativa, propiciadora de economias de escala significativas³³.

A DGRSP é um serviço central de administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa. A sua missão é de

(...) desenvolver políticas de intervenção criminal, de execução das penas e medidas de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e paz social.”³⁴

A DGRSP divide-se em serviços centrais, aos quais pertencem unidades orgânicas (nucleares³⁵ ou flexíveis³⁶) e em serviços desconcentrados³⁷ que são constituídos por: centros educativos; estabelecimentos prisionais e delegações regionais de reinserção. Pertencem também a esta estrutura as equipas de reinserção social dos centros educativos e das delegações regionais. Convém, por isso, esclarecer a missão de cada um destes serviços desconcentrados. Os centros educativos “(...) garantem a execução de medidas previstas na lei, visando a educação do jovem para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.”³⁸ A temática da justiça de menores será analisada na secção 1 do capítulo 4 desta dissertação. Os Estabelecimentos Prisionais “(...) garantem a execução de penas e medidas privativas da liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e paz social e a criação de condições de reinserção social de reclusos.”³⁹ As Delegações Regionais de Reinserção têm como principais competências⁴⁰:

³³ Preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro.

³⁴ Ibidem, Artigo 2.º.

³⁵ Unidades nucleares são as unidades principais que constituem a estrutura nuclear da DGRSP.

³⁶ As unidades orgânicas flexíveis são criadas, alteradas ou extintas por despacho do dirigente máximo do serviço, que definirá as respetivas atribuições e competências, observando o limite máximo previamente fixado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelo serviço.

³⁷ A desconcentração administrativa exige que as competências para a atribuição de funções de uma pessoa coletiva, sejam repartidas por diversos órgãos.

³⁸ Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro.

³⁹ Ibidem, Artigo 14.º.

⁴⁰ Ibidem, Artigo 15.º.

- a) Assegurar o acompanhamento, monitorização e controlo da atividade operativa realizada pelas equipas de reinserção social;
- b) Exercer as atividades da DGRSP que, por lei ou por decisão do diretor-geral, devem ser prosseguidas no âmbito regional e local, no âmbito da reinserção social;
- c) Assegurar a prática de atos de gestão corrente que não sejam próprios dos serviços centrais.

Após a criação da DGRSP, tornou-se necessário estabelecer a sua estrutura nuclear e estabelecer as unidades orgânicas flexíveis. Surgiu nesse âmbito, a Portaria nº1187/2013, cujo objetivo seria o de determinar as competências associadas a cada unidade orgânica. Foram instituídas oito unidades orgânicas nucleares: Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade; Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade; Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica; Direção de Serviços de Justiça Juvenil; Direção de Serviços de Segurança; Direção de Serviços de Recursos Humanos; Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais; Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas. As restantes unidades orgânicas são flexíveis e encontram-se agregadas às oito unidades orgânicas nucleares.

A Divisão de Documentação e Arquivo Histórico (DDAH) da qual faz parte a RM, a biblioteca e o arquivo histórico, classifica-se como uma unidade orgânica flexível. Foi determinado que a DDAH se encontraria agregada à Direção de Serviço de Organização, Estabelecimento e Relações Externas, juntamente com a divisão de Planeamento e Organização.

O Despacho nº 9954 de 2013, criou e definiu as atribuições e competências das unidades orgânicas flexíveis da DGRSP. Assim, foi estipulado que compete à DDAH⁴¹:

- a) Assegurar o funcionamento do sistema de documentação e informação científica e técnica e organizar, mantendo atualizada, uma biblioteca especializada.
- b) Compilar e classificar os elementos de estudo relativos à jurisdição penal e de menores, nacionais e estrangeiros, de interesse para a DGRSP, promovendo a divulgação de boas práticas.
- c) Organizar e manter permanentemente atualizada uma base de dados de legislação, jurisprudência, convenções, recomendações e de toda a documentação

⁴¹ Artigo 6.2º do Despacho nº 9954/2013 de 30 de julho.

normativa com interesse para a DGRSP e o acesso à consulta de ficheiros de outras entidades.

- d) Assegurar a gestão do sistema de arquivo da DGRSP, elaborando o plano de classificação documental e efetuando o apoio técnico às unidades orgânicas na organização dos seus arquivos correntes.
- e) Aplicar os procedimentos técnicos normalizados no tratamento arquivístico dos fundos e coleções que integram o acervo do arquivo e elaborar instrumentos de descrição informatizados, tendo em vista o acesso à documentação e a recuperação da informação.
- f) Assegurar a gestão e funcionamento do arquivo histórico da DGRSP, garantindo a guarda, conservação e tratamento da documentação.
- g) *Recolher, conservar, tratar e assegurar a exposição de peças e objetos de valor museológico.*
- h) Manter atualizada a base de dados relativa a protocolos celebrados entre a DGRSP e entidades externas.

Ao analisar as competências da DDAH, podemos concluir que a maioria se prende com a documentação histórica da DGRSP e atividade da biblioteca, sendo que apenas uma das competências se prende diretamente com a RM. No ponto g), o único dedicado diretamente à RM, podemos apontar uma preocupação não apenas com o papel de recolha, conservação e manutenção de objetos e peças com interesse museológico para a instituição, mas o dever de garantir a divulgação dessas peças através da exposição. Infelizmente, a falta de pessoal e de investimento torna a tarefa de divulgar o acervo museológico muito mais complicada. Há que realçar, a falta de destaque para um dos principais papéis do museu, isto é, o seu carácter educacional, que não é sequer mencionado nas competências da RM. Sendo a DGRSP, uma instituição onde a reabilitação, educação e reinserção ocupam lugares centrais, a RM poderia fazer uso do seu carácter educacional para atuar, não apenas como um agente moral para o público não-recluso, mas também como uma mais-valia para o público recluso. Neste caso poderia fornecer-lhes ferramentas que poderiam ser úteis após a sua libertação e ao mesmo tempo apresentar a história do lugar onde se encontram. Este aspeto é bastante mais relevante quando falamos dos jovens internados nos centros educativos e para os quais a transmissão de conhecimento é ainda mais importante. A RM poderá do mesmo modo, ser utilizada como uma ponte entre os jovens internados e o mundo exterior, com a realização de atividades que lhes

permitam adquirir capacidades que poderão ser vantajosas no contexto de reinserção social. Mas como referi anteriormente, a falta de investimento e de recursos humanos, faz com que estas intervenções não sejam neste momento possíveis, mas que sejam um aspeto essencial para o futuro museu da DGRSP.

Em 2019 foi criada uma nova portaria⁴², visto que decorridos mais de 6 anos da definição da estrutura da DGRSP era necessário “(...) adaptar as estruturas das orgânicas nucleares dos serviços centrais aos desafios que se colocam a esta organização nas próximas décadas, principalmente na área financeira e patrimonial”⁴³. Assim, ocorrem alterações em duas unidades orgânicas e a DDAH torna-se independente de qualquer unidade orgânica nuclear, deixando de fazer parte da Direção de Serviço de Organização, Estabelecimento e Relações Externas. A denominação Divisão de Documentação e Arquivo Histórico (DDAH) é alterada para Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Neste ano assistimos igualmente, a algumas modificações nas competências que lhe são atribuídas⁴⁴, com a junção de três novas competências e uma pequena alteração numa das que lhe competiam anteriormente. Neste caso a competência alterada foi a identificada acima com a letra d), a que foi acrescentado: “Assegurar a gestão da circulação de documentos e do sistema de arquivo (...)”. As três novas competências acrescentadas foram:

- i) Assegurar a desmaterialização da circulação de documentação, mediante a adoção e implementação de sistemas de gestão documental nos serviços centrais e desconcentrados da DGRSP, promovendo uma comunicação mais eficiente, em articulação com o GTIC (Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação) e a DAPPR (Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações) e acolaboração das demais unidades orgânicas.
- j) Assegurar a atividade editorial da DGRSP e coordenar a distribuição das suas publicações.
- k) Contribuir com informação, estudos e indicadores de gestão relacionados com a área da sua competência.

A implementação destas novas competências mostra uma preocupação crescente com a circulação e distribuição de informação. Esse facto pode ficar a dever-se a uma maior consciencialização da importância da divulgação do trabalho da DDA. Por outro lado,

⁴² Portaria n.º 300/2019 de 11 de setembro.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Despacho n.º 8140-B/ 2019 de 13 de setembro.

lamentavelmente continuaram sem existir alterações às competências destinadas à RM, ilustrando a atitude de desvalorização do seu importante papel na instituição.

2.3. A consciencialização para a importância do património da instituição

Nesta Secção, irei apresentar o processo que levou à consciencialização da importância, num primeiro momento, do património da DGSP. Após o processo de aglutinação da DGSP com a DGRS, o seu património mútuo começou a ser tido em consideração para incorporação na RM. Tomando como ponto de partida a dissertação de mestrado de Paulo Adriano, sobre a importância histórica e cultural do EPL e da posterior proposta para a salvaguarda do património da DGRSP, apresentada pelo próprio, avançarei até à criação da RM e divulgação da mesma dentro da instituição.

2.3.1. Penitenciária Central de Lisboa: A casa do silêncio e o despontar da arquitetura penitenciária

"Durante anos, resultaram frustradas as tentativas de lançar alguma luz sobre o percurso histórico deste monumental complexo punitivo, mergulhado num alarmante e preocupante apagamento de memória, mesmo por parte da própria instituição a que pertence." (Adriano, 2010, p.15).

Depois de 25 anos como guarda prisional no EPL, Paulo Jorge Antunes Santos Adriano, obteve o grau de mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro no Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação sobre a importância patrimonial do EPL. Esta dissertação intitulada *Penitenciária Central de Lisboa A Casa do Silêncio e o despontar da arquitetura penitenciária em Portugal* procurou chamar à atenção para o ‘apagamento de memória’ e enorme importância histórica do EPL, já nessa altura em risco de demolição devido a interesses imobiliários. O investigador deparou-se com uma bibliografia quase inexistente sobre o estabelecimento prisional e mesmo as referências encontradas mostravam-se demasiado sumárias. A sua dissertação consiste, por isso, num enquadramento histórico da construção do grande complexo punitivo, nas suas características arquitetónicas e no seu papel durante várias épocas da história nacional.

2.3.2. Proposta para a salvaguarda do Património da Direção Geral dos Serviços Prisionais:

É no contexto da dissertação de Paulo Adriano acima mencionada, que é oficializada, ainda no mesmo ano, uma proposta ao Diretor Geral dos Serviços Prisionais para a salvaguarda do património da DGSP. Esta consistia na organização do arquivo histórico da instituição, bem como no levantamento e posterior inventário de peças com interesse histórico. Esta proposta foi aceite pelo Diretor Geral dos Serviços Prisionais e a RM foi instalada no edifício onde existia o arquivo geral⁴⁵ da DGSP, ou seja, no EPL. Este arquivo

constitui um dos mais ricos e importantes espólios para o estudo da criminalidade portuguesa e não só, uma vez que ali deu entrada o primeiro penitenciário português em 1885 e ali se foram desenvolvendo e implementando os vários sistemas de regeneração e integração social de criminosos, preconizados pela ciência penitenciária desde o séc. XIX. (Adriano, 2010)

Sendo conseqüentemente um importante espólio histórico da instituição que infelizmente até esta proposta para a sua organização, mantinha-se esquecido num edifício anexo ao EPL.

Após a aceitação da proposta apresentada por Paulo Adriano e facultada a autorização para que a RM se fixasse no edifício do Arquivo Geral da DGRSP, foi necessário iniciar o levantamento dos objetos existentes na instituição. Este processo iniciou-se no serviço onde foi criada a RM, ou seja, no EPL, onde se sabia existirem objetos com interesse histórico, mas esquecidos pela instituição. Os primeiros objetos identificados e reunidos foram⁴⁶: cadeira de medição antropométrica de delinquentes (início do séc. XX); sabres de guardas prisionais (final do séc. XIX); bustos da Primeira República (1910); máquinas de dactilografar (finais do séc. XIX); crânio de delinquente (início do séc. XX); objetos de arte sacra; bobines com filmes dos anos 60 do séc. XX, sobre as realizações do Ministério da Justiça e fotografias diversas.

Como o objetivo de Paulo Adriano seria incluir o património de toda a DGSP e não apenas o do EPL, o próximo passo foi pedir a colaboração de outros estabelecimentos prisionais. Na altura, sabia-se que existiam objetos com valor histórico, dispersos pelos estabelecimentos prisionais, mas devido à falta de uma visão mais alargada do património da DGSP como um

⁴⁵ O Arquivo Norte, existente no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e o Arquivo Sul, existente no Estabelecimento Prisional de Lisboa sofreram um processo de aglutinação em 2009, formando assim o Arquivo Geral da Direção Geral de Serviços Prisionais.

⁴⁶ Informação n.º 3 de 2010 com o código de arquivo SGRSP/DDA/Informação n.º 3/2010 – Fornecida pelo Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano.

todo, nunca tinha sido realizada nenhuma tentativa para reunir e inventariar este património. Neste sentido, foi transmitida pelos vários estabelecimentos, a Informação nº3/2010 referente ao inventário e reunião de objetos e artefactos de interesse histórico/cultural relativos ao sistema prisional. Nesta informação, foram enumerados os objetivos principais deste inventário e as categorias de objetos que poderiam ser considerados para a RM e foi esclarecido o processo de contribuição para o seu enriquecimento. Anexa a esta informação, estava uma folha de inventário, que permitia a cada estabelecimento identificar os objetos que tivesse na sua posse. Esta folha seria posteriormente enviada para a RM, onde seria realizada a triagem dos objetos identificados e a posterior visita ao serviço em questão para inventariação do objeto.

Um dos primeiros estabelecimentos a reunir e identificar objetos foi o Estabelecimento Prisional (EP) de Alcoentre. Há que destacar que mesmo antes da criação da RM da DGSP e posteriormente da DGRSP, o EP de Alcoentre, tinha no seu interior um pequeno museu que descrevia a história da instituição. O seu ex-diretor, Leal de Oliveira, foi o responsável pela criação deste pequeno museu, demonstrando que existia não apenas a consciência da importância do património da instituição, mas também alguma preocupação com a sua conservação e divulgação. Com a criação da RM da DGSP/DGRSP, foram incorporados nesta os objetos presentes no pequeno museu do EP de Alcoentre.

Segundo Paulo Adriano, a maior preocupação no início da criação de uma reserva museológica no EPL a de “lutar contra o apagamento da memória e sensibilizar a instituição para a importância e dimensão do seu percurso histórico que urgia reunir, preservar e divulgar”⁴⁷. Para tal, era necessário reunir tudo o que sobreviveu ao desinteresse da instituição, assim sendo, o principal critério de escolha dos objetos recaiu no papel que a peça desempenhou dentro da instituição. A partir de 2012, com a união entre a DGSP e a DGRS, a RM passou a receber objetos da DGRS.

Apesar do principal objetivo, após a criação da RM recair na reunião e inventário das peças, houve também o foco na participação em exposições relacionadas com a história e evolução da justiça portuguesa e na criação de uma newsletter⁴⁸ de divulgação do trabalho realizado na RM. Esta newsletter era redigida pelos vários membros da equipa da Divisão de

⁴⁷ Resposta do Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano à entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 29 de junho de 2020.

⁴⁸ As Newsletters da Divisão de Documentação e Arquivo Histórico encontram-se disponíveis em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Arquivo/Biblioteca/Newsletters>

Documentação e Arquivo Histórico (DDAH) dependendo da secção a que pertenciam e editada pela Biblioteca da DGRSP.

Paulo Adriano refere que a newsletter “(...) foi importante na divulgação do património museológico e arquivístico da instituição.”⁴⁹, pois, permitiu que a DDAH ganhasse uma maior visibilidade dentro da DGRSP. Esta Newsletter começou a ser editada em 2015, com a publicação de três números, no ano seguinte foram editados quatro números e em 2017 foram editados quatro números. Considero que seja interessante expor algum do conteúdo da Newsletter, visto ser um instrumento central na divulgação do trabalho desenvolvido pela DDAH, dando a conhecer o trabalho realizado pelas três vertentes desta divisão.

O primeiro número editado em julho de 2015 é um dos mais importantes, visto que apresenta a equipa da DDAH, as competências desta divisão e os serviços - arquivo, biblioteca, núcleo museológico e arquivo fotográfico. Apesar de não ter como objetivo desvalorizar o trabalho realizado pelo arquivo histórico e pela biblioteca, irei focar-me nas secções que remetem para o meu objeto de estudo, ou seja, a RM. No segundo número é dado destaque à integração de peças de fardamento provenientes do EP de Pinheiro da Cruz na RM. Estas peças irão contribuir para compreensão, a longo prazo, da evolução dos fardamentos através do tempo. O terceiro número publicado em dezembro de 2015, é dedicado ao Natal, contendo por isso referência a uma peça executada por um recluso da Colónia Penal de Alcoentre (atual EP de Alcoentre) em 1948. Esta peça encontrava-se em exposição no Museu do EP de Alcoentre, referido anteriormente, que acabou por ser incorporado na RM da DGRSP.

A primeira Newsletter de 2016, mostra o processo de recolha, restauro e inventariação de uma peça proveniente do EP de Coimbra, neste caso, um expositor do instituto de criminologia. O segundo número de setembro 2016 é dedicado à Prisão-Hospital de S. João de Deus e descreve uma visita realizada pela equipa da DDAH à instituição no âmbito da recolha de património museológico, desde a triagem, preparação para transporte e inventariação. Revelando-se muito útil em mostrar o trabalho que é desenvolvido no Núcleo Museológico e quais os procedimentos associados à recolha dos objetos. Esta descrição serve igualmente como um exemplo, que ilustra como a recolha é um processo simples para o serviço visitado pela DDAH, podendo assim atuar como um incentivo, para que os serviços que possam ter objetos com interesse histórico contactem a RM.

⁴⁹ Resposta do Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano à entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 29 de junho de 2020.

O terceiro número de novembro de 2016 é um dos mais importantes para a divulgação da RM, dando a conhecer a sua organização e alguns dos objetos presentes nessa altura. Posto isto, considero importante mencionar um pequeno trecho de um texto publicado neste número:

Selecionar um objeto é atribuir-lhe valor e conservar o bem patrimonial, é garantir a sua perpetuidade. O bem patrimonial constrói-se e, para tal, é necessário sujeitá-lo a uma série de procedimentos administrativos. O processo de construção do objeto leva os indivíduos ou comunidades a reivindicá-lo para si e a valorizá-lo de forma diferenciada. No caso específico da DGRSP reivindicam-se e valorizam-se objetos e vivências das prisões e dos centros educativos.⁵⁰

Parece-me essencial esta chamada de atenção, para a importância do objeto histórico, que como referi anteriormente, foi mantido no esquecimento durante uma grande parte da história dos serviços prisionais. É importante realçar a relevância dada ao processo de transformação do objeto, de um simples bem material, para um objeto com significado e capaz de nos transmitir informação preciosa sobre a instituição a que pertence. Processo esse, que só poderá ser realizado devido à existência da RM. Destaca-se por isso, através deste excerto, o relevo do trabalho da RM para a manutenção da memória histórica da DGRSP.

O terceiro número de 2017, dá destaque à importância da salvaguarda do património, a partir do acervo das repartições de antropologia criminal e criminologia do Porto, que me parece ser essencial analisar para destacar o papel da DDAH na salvaguarda de património da DGRSP que se encontrava imerso no esquecimento. Neste artigo é apresentada a situação das antigas instalações da Cadeia da Relação do Porto / EP do Porto, que após a Revolução do 25 de abril, foram abandonadas e os reclusos, assim como muito do material do arquivo histórico, foram transferidos para um novo edifício. Estima-se que o espólio incluía "(...) cerca de setecentos livros, processos individuais diversos e documentos avulsos, bem como o acervo das três repartições que se sucederam, anexas à cadeia civil: Posto Antropométrico, Repartição de Antropologia Criminal e Instituto de Criminologia do Porto."⁵¹ Infelizmente, muitos objetos

⁵⁰ Excerto da Newsletter da Divisão de Documentação e Arquivo Histórico, editada em novembro de 2016. Disponível em https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Biblioteca%20e%20Arquivo/Bol%20Informativos/n_03112016.pdf?ver=2018-10-26-092104-040/ (Consultado a 5 de junho de 2021)

⁵¹ Excerto da Newsletter da Divisão de Documentação e Arquivo Histórico, editada em abril de 2017. Disponível em: https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Biblioteca%20e%20Arquivo/Bol%20Informativos/n_03112017.pdf?ver=2018-10-26-092100-503 (Consultado a 5 de junho de 2021)

foram deixados no antigo edifício, sendo perdidos ou destruídos ao longo dos anos, como por exemplo

(...) perdeu-se a coleção de mais de mil fichas antropométricas (...). Desapareceram igualmente livros de escrituração e de registo, como os de entrada de presos, copiadores de correspondência, correspondência recebida (...), bem como aparelhos de medição utilizados para a identificação e ainda o mobiliário associado (...)⁵²

Porém, nos anos noventa, foram recuperados pela equipa do então Instituto Português do Património Cultural (IPPC) / Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), alguns documentos, como livros, boletins antropométricos e cerca de 7551 imagens fotográficas em negativos de vidro. Em 2006, foi transferido uma grande parte do espólio documental da Cadeia da Relação do Porto, para as recém-criadas instalações de Arquivo no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino (EPSCB Feminino). Apenas 9 anos mais tarde, deu-se início à retirada dos objetos presentes no antigo armeiro do EP do Porto, que temporariamente foram mantidos noutros espaços disponibilizados pela direção até ao seu tombo pelos técnicos da DDAH. Foi então desenvolvido

(...) um trabalho de referenciação das peças, com a atribuição de um número de registo sequencial, reprodução fotográfica, e de pesquisa e identificação de cada objeto através dos livros de “Inventário dos haveres do Posto Antropométrico do Porto”, do “Inventário geral do Instituto de Criminologia do Porto” e do “Inventário do Museu do Instituto de Criminologia do Porto.”⁵³

Foram também realizados trabalhos de pesquisa noutros locais do EP do Porto, que resultaram na recuperação dos livros de tatuagens e de impressões palmares e ainda objetos diversos de medição. Foram recuperados cerca de 1000 objetos, incluindo "(...) objetos de antropometria, dactiloscopia e objetos de crime, que pertenceram ao Museu Criminal, tais como facas, punhais, gazuas, chaves, espingardas e caçadeiras, outras armas de fogo, alfaias agrícolas, como sacholas, foices, foicinhas, etc. "⁵⁴ Destaca-se então, o trabalho de recolha e inventário de peças que sem a ação da RM, teriam certamente caído no esquecimento e perdido a sua chance de transmitir o pedaço de história que em si encerram. Infelizmente, para alguns objetos que

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

acabam destruídos ou perdidos, o plano de conservação do património DGRSP acabou por chegar demasiado tarde, mas não há qualquer dúvida que a sua existência permitiu a recuperação de uma grande parte da memória da instituição.

Infelizmente, a partir de 2017, a newsletter foi descontinuada por falta de recursos humanos e tempo disponível, perdendo-se assim um valioso instrumento para a divulgação e consciencialização para a importância do trabalho desenvolvido pela DDAH.

A Reserva Museológica

O conceito de reserva museológica define-se como “(...) um espaço contínuo ao museu, onde se guardam bens culturais que não têm lugar permanente no museu ou que são, apenas, acessíveis a um público restrito e especializado.”, (Divisão de Documentação e Arquivo [DDA], 2017, p. 6). A Reserva Museológica (RM) da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), muitas vezes denominada Núcleo Museológico da DGRSP, trata-se de um espaço não expositivo que tem como missão a recolha, tratamento, acomodação, valorização e conservação dos objetos desta instituição. Apesar de não existir ainda um espaço expositivo a si associado, um dos objetivos principais passa pela “(...) criação de um espaço museu, aberto ao público em geral, que exiba e comunique, para fins de estudo, de educação e de fruição os testemunhos materiais/imateriais da instituição.” (DDA, 2017, p.9). Segundo Joana Amaral (2012), as reservas não servem apenas para guardar os objetos, mas são também o local onde se desenvolvem várias ações. Assim, as reservas podem ser utilizadas para três funções: educação; investigação e exposição. Atualmente a RM apenas é utilizada para fins de investigação, mas como referido anteriormente, a RM terá no futuro uma vertente expositiva e educativa.

Há igualmente que destacar o papel da RM no apoio a

(...) entidades/instituições responsáveis e interessadas pela área da justiça na definição e execução da política criminal, especialmente nas áreas da prevenção da criminalidade, da reinserção social e da execução das penas e medidas privativas de liberdade, assegurando a avaliação permanente das condições de funcionamento dos sistemas tutelar educativo e prisional. (DDA, 2017, p.9)

A RM localiza-se no Arquivo Histórico da DGRSP, no interior no Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL). Neste capítulo irei analisar mais profundamente a sua localização e condições dos espaços de que dispõe e apresentar mais detalhadamente a metodologia de trabalho utilizada pelos técnicos da RM.

3.1. Localização, Espaço e Condições de Acesso

Antes de expor e exemplificar a metodologia utilizada na RM, irei dedicar-me ao edifício onde esta se localiza, mais especificamente o EPL, um edifício do séc. XIX com um rico valor patrimonial. Lamentavelmente, um edifício ameaçado há vários anos pelos interesses imobiliários surgindo todos os anos rumores da venda do seu terreno. Após a apresentação do EPL, passarei à descrição do espaço onde a RM se encontra e das suas características de armazenamento, terminando com a descrição dos procedimentos de acesso à RM.

3.1.1. O Estabelecimento Prisional de Lisboa

O EPL para além de ser uma peça fundamental no sistema prisional, é o local onde a RM se situa e onde se poderá localizar o futuro museu da DGRSP, sendo por isso pertinente esclarecer um pouco da sua história. A dissertação de mestrado de Paulo Adriano (2010), referida na secção 3.1. do capítulo 2, devido à sua relevância para a consciencialização da importância do património da DGRSP, é um importante instrumento para compreender a história do EPL. O mesmo se aplica com o artigo redigido por Ricardo Agarez e Filomena Bandeira (2005) no âmbito do projeto *Arquitetura Judicial e Prisional Portuguesa* que se encontra disponível no website do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

A construção do EPL, que foi numa primeira fase denominado Cadeia Penitenciária de Lisboa está estritamente ligada ao sistema penitenciário. Paulo Adriano (2010) refere-se a este sistema como uma das maiores utopias do séc. XIX, visto que se pensava que seria capaz de resolver os problemas relacionados com a criminalidade que havia aumentado devido ao “(...) fenómeno do crescimento das cidades industriais que atraía e gerava um largo número de mendigos, vagabundos e criminosos.” (Adriano, 2010, p.26). Assim, o sistema penitenciário tinha como objetivos erradicar o crime da emergente sociedade liberal, garantindo a sua paz e harmonia social.

A implementação do sistema penitenciário exigia uma nova mentalidade punitiva que possibilitasse conciliar a área penal com a prisional, posto que após o fim das penas violentas, a prisão passou a ser uma pena em si, como explicitado na secção 2 do capítulo 2. Como se esperava “(...) Portugal não ficou imune à utopia penitenciária trazida pelos ventos liberais,

reclamando também para si a construção de uma cidade punitiva, símbolo do desenvolvimento social e civilizacional.” (Adriano, 2010, p.44)

As primeiras tentativas de reforma penal e prisional surgem ainda no final do séc. XVIII, com o projeto de uma nova prisão para Lisboa, projeto que não é concretizado. Após a revolução liberal são convocadas as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa⁵⁵, onde é matéria de debate a questão das penas e se estas seriam indicadas tendo em conta os ideais liberalistas.

Em 1821, uma comissão foi formada para examinar as cadeias e perceber em que situação se encontravam. Neste contexto, “Vários relatórios e memórias são apresentados às Cortes Liberais fazendo o levantamento das precariedades das prisões herdadas do Antigo Regime, os quais, de uma forma geral, constituíam espaços adaptados em velhos edifícios (..)” (Adriano, 2010, p.51). Deste modo, chamou-se à atenção para a necessidade de uma nova estrutura prisional, mas as finanças do Reino não o permitiam.

Contudo, foi necessário esperar até 1867, ano em que a lei que decreta a abolição da pena de morte e instaura o sistema penitenciário filadelfiano, legitima igualmente a construção de penitenciárias em Portugal. Apenas cinco anos mais tarde, em 1872, o engenheiro Luiz Victor Lecoq é nomeado como responsável e somente a 24 de abril do ano seguinte é aprovado o projeto para a Penitenciaria Central de Lisboa com a publicação no Diário do Governo nº101 de 6 de maio de 1873. Nesse mesmo ano iniciam-se as obras, que contam com o abandono de Lecoq e com o início dos trabalhos do engenheiro Ricardo Júlio Ferraz no ano seguinte. Como Paulo Adriano (2010) refere foi apenas uma das várias mudanças de engenheiros que marcou a construção do EPL. Ricardo Ferraz manteve-se meramente 3 anos no cargo e, devido ao escândalo que irei referir em seguida, acaba por passar a obra ao diretor Bento d’Eça e ao engenheiro José de Oliveira Garção Campello de Andrade, que após a saída de Bento d'Eça foi colocado como responsável da obra. Em 1878, Campello de Andrade é substituído por Jayme Larcher, que, finalmente, é substituído por Joaquim Pedro Xavier da Silva até à conclusão das obras. (Adriano, 2010)

Mas como irei demonstrar de seguida não foi unicamente devido às várias mudanças de engenheiros que a obra ficou célebre, mas também devido a um dos maiores escândalos do

⁵⁵ Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa realizaram-se a 24 de janeiro de 1821 no Palácio das Necessidades em Lisboa.

século, que ficou conhecido como ‘A Questão Penitenciária’. Como Paulo Adriano (2010) descreve, esta teve início em 1877, quando Fontes Pereira de Melo pede o seu afastamento do Ministério das Obras Públicas e o Rei D. Luís nomeia um novo Ministério, dando o poder aos Progressistas. A 14 de Maio desse ano, um dos empregados das obras da penitenciária presta declarações graves que apontam para irregularidades várias. Como a penitenciária era vista como uma das principais obras dos regeneradores, os progressistas viram em toda esta polémica uma hipótese de contestar os seus opositores políticos. Este que devia ser um processo de investigação exaustiva, acabou por ser encerrado por falta de provas. A consternação dos progressistas foi enorme e as acusações sucedem-se de ambos os lados, num crescendo que irá causar graves problemas políticos que culminam na apresentação de uma moção de censura contra o partido progressista. Moção essa, que acaba por ser aprovada contra o partido progressista. O Rei D. Luís deu novamente o poder aos regeneradores, mas não obstante, foi nomeada uma comissão, para descobrir realmente se as acusações, referentes às irregularidades das obras da penitenciária, tinham fundamento. As conclusões desta comissão deram razão ao ministério que havia sido afastado e foi instaurada uma ação judicial contra o empreiteiro João Burnay, contra a firma Ferraz & Choque e contra João Alves da Silva. (Adriano, 2010)

Ultrapassado o grande escândalo da ‘Questão Penitenciária’, foi necessário ainda definir o quadro de funcionários e executar uma nova reforma penal em 1884 que fosse de encontro à lei de 1867. Finalmente, um ano mais tarde as obras são finalizadas e o edifício é oficialmente entregue ao Ministério da Justiça e em setembro de 1885, ingressam no estabelecimento os primeiros reclusos. Ainda que a sua inauguração tenha tido lugar em 1885, a penitenciária estava longe de estar terminada e foram várias as obras que se seguiram nos anos seguintes (Adriano,2010).

Não obstante do seu valor histórico e o seu importante papel na implementação do sistema penitenciário em Portugal, esta perspetiva

(...) tem sido esquecida pelas nossas histórias de Portugal, que geralmente associam apenas o desenvolvimento económico e industrial ao período da regeneração, não fazendo qualquer referência à Penitenciária de Lisboa e ao que esta representou para a mentalidade oitocentista portuguesa (Adriano, 2010, p.78).

A memória histórica do edifício, como foi referido, encontra-se estritamente ligada às novas reformas prisionais e aos direitos de cidadania adquiridos através da abolição da pena de morte e castigos corporais e pela sua substituição por uma pena de prisão focada na regeneração

e reinserção social dos reclusos. Mas para além da importância das memórias que em si encerra, há igualmente que realçar a enorme importância arquitetónica do EPL.

A nível arquitetónico, o EPL

(...) constitui, sem qualquer sombra de dúvida, uma enorme revolução no contexto arquitetónico prisional português, materializando a simetria, o racionalismo e o funcionalismo arquitetónico, associando a estética e as artes decorativas às novas tecnologias de construção e de engenharia. (Adriano, 2010, p.117).

Como referido anteriormente, o sistema filadelfiano é o escolhido para a aplicação na Penitenciária de Lisboa, devido à capacidade não só de "(...) propiciar um adequado castigo na privação da liberdade, mas também em induzir, através da "reflexão em solitário", a regeneração do condenado, isolado de más influências recíprocas." (Agarez & Bandeira, 2005). A difusão europeia do modelo radial americano ganha impulso após a sua aplicação, em grande escala, ao sistema penitenciário inglês, mas é na Penitenciária Belga de Louvaina inaugurada em 1860, que os Engenheiros da Penitenciária de Lisboa encontraram a sua principal inspiração. Por conseguinte, o EPL foi construído segundo o modelo panótico radial que concilia a estrutura idealizada por Bentham com o modelo radial americano. O modelo panótico radial, é uma especificidade que a nível nacional, o EPL partilha com o Estabelecimento Prisional de Coimbra e com o Estabelecimento Prisional de Santarém. O corpo central do EPL está, por esse motivo, disposto da seguinte maneira:

(...) 2 alas de maior extensão dispostas no sentido da maior dimensão do terreno e intersectadas por 4 alas menores em volume poliédrico octogonal, configurando um conjunto de 6 braços irradiando a partir de um ponto focal ou panótico, assinalado por espaço de acentuada verticalidade. (Agarez & Bandeira, 2005).

Na intersecção de todas as alas localiza-se o redondo, cujo segundo andar permite vigiar todas as alas que se localizam à sua volta, pondo assim em prática o conceito de panótico de Bentham. Na figura 3.1, proveniente da dissertação de mestrado de Paulo Adriano (2010), é possível compreender claramente como está disposta a arquitetura do EPL.

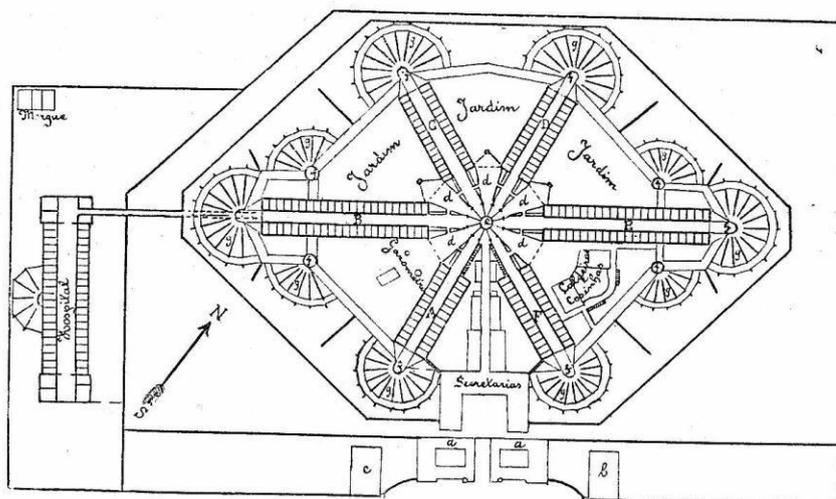


Figura 3.1.- Planta da Penitenciária de Lisboa.

No que diz respeito às alas, nos pisos superiores estariam localizadas as celas, enquanto nos pisos inferiores existiriam as arrecadações e oficinas. Uma vez que o trabalho era considerado uma das bases do sistema penitenciário, este seria obrigatório segundo o regulamento do EPL. Como o sistema de isolamento permanente filadelfiano não permitia grandes oficinas de trabalho, este seria executado em celas individuais. Em 1913, aquando da mudança do sistema filadelfiano para o sistema auburniano, as oficinas individuais deram lugar a novas oficinas de trabalho em comum. Estas oficinas permitiam aos reclusos aprender ou melhorar um ofício, o que surge como uma mais-valia no contexto da sua reinserção social, sendo por isso um desenvolvimento bastante importante na vida na prisão. Há que destacar a existência de uma vertente comercial das oficinas que permitiria pagar um salário ao penitenciário constituindo este uma ajuda na sua posterior integração social. (Adriano, 2010)

Dado que as bases do sistema penitenciário são o silêncio, isolamento, trabalho e religião e tendo explicitado como as três primeiras eram aplicadas, falta apenas referir a obrigatoriedade do serviço religioso. No EPL, o serviço religioso decorria na capela localizada no centro do edifício e apesar de após a implementação da República ter sido transformada numa sala de reunião, os seus elementos decorativos continuam intactos. Paulo Adriano (2010) destaca que a nível arquitetónico é a Capela que

(...) constitui exemplo único no património português edificado nos finais do séc. XIX, sendo recriado, através da engenharia, um monumental espaço sagrado em que o

uso do vitral, do estuque, do vidro e do aço, concorrem para criar uma monumental obra de arte sagrada, exemplar no nosso país. (Adriano, 2010, p.155).

A partir da inauguração do EPL em 1885, muitas foram as construções de estabelecimentos prisionais que se lhe seguiram e que fazem atualmente parte do sistema prisional português. Assim, atualmente, existem 49 estabelecimentos prisionais em Portugal que se encontram classificados⁵⁶ em função do nível de segurança (especial, alta e média) e do grau de complexidade de gestão (elevado e médio). O EPL, caracteriza-se pelo grau de gestão elevado e nível de segurança alto.

3.1.2. O Arquivo Histórico do Estabelecimento Prisional de Lisboa: Condições dos espaços de armazenamento

É exatamente no interior do EPL, no edifício onde se encontra o Arquivo histórico (assinalado a verde), que se encontra localizada a RM da DGRSP. Como podemos ver na figura abaixo, retirada do Manual de Procedimentos da RM, a maioria do espaço do edifício é ocupado pelos depósitos do Arquivo Histórico, e apenas três espaços (assinalados a verde na Figura 3.2.) são ocupados atualmente pela RM.

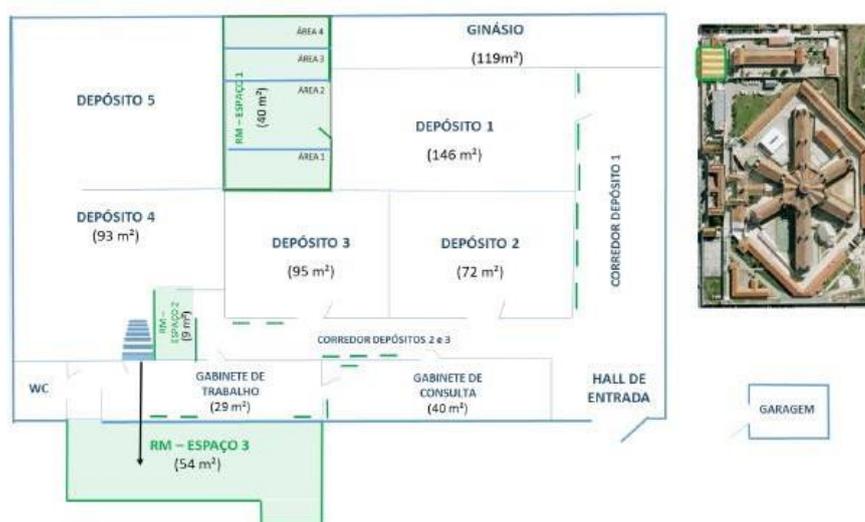


Figura 3.2. – Mapa do Edifício do Arquivo Histórico (esquerda) e da sua localização no EPL (direita).

⁵⁶ Portaria n.º 175/2020, de 24 de julho - Determina a classificação dos estabelecimentos prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão

Para uma boa gestão e organização da reserva é essencial que nenhum objeto seja descuidado, transformando-a num recurso mais eficiente de investigação e formação. (Amaral, 2012) Assim, a reserva deve estar mapeada e todos os locais e equipamentos devem estar devidamente identificados, sendo deste modo mais fácil localizar rapidamente e facilmente os objetos (Amaral, 2011). Todo o conhecimento especializado, técnicas e procedimentos para cuidar das coleções e conservá-las são inúteis sem o espaço e o equipamento adequado para as realizar.

Por se tratar de um edifício, que não foi construído especificamente para albergar objetos, tendo sido adaptado para o efeito, as suas diversas salas têm características diferentes que podem afetar os objetos nelas acomodados. Por isso, é sempre crucial avaliar para onde os objetos poderão ir de maneira a garantir a sua conservação preventiva. A conservação preventiva pode ser definida como qualquer medida que tenha como objetivo prevenir danos ou reduzir o potencial para que estes aconteçam. Este tipo de conservação foca-se na coleção, em vez de se focar no objeto individual. No caso da RM torna-se ainda mais fundamental, pois os meios monetários e humanos são bastante escassos, tornando-se difícil a concentração na conservação de cada objeto individual. Consequentemente, a conservação preventiva é a melhor opção, uma vez que permite o foco na conservação da coleção como um todo e diminui os esforços de conservação de cada objeto individualmente. Como Joana Amaral refere

A degradação das coleções deve-se frequentemente a más condições de reserva. A ignorância ou a negligência em relação a assuntos como a humidade relativa, a temperatura, a sujidade, os poluentes, as infestações e outros fatores de degradação, assim como as lacunas de informação relativas às coleções causam ainda hoje a perda de objetos em reserva. (Amaral, 2012, p. 2)

À vista disso, será importante apresentar os três espaços de armazenamento da RM e relacioná-los com os vários fatores de deterioração dos objetos, para que se consiga apostar na conservação preventiva. A RM dispõe de três espaços que devido às suas características distintas condiciona também os objetos que neles podem ser armazenados. O Espaço 1 tem 40m² e dispõe de trinta e sete armários com gavetas de arquivo, quatro armários de metal e uma estante de metal, dispondo de um grande espaço de armazenamento. O acesso a este local realiza-se através de um dos depósitos de arquivo, tornando, desse modo, complicada a movimentação de objetos de grandes dimensões. O Espaço 2 tem apenas 9m² e não dispõe de armários ou estantes para arquivo, é muitas vezes chamada de ‘sala dos relógios’ por ser

utilizada para armazenar alguns relógios. Neste espaço podemos igualmente encontrar algumas pinturas, gravuras e algum mobiliário. O Espaço 3, tem 54m² e dispõe de 5 estantes de metal e alguns armários com gavetas de arquivo, onde são armazenados principalmente objetos de vidro e metal. Há que referir que este espaço se encontra no sótão do edifício, sendo devido à sua localização, mais propício a acidentes devido ao seu difícil acesso através de escadas que tornam a movimentação de objetos de grandes dimensões bastante complicada.

Algumas pinturas, gravuras e mobiliário encontram-se dispersos pelas paredes dos corredores e salas de trabalho do arquivo. Devido à falta de espaço, algumas peças de mobiliário de maior dimensão encontram-se armazenadas no armazém do Estabelecimento Prisional de Vale dos Judeus e alguns equipamentos agrícolas encontram-se armazenados numa das garagens do EPL.

No que diz respeito à bibliografia referente à conservação preventiva, há que destacar a antologia *Historical Perspectives on Preventive Conservation*, editado por Sarah Staniforth (2013). Esta obra encontra-se dividida em nove partes, onde nos dá a conhecer a evolução da filosofia e dos métodos de conservação preventiva e quais as discussões atuais e futuras sobre este assunto. Um dos autores mais importantes para a consciencialização da importância da conservação preventiva é Gaël de Guichen (1999), que durante vários anos trabalhou no Centro Internacional para a Conservação em Roma como diretor de programação e assistente do diretor. No seu artigo *Preventive Conservation: a mere fad or far-reaching change*, o autor define os termos conservação e restauração e apresenta a distinção entre conservação preventiva e conservação curativa. Neste artigo encontramos uma chamada de atenção para a importância da formação dos funcionários do museu em conservação preventiva. Os funcionários do museu, devem igualmente ter diferentes responsabilidades quanto à conservação dos objetos. No que diz respeito aos meios monetários, o autor defende a existência de um orçamento adequado para que a conservação possa ser realizada, o mesmo se deveria aplicar no caso da RM. Finalmente, há que sublinhar a chamada de atenção para a necessidade de o público compreender a fragilidade das coleções e dessa forma entender os cuidados que deverá ter na sua proximidade. A nível nacional, o manual “Plano de Conservação Preventiva” publicado pelo Instituto dos Museus e da Conservação (2007), serve em Portugal de base orientadora do trabalho a efetuar pelos museus, sendo “(...) apontadas normas conducentes à realização de planos e ações de conservação preventiva a elaborar e a implementar por cada instituição museológica.” (Instituto dos Museus e da Conservação [IMC], 2007, p. 7)

Sobre o efeito da luz nas coleções há que destacar o capítulo II do livro *The Museum Environment*, de Garry Thomson (1994), conselheiro da Galeria Nacional de Londres. Neste capítulo, são enumeradas regras básicas para reduzir os danos causados pela iluminação, sendo que, neste caso o autor recomenda eliminar visivelmente os níveis de radiação e reduzir o tempo de exposição dos objetos à iluminação. Há que mencionar que o autor não se preocupa somente com o impacto da iluminação na conservação dos objetos, mas também com o impacto desta na exposição das peças descrevendo as condições de iluminação que os visitantes dos museus preferem. O impacto da iluminação no objeto depende de quatro fatores. Por um lado, a intensidade da radiação ou luminância, ou seja, a quantidade de luz que incide num determinado ponto do objeto. Por outro, a duração da exposição dos objetos, quanto mais tempo o objeto estiver exposto à luz, maiores são as chances da sua deterioração. A distância do objeto em relação à fonte de luz é igualmente um fator a ter em consideração. Do mesmo modo, há que ter em conta as propriedades dos objetos que o tornam mais sensível ou mais resistente à luz. Francisca Hernández Hernández (2008), divide os objetos em três categorias segundo a sua capacidade de observar os raios de luz e que são por isso mais sensíveis a esta. Num dos extremos podemos encontrar os objetos insensíveis, como é o caso dos constituídos por pedra, metal, vidro ou cerâmica. Na categoria dos objetos sensíveis podemos encontrar as pinturas a óleo, madeira pintada e objetos em couro sem coloração. Por fim, no outro extremo encontramos os objetos extremamente sensíveis como é o caso dos tecidos, tapeçarias, aguarelas, pergaminhos e objetos em papel, que uma exposição desadequada à luz irá inevitavelmente danificar. Em relação à luz natural, há que destacar que nenhum destes Espaços de armazenamento da RM dispõe de janelas ou outros acessos ao exterior, pelo que, o risco de deterioração pela ação dos raios solares é nulo, mas nos quadros e gravuras espalhados pelos corredores e gabinetes há este risco. No caso da iluminação artificial, as luzes dos espaços de armazenamento estão na maior parte do tempo desligadas, sendo apenas ligadas quando é necessário armazenar ou recuperar alguma peça. Assim, a ação deteriorante da iluminação artificial nas peças é bastante reduzida, dado que o tempo de exposição é restrito. Aquando do desenvolvimento do futuro Museu da DGRSP, a iluminação terá de ser um fator a ter em consideração, pois esta terá de ser adequada à imensa diversidade de peças da RM e às características do seu material de suporte. Este cuidado irá permitir que o público possa observar os objetos, mas que a iluminação não tenha um efeito deteriorante.

A humidade relativa, juntamente com a temperatura é considerada um dos principais elementos degradantes das coleções. Os efeitos vão depender da composição dos materiais. No

que diz respeito às condições da RM, no Espaço 1 encontramos poucas flutuações de temperatura e alterações de humidade pouco acentuadas. Este espaço é por isso adequado para armazenar todo o tipo de materiais de suporte sem ameaçar a sua conservação. O Espaço 2 dispõe de flutuações de temperatura pouco acentuadas e algumas flutuações no nível de humidade relativa, não é, portanto, adequado a materiais altamente sensíveis às alterações na humidade relativa. Por fim, o Espaço 3, devido às suas flutuações de temperatura acentuadas e flutuações drásticas no nível de humidade relativa, é adequado exclusivamente para alguns tipos de materiais de suporte que não sejam sensíveis a alterações de temperatura e de humidade. Quando os valores de temperatura e humidade relativa não são adequados dá-se a formação de seres biológicos de origem vegetal ou animal, que poderão causar graves danos nos objetos. Entre os seres de origem vegetal podemos encontrar os fungos, que se desenvolvem com níveis de humidade relativa alta e numa temperatura média ou elevada. Os fungos poderão danificar vários tipos de objeto, por exemplo, nos objetos de papel podemos observar o aparecimento de manchas e nos objetos de madeira, podemos assistir a uma deterioração da sua estrutura e perda de estabilidade (Teixeira & Ghizoni, 2012). Entre os seres de origem animal podemos encontrar as baratas que podem causar bastantes danos em objetos de papel ou as térmitas que causam graves danos na madeira. Consequentemente, devido às condições de temperatura e de humidade relativa, o Espaço 3 é onde existe o maior perigo de desenvolvimento de seres biológicos que danifiquem os materiais. Como irei referir na secção 2.3. deste capítulo, referente ao tratamento dos objetos, um dos primeiros procedimentos aquando da chegada de um objeto é examiná-lo em busca de possíveis fontes de infestação, já que o desenvolvimento destes seres biológicos, pode ter ocorrido antes do objeto ser incorporado na RM e poderá afetar os outros objetos lá acomodados. As técnicas para prevenir e combater as infestações destes seres biológicos de origem animal, foram abordadas por vários autores preocupados com a conservação de coleções. H J Plenderleith (1971) fez parte do laboratório de investigação do British Museum e escreveu a obra *The Conservation of Antiquities and Works of Arts: treatment repair and restoration*. Nesta obra há que destacar as secções referentes aos ataques de fungos e insetos nos têxteis e na madeira. Outro grande contributo para o estudo da proteção contra infestações é da autoria de David Pinniger e Peter Winsor (1998) na obra *Integrated pest management: practical, safe and cost-effective advice on the prevention and control of pests in museums*. Nesta obra, os autores exploram o Integrated Pest Management (IPM), um conjunto de métodos de controlo de infestações em frutas e cereais, que usam o conhecimento sobre a reprodução e relação com o ambiente dos seres responsáveis pelas infestações. Estes métodos

não assentam no uso de pesticidas, mas no uso de métodos não-invasivos com o objetivo de prevenir ou minimizar o risco de infestação. Refiro este método, dado que, devido à falta de meios monetários, o IPM poderia constituir uma mais-valia para a RM, porque permitiria o controlo de infestações, sem os custos relacionados com a utilização de pesticidas, empregues atualmente no controlo de infestações.

A poluição do ar pode causar bastantes efeitos nas coleções, pois, uma atmosfera limpa é indispensável para uma boa conservação. Os primeiros estudos conhecidos dedicados ao impacto da poluição nas coleções foram realizados em 1850, em Londres, por Michael Faraday⁵⁷. Mas como Peter Brimblecombe (2017) refere, em 1824 a Royal Comission mandou investigar os efeitos da poluição de carvão, devido à preocupação pela saúde da população.⁵⁸ Para além da poluição atmosférica, há que considerar o perigo para as coleções dos poluentes interiores. Os poluentes interiores podem ser emitidos de várias formas: podem ser emitidos pelo próprio material de construção do espaço; ser emitidos por sistemas de ar condicionado, mas também podem ser emitidos pelos próprios artefactos e materiais utilizados para o seu armazenamento ou exposição. A presença de carbono, alcatrão e outros poluentes pode ter graves efeitos nas peças da coleção. Por exemplo, as fibras têxteis decompõem-se, as peças de couro tornam-se quebradiças e os pigmentos das pinturas podem alterar-se. Infelizmente, não é possível a aquisição de equipamentos de controlo da poluição interior na RM, devido à falta de meios. Esta poderá ser uma questão a ter em conta num futuro próximo, tendo em vista o impacto que esta pode causar nas peças armazenadas na RM.

É necessário ter em conta que "As áreas da reserva exigem uma série de espaços anexos, sem os quais não seria possível levar a cabo os diversos trabalhos relacionados com os fundos: registo, análise e estudo dos mesmos, documentação fotográfica, etc." (Hernández, 2008, p.191). Neste caso, a RM contém um espaço de escritório, partilhado com os técnicos do arquivo histórico, com acesso a um computador que permite a consulta e manutenção do inventário. E uma sala adjacente, onde se encontra uma grande mesa destinada à observação e limpeza dos objetos recém-chegados. A existência destes espaços torna-se ainda mais pertinente no contexto de investigação. No Espaço 1, existe igualmente um local equipado com uma secretária, onde o objeto depois de observado e tratado na sala acima referida é preparado

⁵⁷O Químico Michael Faraday fez parte da comissão do comité de inquérito para perceber o porquê do estado das pinturas da National Gallery em Londres. Garry Thompson, o conselheiro científico da National Gallery foi o responsável por este comité.

⁵⁸Interest in air pollution among early Fellows of the Royal Society. (1978). *Notes And Records Of The Royal Society Of London*, 32(2), 123-129. doi: 10.1098/rsnr.1978.0011

para a acomodação, através da etiquetagem e procedimentos de proteção para a acomodação, por exemplo, a colocação de peças de menores dimensões em saquetas de plástico para que não se percam ou danifiquem.

Mas não são apenas as dimensões e condições do espaço que têm influência nos objetos acomodados na reserva. A ideia de que as reservas museológicas devem dispor de áreas dotadas de equipamento e mobiliário adequados para garantir a conservação dos objetos está claramente expressa na Lei Quadro dos Museus Portugueses. Idealmente, as reservas devem ser desenhadas para acomodar a variedade de equipamentos que são imprescindíveis para albergar os objetos. No caso da RM, sendo este edifício adaptado, não foi possível pensar o espaço de acordo com os equipamentos, tornando necessário planejar a quantidade e disposição dos equipamentos de acordo com o tamanho e tipo de sala. Infelizmente, devido à falta de meios “o equipamento para o acondicionamento dos objetos é todo aquele que se consegue angariar e adaptar às necessidades da reserva museológica.” (DDA, 2017, p.11). O material disponível para armazenamento na RM, consiste em armários com gavetas, armários tipo cacifo e estantes em alumínio. Outro aspeto a ter em conta prende-se com facto de alguns materiais para armazenamento e exposição poderem danificar os objetos, sendo por isso importante ter em atenção as reações que podem ocorrer entre os objetos e os materiais de armazenamento.

Como referi anteriormente, as condições das salas e dos equipamentos têm um grande impacto nos objetos que lá podem ser armazenados. De igual forma, há que ter em atenção as características dos objetos para saber em que material de armazenamento devem ser colocados e de que forma devem ser protegidos. Similarmente ao que acontece com o equipamento de armazenamento, os materiais de proteção são limitados aos que for possível angariar. Os fardamentos, por exemplo, são armazenados num armário tipo cacifo e pendurados com um saco protetor à sua volta, os que não podem ser pendurados devem ser dobrados, com folhas de papel vegetal entre si. Os paramentos litúrgicos devem também ser dispostos com papel vegetal entre si, o mesmo acontece com as gravuras e pinturas que são armazenadas com papel vegetal a separá-las. Os objetos que apresentem dimensões bastante reduzidas devem ser colocados em sacos de plástico transparentes que permitam que estes não se percam ou danifiquem e o acesso ao objeto de maneira rápida. Há que ter atenção às propriedades dos objetos que são colocados juntos, para que um não danifique o outro. Algumas estátuas, esculturas e maquetes, que devido ao seu tamanho não podem ser armazenadas no interior dos armários e prateleiras, encontram-

se na parte superior destes, afastados das extremidades e devidamente estabilizadas no sentido de evitar a queda das mesmas.

Identificar corretamente a localização do objeto é extremamente importante, uma vez que principalmente em reservas com acervos extensos, um objeto cuja localização seja erradamente anotada pode ser um objeto perdido. Da mesma maneira, quando um objeto é retirado para que seja realizada alguma intervenção ou atualização de informação, a gaveta de onde o objeto é proveniente deve ser mantida aberta. Esta só deverá ser fechada quando o objeto for novamente acomodado. Quando um objeto é transferido de uma localização para outra, deve ser anotada qual a antiga localização e a nova e prontamente deve ser alterada no inventário. Não obstante, a informação sobre a cota anterior deverá constar no inventário.

Há que mencionar a questão da segurança, que no contexto em que a RM se insere, adquire uma importância redobrada. O Espaço 1, onde se encontram alguns objetos perigosos encontra-se permanentemente trancado, podendo somente ser aberto pelos técnicos da RM. Da mesma maneira, as gavetas que contêm objetos perigosos, como armas pertencentes aos guardas prisionais (armas de fogo, sabres, etc.), machados pertencentes aos bombeiros, frascos com venenos ou outros líquidos tóxicos e outros materiais perigosos, encontram-se completamente trancadas, sendo alvo de inspeções periódicas de segurança.

3.1.3. Condições de acesso à Reserva Museológica:

Uma vez que a RM, se localiza dentro de uma instituição com regras muito rígidas, as normas para aceder ao seu interior são igualmente muito específicas.⁵⁹ As normas aplicadas⁶⁰ são as mesmas destinadas ao acesso ao Arquivo Histórico, que se encontra no mesmo edifício. Como o edifício onde a RM está localizada não dispõe de entrada através do exterior, o acesso é efetuado através da entrada principal do EPL. Mas em primeiro lugar é necessário contactar a DDA e apresentar um motivo válido para a realização da visita à RM, segundo Cristina Santos⁶¹, chefe da DDA, os motivos são normalmente de foro académico. Se a visita for aprovada, será combinado um dia para que esta possa decorrer. Nesse dia deverá tocar à campainha da entrada principal do EPL, identificar o motivo da entrada e dirigir-se para o corredor onde decorrem os

⁵⁹ Há que ter em conta que devido à situação pandémica que atravessamos, as visitas à RM se tornaram ainda mais restritas devido ao perigo de contágio.

⁶⁰ Regulamento do Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, disponível em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Arquivo/Arquivo-hist%C3%B3rico>

⁶¹ Informação providenciada pela Dra. Cristina Maria Pires dos Santos, através de uma entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 10 de agosto de 2020.

procedimentos de segurança, que irei explicitar em seguida. Neste local o visitante deve identificar-se e o guarda de serviço deve verificar se existe autorização para o seu acesso à RM. Casacos, malas, mochilas e similares devem ser deixados em cima de uma mesa, enquanto o visitante passa pelo detetor de metais. Em seguida, o visitante deve, se solicitado, mostrar os objetos que transporta para que o guarda os possa inspecionar e apenas deve seguir quando lhe for dada a autorização por parte dos guardas de serviço. Para chegar à RM deverá sair para o pátio do edifício administrativo e seguir para a esquerda até chegar a um edifício térreo com um cartaz que o identifica como Arquivo Histórico.

O visitante deverá estar sempre acompanhado por um técnico e não se poderá movimentar pelo edifício sem supervisão. Cristina Santos refere⁶² também que a reserva tem tido mais investigadores interessados, conseguindo, portanto, cumprir cada vez mais o papel de divulgação, investigação e educação. Por fim, existe a possibilidade de visitas de grupo, realizadas em contexto escolar. Nestas, o grupo não terá acesso aos espaços de armazenamento, mas alguns objetos serão trazidos para o gabinete de investigação onde se procede a uma apresentação dos objetos ao grupo. Devido à atual falta de meios humanos seria impossível conseguir assegurar a segurança da coleção e dos visitantes durante uma visita de grupo ao interior da RM.

3.2. Método da Reserva Museológica

Um dos principais objetivos da RM da DGRSP é garantir a conservação dos objetos nela acomodados. É por isso necessária uma metodologia que garanta a segurança, tratamento, organização e acomodação segura destes objetos. Começarei por apresentar o manual de procedimentos da RM, que assegura a uniformização dos procedimentos a esta associados. Irei em seguida explicar o percurso do objeto desde a recolha no serviço de origem e incorporação na RM, passando pelo seu tratamento e introdução no inventário até ao seu armazenamento. Por fim, será destacada a importância do património imaterial para o trabalho da RM.

⁶²Informação providenciada pela Dra. Cristina Maria Pires dos Santos, através de uma entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 10 de agosto de 2020.

3.2.1. O Manual de Procedimentos da Reserva Museológica

Parece-me pertinente apresentar o Manual de Procedimentos da RM, uma vez que é nele que podemos encontrar informações sobre este serviço e os seus métodos de trabalho. O Manual de procedimentos da RM, foi elaborado em 2017 no âmbito dos objetivos da unidade orgânica. Como a chefe da DDA, Cristina Santos refere, o manual de procedimentos “(...) é indispensável para uniformizar procedimentos. E também para que quem vier a seguir, perceba porque se fez determinado procedimento.”⁶³

O Manual de Procedimentos começa pela apresentação da RM, expondo a sua missão e definição e apresentando o acervo, localização e espaço de acondicionamento. A segunda parte foca-se na gestão do acervo desde o tratamento dos objetos, metodologia de trabalho, procedimentos utilizados, divulgação/fruição do acervo; recolha do património imaterial e política de cedência de objetos. Este documento, juntamente com a experiência adquirida durante o meu estágio, foi bastante fundamental na aquisição de conhecimento sobre a RM, bem como útil para compreender mais aprofundadamente o método de trabalho.

3.2.2. O procedimento de incorporação

Para que se possa dar início ao procedimento de incorporação, é necessário, em primeiro lugar, conhecer a localização dos objetos. O trabalho de incorporação de objetos na RM, inicia-se com o contacto do serviço que detém objetos que perderam a sua utilidade e que consideram que pertencem à RM. Devido às atividades de sensibilização e divulgação da DDA dentro da própria instituição, os serviços têm conhecimento do trabalho realizado na divisão e das suas competências, tornando mais provável a sua colaboração. Estas atividades que incluem exposições dentro da DGRSP, participação noutros eventos como conferências e colóquios, bem como a newsletter que referi anteriormente, tornaram a DDA e os seus objetivos mais visíveis dentro da instituição. Pode igualmente ocorrer ser a DDA, a tomar conhecimento da existência de objetos com interesse histórico numa determinada localização e ser a própria a incentivar a sua entrega e posterior depósito. No que diz respeito aos critérios de seleção das peças a incorporar na RM, estes não são muito restritos. Apesar da singularidade e raridade da peça serem uma prioridade, o objetivo central é recolher o máximo de peças para que nada se perca em relação à memória da instituição. Devido aos anos em que esta tarefa foi

⁶³ Informação providenciada pela Dra. Cristina Maria Pires dos Santos, através de uma entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 10 de agosto de 2020.

negligenciada, muitos foram os objetos que desapareceram e juntamente com eles, pedaços da história da DGRSP foram perdidos. Foi o caso do Posto Antropométrico da Cadeia do Porto, referido na secção 4 do capítulo 2, onde vários objetos se perderam ou foram danificados e do mesmo modo, muitos outros objetos encontraram similar destino. Os objetos comunicam mensagens ao longo dos tempos, contam sobre o mundo em que foram produzidos e sobre o mundo em que foram utilizados e modificados. O objeto adquire novos significados, marcas de acontecimentos e marcas da passagem dos tempos que se tornam uma parte da história que transmitem. Por isso, ao perder-se um objeto perdem-se também todos os significados que este transporta, sendo por isso essencial a sua proteção.

Após o contacto com a instituição que possui o objeto, é então marcado o dia em que decorrerá a visita dos técnicos da DDA. É então efetuada uma deslocação ao serviço onde se encontram os objetos em causa. Estes são observados e é efetuada a triagem de quais os objetos que deverão ir para a RM. Estes objetos são numerados, fotografados e acondicionados devidamente para transporte. Este processo será analisado mais profundamente na secção 1 do capítulo 4, onde será exposta uma visita a um serviço, neste caso ao Centro Educativo da Bela Vista (CEBV) e o percurso do objeto desde o seu local de origem até ao seu armazenamento na RM.

O transporte tem de ser planeado de forma cuidadosa, tendo em conta a fragilidade de cada material e a embalagem precisa de proporcionar uma boa estabilidade para que não aconteçam acidentes indesejados durante o transporte. Ao empacotar objetos para transporte devem ser tomadas precauções a fim de evitar a sua danificação, como verificar se estes se encontram estáveis e que não se irão deslocar durante a viagem. Os objetos devem ser transportados juntamente com outros objetos, preferencialmente do mesmo tamanho e do mesmo material. O peso colocado nas caixas terá de ser um fator a ter em consideração, visto que se correrá o risco de as caixas não suportarem o peso e cederem, danificando os objetos no seu interior. O transporte dos objetos é efetuado pela frota do EPL e poderá não ser realizado no mesmo dia, dependendo da disponibilidade para o transporte. Pode, desta forma, ser necessário solicitar à instituição de origem que armazene os objetos até ser possível o seu transporte para a RM. Após a chegada ao edifício do Arquivo Histórico do EPL, a incorporação pode não ser imediata, dependendo dos objetos que ainda aguardem inventário. Os objetos recém-chegados são, por isso, mantidos num espaço na entrada do Arquivo Histórico, que permite a sua permanência temporária até à sua incorporação na coleção. A incorporação na RM compreende as seguintes

modalidades: afetação permanente; compra; doação; legado; herança; recolha; achado; transferência e permuta. O modo mais comum de incorporação na RM é sob forma de afetação permanente, uma vez que são objetos afetados dos vários serviços da DGRSP que ficam a fazer parte de forma permanente do acervo da RM.

3.2.3. O tratamento e inventariação do objeto

A conservação dos bens culturais pode ser compreendida como o conjunto de esforços para prolongar o máximo possível a existência física dos objetos. Estes esforços podem traduzir-se no controlo do ambiente externo ao objeto, como referi anteriormente através da conservação preventiva, bem como através de intervenções diretas no objeto. Apesar de ser fundamental compreender a efemeridade dos materiais, a conservação busca preservar as suas características originais (Froner & Souza, 2008). Como mencionei anteriormente, os fatores ambientais são uma das causas principais da deterioração, pelo que a conservação preventiva é crucial, mas há ainda que ter em consideração as condições em que o objeto chega à reserva bem como ao seu manuseamento. A manutenção das características originais do objeto deve ser uma preocupação, dando prioridade à intervenção mínima. Dessa forma, os procedimentos de conservação devem sempre ter prioridade sobre os de restauração, que só deverão ser realizados quando for estritamente necessário. Devido à falta de um técnico especializado em restauro, somente são aplicadas técnicas de restauro se o objeto tiver uma falha que afete completamente a sua estabilidade, como ocorreu no caso da caixa de sapateiro que irei referir na secção 1.3. do capítulo 4. Após a chegada à reserva, é determinado o estado de conservação do objeto, através da sua observação e limpeza, como demonstrado no anexo C desta dissertação. Durante a observação é imprescindível detetar possíveis focos de fungos; insetos ou bactérias, uma vez que estes focos podem provocar uma infestação e afetar os outros objetos armazenados. Devem da mesma forma ser detetados danos no objeto e determinar quais poderão ter necessidade de intervenções de restauro. É depois realizada a limpeza de resíduos acumulados e sujidade, pois, como muitos objetos estavam “esquecidos”, o pó é um fator sempre presente. É, por isso, obrigatório o uso de máscaras durante o manejo destes objetos. Os instrumentos e produtos utilizados durante a fase de limpeza são sempre um fator a ter em atenção para evitar a danificação do objeto. Muito importante é, igualmente, o manuseamento dos objetos que, se realizado de forma errónea, pode danificar severamente o objeto, pois,

Durante o manuseamento os objetos estão sujeitos a praticamente todos os riscos que as ações de conservação preventiva têm como objetivo impedir. A causa mais comum de deterioração de bens culturais em contexto museológico tem origem no manuseamento incorreto. Quando são manuseados, até os materiais mais estáveis e aparentemente mais resistentes podem sofrer danos. (Amaral, 2011, p.4)

À vista disto, é essencial ter em conta certos aspetos ao manuseá-los. São muitas as regras adequadas a um manuseamento seguro dos numerosos objetos que constituem o acervo da RM. Sendo que, por essa razão, irei apenas enumerar algumas. Por exemplo, no caso do manuseamento de objetos de grandes dimensões, estes nunca deverão ser arrastados, mas levantados através do seu ponto de força estrutural. Deveremos, do mesmo modo, ter bastante atenção durante o manuseamento de objetos pequenos, que na RM existem em grande número. Durante o manuseamento deste tipo de objetos, devem ser utilizadas luvas ou um papel, exceto no caso de peças escorregadias ou onde as fibras das luvas possam ficar presas. Deve-se agarrar sempre por baixo do objeto de maneira a estabilizá-lo, nunca agarrar pelas asas ou outras protuberâncias, posto que há o risco de estas partirem. Ao pousar o objeto, este deverá sempre conter a parte mais estável para baixo e não ser aproximado da berma do local onde se encontra. Por fim, se o objeto for muito frágil, será mais seguro pousá-lo numa superfície mole para evitar que este se quebre no caso de queda. (Rowlison, 1994) Após o tratamento, tendo em conta todos os aspetos acima mencionados, segue-se a fase do inventário.

O inventário do objeto é como o seu BI e permite-nos saber toda a informação conhecida sobre este. A informação necessita de primeiro ser registada à mão, num livro adequado para o efeito. Desta forma, se ocorrer algum problema na introdução dos dados no inventário digital, a informação não é perdida. Depois de toda a informação ter sido registada, é colocada a etiqueta de inventário no objeto. A etiqueta de inventário é feita com um papel preso a um fio, onde é colocado um autocolante com o número de inventário, sendo depois presa ao objeto como demonstrado no Anexo C desta dissertação. Em certos casos que o permitam, e que da ação não resulte a danificação do objeto, a numeração é colocada a caneta preta no próprio objeto, tendo como exemplo os objetos de vidro, louça ou metal. A numeração de inventário necessita sempre de seguir o seguinte modelo: DGRSP-RM-0000 e obedecer a uma numeração sequencial. No caso de objetos que formem uma série ou conjunto, a numeração passa a ser DGRSP-RM-0000-1. Como referido na obra “Normas Gerais. Artes plásticas e Artes Decorativas”, editada pelo Instituto Português de Museus (2000), formam um conjunto:

Todas as obras formadas por elementos que, embora tenham existências autônomas, só quando agrupados, permitem uma leitura estética, formal ou funcional da peça (ex: retábulo, faqueiro, baixela, uniforme, etc.), independentemente da leitura individual de cada um dos seus elementos constitutivos. (Instituto Português de Museus [IPM], 2000, p. 27).

O inventário é neste momento realizado em Excel, mas brevemente toda a informação irá migrar para o programa em desenvolvimento “Collective Access”. Os metadados utilizados no Excel dizem respeito a este programa. O registo de inventário no “Collective Access” substitui o registo de tombo procedendo-se, por isso, imediatamente ao inventário do objeto. Sendo este sistema recente, a maioria dos objetos encontra-se somente tombado e não inventariado de acordo com o “Collective Access”. A uniformização da marcação dos objetos inventariados é feita de forma gradual, de modo a atualizar os objetos que se encontravam armazenados.

Lamentavelmente, nem todos os metadados do objeto podem ser preenchidos, não apenas porque para certos objetos, não seria pertinente a preenchimento de determinados campos, mas também porque a pesquisa e estudo do objeto são muitas vezes limitados pela falta de meios humanos e monetários que possibilitem essas tarefas. Os metadados do inventário organizam-se na seguinte forma:

- 1) *Identificação*: Estes dados são imprescindíveis, pois, permitem conhecer a informação básica sobre o objeto, possibilitando mesmo na ausência de mais informações, identificá-lo e localizá-lo. Nesta categoria podemos encontrar todos os dados gerais sobre o objeto, que incluem o estado; acesso; número do tombo; o número de inventário; o título; denominações; a supercategoria, categoria e subcategoria a que o objeto pertence (Tabela 3.1.); propriedade; cotas; marcações existentes na peça; descrição da peça e relações com outras peças, entidades, coleções ou ocorrências. Atuando desta forma, como um resumo sobre a peça em questão.
- 2) *Produção*: contém o autor ou oficina em que foi produzido; a datação da sua produção; a matéria de suporte; dimensões; unidades de medida e estado de conservação. Neste caso, são normalmente preenchidos os campos que dizem respeito a características observáveis do objeto, como a sua matéria de suporte e dimensões. A informação sobre data de fabrico e fabricante, pode inclusive ser preenchida se se encontrar marcada no objeto, constar num documento de que se faça acompanhar ou pode até ser providenciada por alguém do seu local de origem. Nos casos em que isto não acontece,

os campos referentes ao autor, local e data de produção da peça apenas poderão ser preenchidos quando for possível um maior estudo sobre esse objeto.

- 3) *Contexto- historial*: que compreende o historial da peça; a evolução da sua função e da sua forma; objetos relacionados; informações que se aplicam se este for um achado arqueológico; a sua função inicial e alterações e a existência de legendas, inscrições, heráldicas ou insígnias. Aqui assistimos ao mesmo caso referido acima para a produção, pois, diz respeito a informação sobre o objeto antes da sua incorporação. Se esta informação não for diretamente observável ou transmitida, será necessário esperar pela possibilidade de um aprofundamento da sua história anterior à incorporação na RM. Estas informações são essenciais mais tarde no âmbito da musealização da RM.
- 4) *Incorporação/abate*, que inclui informação sobre o modo de incorporação; data de incorporação; origem da peça; referência do processo; custo da aquisição e informações sobre o seu abate. Estes campos dizem respeito à vida do objeto enquanto parte do acervo da RM, nomeadamente o seu processo de entrada e saída desta, logo devem ser obrigatoriamente preenchidos.
- 5) *Direitos de acesso*, que contém os direitos de autor; condições de acesso; condições de representação e legislação associada. Neste caso são preenchidos apenas os campos aplicáveis.
- 6) *Conservação*, que abrange o estado de conservação e a informação sobre intervenções de conservação e restauro realizadas ao objeto. As informações sobre a conservação do objeto são bastante importantes, uma vez que nos permitem perceber qual o estado do objeto que entrou na reserva. Permite-nos igualmente conhecer quais as medidas tomadas para garantir a sua preservação, através de medidas indiretas de conservação preventiva, e quando estritamente necessário, através de medidas diretas de restauro.
- 7) *Informação associada*, permite-nos associar o objeto a eventos ou documentação de que este faça parte. Inclui a bibliografia em que o objeto possa ser referenciado; exposições de que tenha feito parte; catálogos de exposições e outra documentação associada. Esta informação poderá ser utilizada como um meio de enriquecimento da informação disponível sobre o objeto em questão.
- 8) *Relações*, que contém informação sobre outros objetos, entidades, ocorrências, coleções, localizações ou atividade relacionadas com a peça. Esta informação pode ser uma mais-valia, já que poderá ser utilizada como um meio de obter mais informações

sobre o objeto através de entidades que tenham alguma relação com este, bem como através do estudo dos objetos que partilhem a mesma coleção.

- 9) *Objeto digital*, que integra uma imagem digital do objeto, permitindo, desta forma, identificá-lo mais facilmente. Nestes campos devem ser especificados o tipo, autor, número do inventário fotográfico, formato, dimensão da imagem e direitos de autor da imagem em questão.
- 10) *Metadados do Sistema*, que dizem respeito à utilização do sistema, ou seja, que técnico realizou a inventariação; a data da inserção de dados e o local em que esse procedimento foi realizado.

No que diz respeito à classificação dos objetos, um dos dados principais que faz parte da sua identificação é a sua categoria. Como referido na obra “Normas Gerais. Artes plásticas e Artes Decorativas”, a categoria

(...) constitui o primeiro nível de classificação das coleções museológicas. Designa os grandes agrupamentos de peças, tradicionalmente estabelecidos e definidos em função da técnica (ex: Gravura), matéria de base (ex: Metais), ou mesmo da sua funcionalidade (ex: Instrumentos Musicais). (IPM, 2000, p.18)

São ainda aplicadas para a classificação dos objetos da RM, as supercategorias, ou seja, as categorias mais gerais em que os objetos se dividem e que agrupam as categorias. Estas categorias dividem-se em subcategorias correspondendo “(...) a uma especificação de ordem funcional que visa auxiliar a gestão interna das coleções” (IPM, 2000, p.19). Na tabela 3.1. é possível compreender a organização em supercategorias, categorias e subcategorias.⁶⁴

Tabela 3.1. – Classificação dos objetos da Reserva Museológica

Supercategoria	Categoria	Subcategoria
Arte	Cerâmica	Cerâmica de Revestimento
		Cerâmica de Arquitetura
		Cerâmica de Equipamento
	Ourivesaria	
	Têxteis	Paramentos

⁶⁴ Informação retirada do documento “Tabela de categorias da Reserva Museológica”, disponibilizado pela Dra. Pilar Miguel durante o estágio na Reserva Museológica entre março e maio de 2019.

		Tecidos e Bordados
		Colchas
		Tapetes
		Tapeçaria
	Pintura	Iluminura
		Miniatura
	Mobiliário	Mobiliário Civil
		Mobiliário Religioso
	Escultura	Escultura de Vulto
		Escultura Arquitetónica
		Escultura Funerária
	Instrumentos Musicais	Idiofones
		Membranofones
Ciência e Técnica	Investigação e Desenvolvimento	Física
		Ciências da Terra
	Indústria e Técnica	Medicina
	Uso e consumo doméstico	Engenharia Mecânica
Engenharia Aeroespacial		
Etnologia	Alfaias Agrícolas	
	Tecnologia Têxtil	Equipamento
Arqueologia		

3.2.4. A constituição do acervo

Como me foi dito pela Dra. Pilar Miguel, responsável pela RM na altura do meu estágio, cada estabelecimento prisional e centro educativo encerra um pequeno mundo dentro de si. Consequentemente deparamo-nos com a grande variedade de objetos que encontramos no mundo exterior e outros específicos ao tipo de instituição. Paulo Adriano (2020) refere-se a estes pequenos mundos como *micro comunidades*; estes objetos não nos permitem apenas

compreender a história da DGRSP e do sistema penal, mas também a história da própria sociedade.

No que diz respeito à educação, como referi no caso dos adultos e como irei referir na secção 1.2. do capítulo 4. referente à justiça de menores, esta desempenha um papel essencial na vida prisional. A preocupação com a educação em contexto prisional, é notável desde a implementação do sistema penitenciário, sendo até aos dias de hoje um dos pilares do sistema prisional. Consequentemente, muitos são os objetos utilizados no âmbito letivo e que se encontram agora na RM. Para além de uma vasta coleção de mapas e diagramas de parede utilizados durante as atividades letivas pelos docentes, gostaria de destacar alguns objetos provenientes do CEBV. Durante o meu estágio na RM, tive oportunidade de trabalhar na incorporação destes objetos, incluindo vários armários da Papelaria Fernandes contendo objetos. Estes armários eram denominados ‘caixas métricas’, existindo três tipos de caixas métricas distintas em harmonia com a quantidade de material didático que comportavam. Estes armários continham numerosos objetos de medição (metro articulado; fita métrica; medidas para líquidos; medidas para sólidos; balança; pesos de metal; pesos de ferro; etc.) e figuras geométricas (cubos; pirâmides; prismas; troncos, etc.). Estes armários existiam em todas as escolas de instrução primária e guardavam todas as medidas padrão. Provenientes do CEBV são também os numerosos testes psicotécnicos, aplicados aos jovens dos centros educativos para compreender quais seriam as suas aptidões, bem como, as múltiplas caixas com diferentes tipos de carimbos, utilizados para atividades com os jovens internados. Mas não é apenas o ensino nos centros educativos que é importante, dado que

O ensino nas prisões se organiza em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos. (Cunha, 2013, p. 22)

mostrando-se, por isso, essencial para o processo de reforma e reinserção do recluso. Estes objetos são altamente relevantes, dado que a partir do seu estudo e comparação é possível conhecer, não apenas a evolução da educação em contexto penal, mas a evolução da educação em geral.

Outro dos pilares do sistema penitenciário é a religião, um fator a ter em consideração para a grande prevalência de objetos religiosos na RM. Há também que considerar que todas as cadeias possuem uma capela, consequentemente os objetos de cariz religiosos são provenientes

destes edifícios religiosos. Há que salientar uma variedade imensa de esculturas religiosas, das quais destaco a do Menino Jesus Salvador do Mundo, da primeira metade do século XX e proveniente da Cadeia das Mónicas e a Sagrada Família, executada por um recluso da Colónia Penal de Alcoentre em 1948. Devem ser realçadas as diversas pinturas com motivos religiosos e os vários relicários, dos quais saliento o Relicário do Apóstolo S. André, do séc. XVIII, proveniente do Centro Educativo São Fiel. São bastantes os objetos relacionados com as cerimónias religiosas, como paramentos litúrgicos, dos quais destaco várias estolas, e outros objetos litúrgicos, como sinetas litúrgicas, turíbulo e missais. Gostaria ainda de referir que algumas obras presentes no inventário, foram inventariadas in situ, como é o caso de estátuas de grandes dimensões ou vitrais. Existem exemplos deste tipo de inventariação no Hospital Prisional de São João de Deus, onde a Estátua de São João de Deus, da autoria do escultor Costa Motta Sobrinho⁶⁵ de 1952, se encontra na Capela juntamente com um conjunto de vitrais da capela, igualmente inventariados.

Durante uma visita ao armazenamento da RM, é possível observar objetos fabricados pelos reclusos, associados a meios de educação não formal, como objetos de artesanato, maquetes, desenhos e pinturas. Através destas obras podemos perceber, o quanto a arte pode ser importante não apenas como um escape da realidade prisional, mas como uma maneira de representar as vivências neste contexto, bem como uma forma de adquirir competências técnicas e artísticas no âmbito da reinserção social. Felizmente, a arte na prisão e nos centros de detenção de menores tem ocupado um lugar cada vez maior. Isto é perceptível através da existência de numerosos projetos, que nos últimos anos têm contribuído para consolidar o papel da arte em contexto prisional e centro educativo. Um destes projetos, que decorreu em dois centros educativos, denomina-se *JAM - Jovens, arte e movimento*. Este projeto foi desenvolvido entre 2014 e 2016 e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Neste projeto procurou-se a integração socioprofissional pelas artes, através da transmissão de conhecimentos técnicos e artísticos que possam ajudar o jovem recluso no contexto pós-libertação.⁶⁶ Um outro projeto nasceu da parceria entre a DGRSP e a Direção Geral das Artes em 2020 e denomina-se *Programa Arte e Reinserção Social*; tem como objetivo levar as artes plásticas, desenho e outras

⁶⁵ António Augusto da Costa Motta, nasceu em 1877 e faleceu em 1956. Este escultor português foi responsável por esculturas para a Biblioteca Nacional, Jardim da Estrela, Miradouro de Santa Luzia, entre outras.

⁶⁶ Informação obtida através do website oficial do Programa Cidadania Ativa – Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <http://par.org.pt/project/jam-jovens-arte-movimento/> (Consultada a 5 de junho de 2021)

práticas artísticas aos estabelecimentos prisionais. Esta iniciativa deveria estimular os reclusos a participar em atividades artístico culturais e ao mesmo tempo promover a posterior reinserção social.⁶⁷ Este projeto deverá ser desenvolvido até ao final de 2021, mostrando-se como um excelente exemplo de como no meio de todas as dificuldades trazidas pela pandemia, a arte e cultura continuam a ocupar um lugar essencial dentro das prisões e centros educativos. Para além dos objetos provenientes de atividades relacionados com a vertente manual da arte, podemos encontrar alguns objetos relacionados com a música, tais como alguns instrumentos musicais na sua maioria de sopro, alguns tambores e um piano. Por fim, há que mencionar os troféus, taças e medalhas que os reclusos e jovens internados em centros educativos foram recebendo pela sua participação em atividades desportivas e outras.

Como referido, muitos dos objetos utilizados no exterior encontram-se também nos estabelecimentos prisionais e centros educativos. Dito isto, são numerosos os objetos provenientes da vida quotidiana na prisão como louças; talheres; castiçais; cuspeiras e fardamentos, incluindo vários fardamentos utilizados pelos jovens do CEBV. Diversos são também os materiais médicos, dos quais destaco bastantes seringas de metal e de vidro; cadeiras médicas; armários e frascos com remédios variados. Pertencem igualmente à RM diversos objetos técnicos e científicos como microscópios; balanças de diferentes tamanhos; caixas com vários pesos de metal; computadores antigos e máquinas de escrever de variadas marcas e modelos. No que diz respeito ao material de escritório, há diversas peças de mobiliário, como secretárias, cadeiras e mesas, bem como outros objetos como é o caso dos carimbos institucionais. Existem igualmente múltiplas peças pertencentes ao equipamento dos bombeiros, como agulhetas de bombeiro antigas; botas; cintos; machados e baldes de areia. Como Bruno Brulon (2015) refere, todos estes objetos passaram por um processo que os transformou de objetos utilitários em objetos museológicos. Para além da alteração da sua função original, são alterados no que diz respeito aos: “(...) seus modos de se relacionar com os outros objetos e com os seres humanos que lhes dão sentido.” (Brulon, 2015, p.26). Através desta nova vida, os objetos que poderiam parecer banais ou desinteressantes ganham um novo valor simbólico, ao mesmo tempo que adquirem novas classificações e novos sentidos. No caso da RM, estes objetos que poderiam ser peças utilitárias do quotidiano, da medicina, da tecnologia ou de escritório, transformam-se em objetos museológicos devido ao papel que desempenharam dentro da instituição e à memória histórica que encerram em si. O processo de

⁶⁷ A Informação sobre este projeto foi obtida através do website oficial da Direção-Geral das artes, disponível em: <https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/2980> (Consultada a 5 de junho de 2021)

musealização confere assim uma nova vida aos objetos que, retirados do seu uso quotidiano, revestem um valor histórico, patrimonial ou artístico. Principalmente no caso dos objetos manufaturados, a história é indispensável para os tornar únicos e importantes, atribuindo significado aos mesmos (Gurian, 2001).

Numa reserva museológica desta natureza não poderiam faltar os objetos relacionados com o crime, incluindo armas de fogo; armas falsificadas; navalhas e objetos utilizados para a cunhagem de moedas falsas. No que diz respeito aos objetos falsificados ou utilizados para executar falsificações, há que destacar duas exposições que poderão ser úteis para compreender os modos de interpretar e de expor ao público. Em 2008 teve lugar a primeira iniciativa nacional focada na exposição de obras falsificadas. Esta exposição denominada *O verdadeiro falso* e organizada pela Polícia Judiciária – Diretoria do Norte, exibiu variadas obras de arte falsificadas⁶⁸. Apesar dos objetos falsificados presentes na RM não encaixarem na categoria de obra de arte, parece-me pertinente mencionar esta exposição, porque foi a primeira do seu género em Portugal. Em 2020, é inaugurada a exposição “A Arte do Falso” numa colaboração entre a Alfândega do Porto e a Polícia Judiciária do Porto. Esta exposição tinha como objetivo “(...) trazer ao conhecimento do público narrativas de falsificações e falsificadores, elementos adulterados ou mecanismos de falsificação (...)”⁶⁹. Esta exposição não se limitava apenas a obras de arte e continha os procedimentos e técnicas de falsificação e outros objetos falsificados, objetos esses igualmente presentes no acervo da RM. Na RM podemos ainda observar outros objetos ilegais fabricados pelos reclusos, como carregadores de telemóvel improvisados feitos com os mais diversos materiais; objetos cortantes, incluindo uma lâmina escondida no interior da base de uma estatueta da Nossa Senhora de Fátima; objetos engolidos pelos reclusos e recuperados após cirurgia; ‘máquinas de tatuar’ improvisadas, feitas através de canetas e peças de um rádio portátil e até cordas fabricadas com lençóis e utilizadas em tentativas de fuga.

A RM contém diversos tipos de fardamento dos guardas prisionais, dos quais destaco os calções e capacetes utilizados no séc. XX, pelos guardas de Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz. Encontram-se também na RM, algemas do final do séc. XIX, provenientes

⁶⁸ Para mais informações sobre a musealização de obras de arte falsificadas consultar a dissertação de mestrado de Diana Ramos, publicada em 2008 com o título “Falso mais falso não há!”.

⁶⁹ Excerto retirado da apresentação da exposição no website oficial da Polícia Judiciária disponível em: <https://www.policiajudiciaria.pt/exposicao-a-arte-do-falso/>. (Consultado a 5 de junho de 2021)

da Cadeia Civil do Porto; vários tipos de armas, desde sabres, espadas e armas de fogo; condecorações recebidas e objetos utilizados durante as rondas para marcar os locais onde os guardas prisionais passavam. Estes objetos poderão ajudar a dar voz a um grupo negligenciado na história, como Ana Pereira Roseira (2014) refere:

Se por um lado são já abundantes os estudos prisionais e de criminologia que se debruçaram sobre as significações e as condições de reclusão de prisioneiros em diferentes tipos de regimes penais, por outro lado ainda pouco se atentou não só às especificidades da profissão do carcereiro e do guarda prisional, como às condições em geral de toda a comunidade de profissionais das cadeias, na sua diversidade de cargos e funções. (Pereira, 2014, pp. 1-2)

Da mesma maneira, que o sistema prisional não poderia funcionar sem a presença dos guardas prisionais, estes não poderiam ser deixados de fora da RM e mais tarde, do futuro museu da DGRSP.

Por fim, na RM podemos encontrar uma vasta coleção de objetos provenientes de postos antropométricos dedicados à identificação dos reclusos através das suas características antropométricas. Os postos antropométricos foram criados em Portugal pelo decreto de 21 de setembro de 1901, nas cadeias civis centrais de Lisboa e do Porto. Apenas o posto antropométrico do Porto entrou em funcionamento imediatamente, sendo que o de Lisboa apenas entrou em funcionamento em 1913. Como Paulo Adriano (2010) refere, juntamente com o posto antropométrico de Lisboa: “Também (...) foi criado um museu relacionado com as questões da criminologia, contendo objetos recolhidos no quotidiano prisional ou trabalhos realizados por presos, entre outros objetos” (Adriano, 2010) Infelizmente, como o próprio refere, nada deste museu restou. Assim, os objetos presentes na RM pertencem na sua maioria ao Posto Antropométrico do Porto, e incluem: paquímetros para medições dos membros e crânio; estojos de medição de estatura; caixa com tabela de cores de olhos em vidro; caixa com tabela de cores de cabelos, caixas com tabelas de cor da epiderme, material para impressões palmares; livros com impressões palmares e livros em que eram registadas as tatuagens dos reclusos, entre outros. Todos estes objetos têm um papel central para compreender a evolução das técnicas de identificação e registo criminal.

3.2.5. Importância do Património Imaterial

Por fim, gostaria apenas de salientar o papel do trabalho de terreno e de recolha de património imaterial na RM. O trabalho de terreno é fundamental na recolha de património imaterial e indispensável para entender a história dos objetos. No caso da coleção da oficina de sapateiro que irei expor na secção 1.3. do capítulo 4, a maioria da informação sobre os objetos foi completada através de entrevistas com um sapateiro, que me transmitiu desse modo o conhecimento sobre a sua profissão. No Manual de Procedimentos da RM, é destacada a importância da recolha dos testemunhos dos trabalhadores ou quaisquer outras pessoas ligadas à instituição, relativamente aos lugares e aos objetos. Quando questionada na entrevista, se os testemunhos dos reclusos estariam igualmente incluídos nestas recolhas ou se seriam deixados de lado, a chefe de divisão referiu sobre esta tarefa: “Deixada de lado, nunca. Adiada por falta de meios humanos e materiais.”⁷⁰ Esta asserção revela o reconhecimento da importância dos testemunhos dos reclusos como fonte de conhecimento na primeira pessoa, mas que atualmente esta recolha não é possível devido à falta de meios para a realizar. Importante será igualmente a recolha de testemunhos dos guardas prisionais que, como referi anteriormente, são muitas vezes deixados de fora das páginas da história.

⁷⁰ Informação providenciada pela Dra. Cristina Maria Pires dos Santos, através de uma entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 10 de agosto de 2020.

CAPÍTULO 4

A Visita ao Centro Educativo da Bela Vista e o Futuro da Reserva Museológica

Neste último capítulo será apresentado um exemplo prático do método de trabalho na Reserva Museológica (RM), exposto no capítulo anterior. Este exemplo será providenciado através da descrição de uma visita ao Centro Educativo da Bela Vista (CEBV) e no processo de incorporação da coleção da oficina de sapateiro. Esta visita decorreu no âmbito do meu estágio curricular na RM e serviu de base para o meu relatório de estágio. Para compreender o papel das oficinas nos centros educativos será essencial mostrar a evolução da justiça de menores e das oficinas de trabalho neste contexto. Em seguida, começarei por mostrar como se tem feito a divulgação da RM através da explicitação da política de cedência de objetos e da apresentação de algumas exposições realizadas. Por fim, será abordado o futuro da RM a partir de uma proposta de criação de um futuro museu da RM.

4.1. O Centro Educativo da Bela Vista

O atual CEBV foi criado a 27 de maio de 1911, por decreto-lei⁷¹ mas foi apenas instalado a 21 de maio de 1912, no Recolhimento do Bom Pastor na zona da Graça. Nessa altura, funcionou como Refúgio da Tutoria Central de Lisboa, que servia como acolhimento temporário de crianças maltratadas e delinquentes. Como Filomena Bandeira refere:

Os refúgios constituíam das instalações mais emblemáticas da jurisdição de menores. Eram centros de observação em regime de internamento, destinados a avaliar (...) a criança ou jovem e a sua situação. Sobre as informações coligidas (...) o juiz aplicava a medida que melhor se adequava à situação e à respetiva readaptação social do menor. (Bandeira, 2009, p.75)

Em 1962, a instituição passou a denominar-se apenas como Centro de Observação. Em 1978 após ser demolido devido à sua deterioração e falta de condições, foi novamente

⁷¹ Lei de Proteção à infância de 27 de maio de 1911.

reconstruído e nomeado Centro de Observação e Ação Social de Lisboa. Em 1995, foi novamente renomeado, agora como Colégio da Bela Vista e depois da Lei Tutelar Educativa em 1999, passou finalmente a denominar-se o Centro Educativo da Bela Vista.

No que diz respeito à visita ao CEBV, esta decorreu logo nos primeiros dias do meu estágio na RM⁷² e permitiu-me acompanhar todo o processamento dos objetos desde o seu local de origem até à incorporação final na RM. A visita foi realizada com a minha orientadora de estágio, a Dra. Pilar Miguel e com a Dra. Odete Damas, técnica da Biblioteca da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Tanto o diretor do Centro Educativo, como os funcionários, mostraram-se completamente disponíveis e prestáveis. Começámos pelos arquivos da instituição, local onde existiriam documentos a ser encaminhados para o Arquivo Histórico e publicações para ser incorporadas na biblioteca. Seguimos para o gabinete do diretor e sala de reuniões onde se localizavam algumas peças relevantes, como bustos, objetos religiosos e algumas peças de decoração. Estas peças foram logo referenciadas para ser acomodadas mais tarde, assim como algumas dispersas pelos corredores. Fomos guiados até a uma espécie de pequena exposição, que o próprio serviço teria organizado e onde se localizavam muitas peças de interesse. A diversidade destes objetos é de notar, desde armários com material escolar; estojos de avaliação psicotécnica; máquinas de escrever; material médico; rádios antigos; vestuário; instrumentos de precisão; gravuras e equipamento de bombeiros. Foi então necessário, reportar ao diretor quais seriam os objetos de interesse para a RM, para que fosse dada a autorização para o seu acondicionamento para transporte. Felizmente, o diretor do CEBV, que se tinha mostrado sensibilizado em relação á relevância dos objetos que se encontravam expostos na instituição, compreendeu a importância e necessidade da conservação e inventariação dos mesmos. Consequentemente, autorizou prontamente a incorporação destes objetos na RM. Iniciámos então o acondicionamento das peças, com materiais providenciados pelo CEBV, tendo sempre atenção ao peso colocado nas caixas e na correta proteção dos objetos para que não ocorressem danos durante o transporte (Anexo D). Depois de termos acomodado todas as peças e de estarem devidamente identificadas, dirigimo-nos a um edifício que devido à falta de condições deixou de ser utilizado como alojamento para os jovens. Ganhou por isso uma nova utilidade ao ser utilizado para armazenamento e foi onde encontrámos as peças da oficina de sapateiro cobertas de pó (Anexo E), juntamente com alguns troféus, medalhas, condecorações e uniformes.

⁷² A visita realizou-se a 6 de março de 2019, no terceiro dia de estágio curricular.

anteriormente utilizados pelos menores. Foi aqui que terminámos a nossa visita e os objetos foram transportados alguns dias mais tarde para a RM.

4.1.1. A justiça de menores em Portugal e o papel das oficinas:

Para entender o contexto desta instituição e dos objetos aí encontrados, foi necessário dar conta da evolução da justiça de menores em Portugal, para que seja possível compreender o contexto em que o CEBV foi construído e as principais alterações que ocorreram na justiça de menores. Apesar de na secção 2 do capítulo 2, ter exposto a evolução das Instituições Penais de adultos, parece-me importante para contextualizar o CEBV e a coleção que será apresentada, mostrar como essa evolução decorreu no caso da justiça de menores. Estas alterações levaram a que a reclusão de menores perdesse a sua função puramente punitiva e passasse a ter uma função educativa e focada na reinserção, justificando desse modo a existência das oficinas como a de sapataria.

Importa tomar em consideração as sucessivas alterações relativamente à faixa etária no que diz respeito à responsabilização criminal dos jovens. O conteúdo das noções de menores e de jovens sofreu alterações ao longo dos séculos. Nas disposições das Ordenações Filipinas (1603-1830) foi pela primeira vez instituída uma judicatura própria para menores que incorressem em atos ilícitos. Segundo o direito da época, a maioridade civil só se atingia aos 25 anos, mas para efeitos penais situava-se nos 20 anos, dessa forma, o julgador poderia diminuir a pena a menores de 20 anos e não poderia condenar à morte um menor de 17 anos. Assim, como descreve José Guardado Lopes "(...) até aos 7 anos estavam isentos de pena, até aos 12 do sexo feminino e aos 14 do sexo masculino presumia-se irresponsáveis, e dessa idade até aos 17 sofriam as penas que merecessem, mas atenuadas." (Lopes, 1993, p.89). O código penal de 1852 manteve nos 7 anos, o limite para a responsabilização, considerando também como tais os menores de 14 anos, no caso de terem agido sem total discernimento. Apenas com a reforma penal de 1884 e com o código penal de 1886 o limite seria elevado para os 10 anos. A 27 de Maio de 1911 foi publicada a Lei de Proteção à Infância, onde os limites de maioridade penal passaram para os 16 anos e os 9 anos tornaram-se o limiar a partir do qual os menores poderiam receber medidas corretivas. A Lei Tutelar Educativa de 1999, altera a idade da responsabilização penal e esta passa a situar-se entre os 12 e os 16, limite que se mantém até à atualidade.

No que diz respeito às instalações onde se realiza o cumprimento de pena, este assunto foi apenas abordado pela primeira vez no Código Civil de 1867, que ditava que os jovens delinquentes deveriam ser internados em casas de correção, algo que não existia na altura, visto que a Casa Pia, criada em 1780 se transformara num recolhimento para órfãos e abandonados (Lopes, 1993). Finalmente, por lei de 15 de julho de 1871, foi criada para a Comarca de Lisboa, uma cadeia civil denominada de Casa de Detenção e Correção. Esta seria destinada a acolher condenados à prisão preventiva, menores presos à ordem das autoridades administrativas e ainda os chamados indisciplinados. Em 1903, a instituição foi transferida do Convento das Mónicas para o antigo Convento da Cartuxa em Caxias e passa a chamar-se Reformatório Central de Lisboa Padre António Vieira. Em 1895, é construída a Colónia Correccional de Vila Fernando, assente na produção pecuniária e produção agrícola, instituição esta que acabou por ser encerrada em 2007. Em 1902, é inaugurada a Casa de Detenção e Correção de Santa Clara em Vila do Conde. Nove anos mais tarde, assiste-se à criação da Tutoria da Infância de Lisboa, no ano seguinte é criada a Tutoria da Infância do Porto e, em 1927 é criada a Tutoria da Infância de Coimbra. Finalmente, em 1958, é criado o Instituto Navarro Paiva para acolher jovens condenados com historial de doença mental.

Atualmente, a rede de centros educativos conta com seis estabelecimentos. Em Lisboa encontra-se o CEBV (Ex- Refúgio da Tutoria da Infância de Lisboa); o Centro Educativo Padre António Vieira (Ex- Reformatório Central de Lisboa Padre António Vieira) e o Centro Educativo Navarro de Paiva (Ex-instituto Navarro Paiva). Em Coimbra, situa-se o Centro Educativo dos Olivais (Ex-Tutoria da Infância de Coimbra) e no Porto, o Centro Educativo de Santo António (Ex-Tutoria da Infância do Porto). Por fim, em Vila do Conde, localiza-se o Centro Educativo de Santa Clara (Ex-Casa de Detenção e Correção de Santa Clara).

Relativamente à função reabilitadora da reclusão dos jovens, e à semelhança do direito penal dos adultos, a preocupação com a temática da reinserção apenas se verificou no início do séc. XX. Como José Fernandes (1958) refere

Era este o clima jurídico e moral dos fins do século (XIX), em que o direito penal dos menores se confundia com o dos adultos, à falta de legislação apropriada, de edifícios condignos e de pessoal competente para uma tarefa reeducativa que valorizasse as crianças e as furtasse à ação criminosa da rua e de uma sociedade desprovida de outros meios que não fossem os meios policiais para reprimir a onda crescente de criminalidade infantil (Fernandes, 1958, p.13).

Até ao início do séc. XX, a lei de menores não era diferenciada da lei dos adultos e a sua função era apenas a de punir e não educar e reabilitar. Foi neste contexto que surgiu Padre António Vieira (1867-1923), uma das figuras mais ilustres no que diz respeito à justiça de menores. Após ocupar o cargo de diretor da Casa de Detenção e Correção, compreendeu que as condições em que os menores eram mantidos e o seu tratamento não trariam nenhum benefício para a sua regeneração. Desse modo, este padre resolveu tornar a prisão num sítio destinado à educação e formação dos jovens delinquentes. A 10 de Setembro de 1901 é criado o Regulamento Geral da Casa de Detenção e Correção, que incidia sobre a matéria disciplinar, educativa e artística, social e formativa desta instituição. Em matéria formativa, assiste-se à implementação da instrução profissional compreendia o ensino teórico e prático de uma arte ou ofício (alfaiate; sapateiro; merceeiro; serralheiro etc.). Desta forma, durante um mês os jovens passavam pelas diferentes oficinas onde eram avaliadas as suas aptidões, assim era possível compreender em que oficinas mostrariam mais aptidões e na qual poderiam ter mais chances de ser bem-sucedidos após a sua libertação. Foi, desta forma, dado um grande passo para a mudança de paradigma de um sistema de punição para um de educação e reabilitação, criando os pilares em que a justiça de menores assenta atualmente.

A 27 de Maio de 1911, foi publicada a Lei de Proteção à Infância, que determina a criação das Tutorias da Infância, ou seja, um

(...) tribunal coletivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa: educação e trabalho. Este tribunal julga pela sua consciência, como bom pai de família, no amor pela verdade e justiça, e sempre no interesse dos menores. (Ministério da Justiça, 1911, Art.º2 e § único)

Estaria prevista a criação de uma tutoria em cada comarca, sendo as de Lisboa, Porto e Coimbra as centrais, mas inicialmente apenas foi criada a tutoria de Lisboa. A Tutoria Central do Porto foi criada no ano seguinte e a de Coimbra foi apenas criada vinte e seis anos mais tarde. Foram igualmente criados os refúgios em cada tutoria, “(...) destinados a recolher menores até lhes ser dado destino conveniente ao seu estudo e observação e ao eventual cumprimento de pena.” (Lopes, 1993, p.105). A 9 de Setembro de 1923, com a morte de Padre António Vieira

(...) encerra-se todo um período de evolução legal dos menores. Os diplomas publicados, inspirados pelas mais generosas intenções, eram, de uma forma geral, muito mais programáticos do que para imediata execução; daí sucessivos avanços e recuos, numerosas alterações impostas pelas circunstâncias. Não há dúvida que foram um progresso. (Lopes, 1993, p.110)

Nos anos que se seguiram assistimos à criação de vários decretos e portarias, que em 1925⁷³, 1927⁷⁴ e 1928⁷⁵, formam as bases legais dos serviços de menores até à publicação da nova lei orgânica de 1962. O decreto-lei nº44287 de abril de 1962, apoia-se nos pressupostos da educação de tipo familiar, adaptada ao conhecimento aprofundado da personalidade de cada menor. Em 1978, o novo decreto-lei⁷⁶, estipula a promoção de meios educativos para a readaptação social do menor, mostrando uma preocupação cada vez maior com a educação e posterior reinserção social pós-libertação. Em 1999, é decretada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que assenta nos pressupostos da segurança, formação, educação e desenvolvimento do menor. No mesmo ano é decretada a Lei Tutelar Educativa, que propõe a utilização de programas e métodos pedagógicos e que assenta na interiorização por parte do menor de valores conformes ao direito que o permitam viver em sociedade. Com estas leis, foram fixados os pressupostos ainda em vigor atualmente na justiça de menores.

Em relação ao estabelecimento das oficinas nos centros educativos, este foi instaurado em 1911⁷⁷, devido à influência de Padre António Vieira, que como referi anteriormente teve um grande impacto na mudança de paradigma do sistema jurídico passando de um modelo centrado na punição para um outro focado na educação e reinserção. Estas oficinas dotavam os jovens de competências para que pudessem também integrar-se no mercado de trabalho e assim ter menos hipóteses de reincidência. Há igualmente que destacar a colaboração entre os serviços e o Instituto de Orientação Profissional a partir de 1926 que permitia que os jovens libertados pudessem ter uma reinserção e um ingresso no mundo do trabalho (Lopes, 1993). Há que ter em consideração que o trabalho era um dos valores tradicionalistas muito prezados durante o Estado Novo, o que explica esta ênfase no futuro profissional dos jovens.

⁷³ Decreto nº 10767/1925 de 15 de maio

⁷⁴ Portaria nº 4882/1927 de 6 de maio

⁷⁵ Decreto nº15162/1928 de 5 de março

⁷⁶ Decreto-Lei n.º 314/78. de 27 de outubro

⁷⁷ Regulamento Geral da Casa de Detenção e Correção de 10 de setembro de 1901

Atualmente, como referi na secção anterior, as vertentes educativas e formativas constituem os pilares centrais dos centros educativos. A educação escolar, os projetos culturais e os cursos profissionais, são uma parte essencial do processo de internamento do jovem no Centro Educativo. As temáticas lecionadas foram adaptadas, consoante o mercado de trabalho. Se tomarmos como exemplo, a enumeração de José Fernandes (1958) das oficinas do Reformatório Central de Lisboa nos anos 50, podemos identificar a existência das seguintes oficinas: alfaiataria, carpintaria, encadernação, marcenaria, sapataria, serralharia e tipografia. Profissões que, na altura, dotariam os jovens de competências para o mercado de trabalho, mas que hoje em dia têm pouca representatividade no mesmo, devido à evolução tecnológica. A reintegração na sociedade não seria possível, se a formação dada nos Centros Educativos não se adaptasse ao presente e aos novos desafios do mercado de trabalho. Assim, se tomarmos como exemplo o Plano Formativo de 2020⁷⁸, os jovens internados no CEBV terão acesso a um curso de formação base, operador de jardinagem e cozinheiro. Do mesmo modo, no Centro Educativo Navarro de Paiva, também localizado em Lisboa, encontram-se disponíveis os cursos de manutenção hoteleira, instalador/a – reparador/a de computadores e assistente de cabeleiro/a. Isto demonstra o quanto estas instituições têm apostado na educação e formação, para dessa forma garantir um melhor acesso dos jovens recém-libertados ao mercado de trabalho e igualmente uma menor taxa de reincidência. Todas estas atividades vão deixando testemunhos da sua existência. Testemunhos esses, materiais ou não (uma vez que a ausência de objetos pode, em si mesma, ser um objeto), que nos permitem compreender a evolução da formação nos Centros Educativos.

4.1.2. A coleção da oficina de sapateiro

Entre os objetos encontrados durante a visita ao CEBV, encontravam-se vários que remetem diretamente para o trabalho em oficina. Estes objetos foram reunidos e classificados como a Coleção da Oficina de Sapateiro do CEBV. A coleção é composta por cerca de 175 objetos, que figuram no inventário do número DGRSP-RM-2514 ao DGRSP-RM-2681, tendo em conta que alguns objetos se dividem em número por constituírem conjuntos. Os objetos deram entrada no edifício do arquivo histórico alguns dias após a visita ao CEBV, mas como existiam outros

⁷⁸ Plano de Formação do ano 2020 - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça. Disponível em: <http://www.cpj.pt/plano-de-formacao.html>. (Consultado a 5 de maio de 2021)

objetos a necessitar de inventário há mais tempo e nos quais nos encontrávamos a trabalhar, foram necessários alguns dias até ser iniciada a incorporação destes objetos⁷⁹.

Os objetos, que se encontravam na sala de entrada do arquivo, foram transportados para a sala de consulta. Apesar de como ter referido anteriormente, os objetos recolhidos no CEBV serem numerosos e de categorias variadas, nesta secção irei apenas focar-me nas peças que formam a Coleção da Oficina de Sapateiro. Para começar, foi necessário realizar a inspeção e limpeza de cada objeto, sendo sempre indispensável a utilização de máscara e luvas. Este procedimento serve para proteger o técnico de algum elemento nocivo no objeto, bem como, proteger o objeto durante o manuseamento. O pó era o fator mais presente, pois, estes objetos encontravam-se ‘esquecidos’ há bastante tempo. Foi crucial proceder à sua limpeza, tendo sempre em atenção o material de suporte do objeto e as reações que certos produtos de limpeza pudessem suscitar (Anexo E). A condição de conservação dos objetos em geral era bastante boa, com a exceção de uma caixa de madeira que continha as ferramentas e que se encontrava com uma racha catastrófica na tampa. Foi fundamental, portanto, estabilizar a peça através de um procedimento de restauro. Procedimento esse que foi aplicado pelo recluso que trabalhava no arquivo na altura e a oficina de carpintaria do EPL procedeu ao seu reparo. Muitas das ferramentas de metal apresentavam igualmente bastante oxidação, algo normal, tendo em conta a falta de procedimentos de conservação preventiva. Nas ferramentas e moldes eram visíveis as marcas de uso, o que faz parte da história do objeto, pois, este não nos transmite mensagens apenas sobre o mundo em que foi construído, mas também relativamente ao mundo em que foi utilizado. No que diz respeito, por exemplo, às formas que serviam de molde para o tamanho do sapato, é possível perceber através do seu desgaste, quais os tamanhos de sapato mais produzidos na oficina de sapateiro.

Depois de todos os objetos terem sido limpos e inspecionados para a deteção de possíveis fontes de infestação, foi realizado o inventário de cada objeto. Para o efeito, os objetos foram medidos, observados em busca de marcas distintivas, fotografados e se necessário, colocados em suportes que tornassem a sua acomodação mais segura. No caso das ceras de abelha, elas foram colocadas em capas de plástico que lhes conferiram uma maior proteção contra os elementos de deterioração e contra danos causados por outros objetos. Este mesmo procedimento foi utilizado em relação aos objetos mais pequenos, como os ilhós e os botões que foram colocados em capas de plástico para evitar a sua perda ou danificação. Os objetos

⁷⁹ A observação e limpeza dos objetos, proveniente do CEBV, foi iniciada a 21 de março de 2019.

foram de seguida arrumados nos respetivos sítios a si destinados, tendo sempre em atenção a sua segurança. Após todos estes procedimentos, a informação foi então colocada no inventário em EXCEL. Apesar da vontade de acomodar a coleção toda junta, para facilitar o acesso a esta, as condições dos Espaços da RM, acabam sempre por condicionar o armazenamento dos objetos, como foi referido anteriormente na secção 1.2 do capítulo 3. No Espaço 1 foram armazenados: os pacotes de linha na gaveta 53, as ferramentas e ceras na gaveta 54, as formas de madeira na gaveta 55 e os sapatos na gaveta 56 (Anexo E). A máquina de costura, o couro, pele e camurça, que devido às suas dimensões tiveram que ser armazenados no Espaço 2 que dispõe de uma superfície mais ampla para armazenamento de objetos com dimensões maiores. Os pacotes de fio, por serem de papel, e a cera de abelha, não poderiam ter sido armazenados no Espaço 2, devido às suas variações de temperatura e humidade relativa que poderiam danificar tanto o papel como a cera.

Entre os objetos que compõem a coleção, encontra-se uma máquina de costura de sapateiro Singer 29K71 de 1959. No seu interior encontravam-se alguns objetos originais e o manual de instruções. Tanto a máquina como os objetos a si associados, apresentavam um estado de conservação excelente. A coleção integra a matéria-prima para o fabrico dos sapatos, ou seja, o couro, utilizado nas solas dos sapatos e a pele e camurça, utilizados na parte superior do sapato. Várias capas para sapato, algumas ainda na sua caixa de origem e algumas avulso, da marca Triunfo, produzidas na fábrica de borracha *Enfim*, sediada em São João da Madeira. A coleção inclui várias ceras de abelha, algumas de brunir, ou seja, esticar e encerar a pele para a trabalhar e outras que serviriam para encerar os fios de sapateiro para serem mais facilmente cosidos, as marcas das ceras são Lux, Collin e Nunes. Existem igualmente várias embalagens de fio de sapateiro nº 5 e 6 da marca Meia Lua. Entre os objetos mais pequenos podemos encontrar doze fivelas de metal, ilhós, quinze pares de botões com sete padrões distintos e uma pequena caixa de papelão com pregos para sapatos.

Entre as ferramentas utilizadas na oficina e agora incorporadas na RM, encontram-se grosas de sapateiro, utilizadas para limar; martelos de sapateiro; sovelas, que serviriam para fazer buracos na pele, bem como para coser a linha no sapato; ganchos, que serviam para inserir num dos orifícios das formas de madeira, que seria posta debaixo do pé e depois puxar-se-ia a parte de cima do gancho, para que a forma saísse de dentro da pele; torqueses, uns de pregar à forma, que teriam como função puxar a pele para que esta ficasse justa ao sapato e outros torqueses que serviriam para arrancar capas. Encontram-se igualmente ferros de brunir, que tinham como

função alisar a pele; costas de viras, um pequeno instrumento de madeira, que serviria para se carregar nos pontos do sapato para que estes baixassem; punções, que serviriam para marcar a pele, incluindo uma caixa com o alfabeto e números; protetores de bico, que seriam pregados ao bico dos sapatos para os proteger. Esta coleção integra ainda vários buchetes, que serviriam para marcar a pele, sendo que uma das peças contém um friso que permite fazer um risco na pele e marcar o sítio onde esta será cortada. Há que realçar que esta foi uma das peças mais relevantes para a datação dos objetos, uma vez que continha marcada a palavra “refúgio” e como mencionei anteriormente, a instituição deixou de ser chamar Refúgio em 1962 e foi renomeada Centro de Observação. Desse modo, é possível deduzir que estes objetos possam ser anteriores a 1962. Muito importantes foram também os três alfezes, isto é, as ferramentas utilizadas para apertar os ilhós à pele, visto que nos permitem entender a evolução desta ferramenta desde a sua forma mais arcaica até à mais moderna. O objeto mais antigo é constituído por duas peças de ferro, uma delas com um pequeno orifício e outra com algum peso e com uma forma pontiaguda num dos lados que encaixaria no orifício da outra peça. Entre as duas peças seria colocada a pele com um buraco e o ilhós e com um martelo seria possível prender o ilhós na pele. O alfez manual que depende da força manual para apertar os ilhós e por fim temos o alfez mais moderno que aperta os ilhós com menos esforço e mais facilmente. Neste último é apenas necessário colocar a pele e o ilhós no sítio e rodar uma manivela que baixaria a parte de cima do alfez e desse modo prende o ilhós na pele. A coleção integra igualmente várias escovas e dois Pés de Ferro de Sapateiro, um mais pequeno onde seriam colocados os sapatos e outro onde seriam colocadas as botas, para facilitar quando estas estariam a ser cosidas ou marteladas.

Por fim, a coleção contém vinte e cinco formas de madeira do número 25 ao 43, que seriam utilizadas como molde, sendo colocada a pele à sua volta e o sapato era desenvolvido e depois retirado com os ganchos acima referidos. Quanto aos sapatos existentes na coleção, alguns são de fábrica e poderiam servir de modelo para os aprendizes de sapateiro, mas três pares de botas terão sido feitos pelos jovens na oficina. Um dos pares de botas tem a particularidade de na sola ter cardas, que eram utilizadas nas botas do campo, uma vez que as solas eram de couro e não de borracha, tornando-se, por isso, bastante escorregadias. Desse modo, as cardas que consistem em pequenos pedaços de ferro, permitiam uma melhor aderência ao solo.

Escolhi apresentar a coleção da oficina de sapateiro por ser uma das mais interessantes e das mais completas na RM, visto que contém desde a matéria-prima (o couro, pele, capas de sapato, linha), as ferramentas para a trabalhar até ao produto final, ou seja, os sapatos,

permitindo assim reconstituir o processo de fabrico. O facto de ter acompanhado as várias etapas desta coleção desde o serviço de onde era proveniente até ao seu armazenamento, foi bastante importante para a decisão de aprofundar a informação acerca destes objetos. No futuro seria essencial um trabalho de investigação mais aprofundado que permitisse uma datação mais precisa destes objetos, e conseqüentemente um conhecimento do sistema de formação nos centros educativos. Espero igualmente que com a divulgação desta coleção, casos como este, em que os objetos se encontravam esquecidos num armazenamento do CEBV, possam diminuir. Desta forma, outros serviços da DGRSP que possam ter na sua posse objetos com elevado valor histórico, poderão perceber que um objeto considerado eventualmente inútil, poderá ter grande valor para a RM. É possível demonstrar assim a importância da divulgação do trabalho realizado pela RM, para que estes objetos não se percam e que transmitam a história da DGRSP e do sistema penal de adultos como de menores.

No que diz respeito à informação relativamente ao nome e função da maioria dos objetos, esta foi obtida através de várias entrevistas ao Sr. Arnaldo Rosa⁸⁰, um sapateiro com vários anos de experiência na área e que foi recomendado por um membro da equipa do Arquivo Histórico. O experiente sapateiro mostrou-se sempre disponível para ajudar no que fosse necessário mostrando-se, ao mesmo tempo, bastante entusiasmado por reencontrar algumas peças que ele próprio não utilizava por agora existirem alternativas mais modernas. A recolha de informação foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, com algumas perguntas pré-definidas acompanhadas por fotografias dos objetos em causa, mas onde existia sempre alguma espontaneidade e espaço aberto para conversar. Duas das entrevistas foram feitas sem acompanhamento e uma delas com a presença da minha orientadora de estágio, esta mais informal apenas para saber certos detalhes que nos faltavam conhecer. Neste âmbito há que referir a importância da recolha oral de conhecimento sobre ofícios que estão a desaparecer. Neste caso, o ofício de sapateiro continua a existir, mas a sua função principal passou da fabricação para a reparação do calçado dado que são as máquinas que levam a cabo todos os processos de fabricação, que anteriormente eram realizados pelo sapateiro. Assim, torna-se de extrema importância a recolha de património imaterial, referente aos processos tradicionais de

⁸⁰ Encontra-se disponível online, uma entrevista realizada ao Sr. Arnaldo Rosa em 2016, no âmbito do projeto “Memória para todos- Memória das Avenidas”, no seguinte link: <https://memoriaparatodos.pt/portfolio/arnaldo-rosa/> (Consultado a 5 de maio de 2021)

fabrico de sapatos, bem como a função dos instrumentos associados ao fabrico, que sem esta recolha podem ver o seu significado perdido no tempo.

Convém realçar o papel de duas instituições de salvaguarda da memória deste ofício. Por um lado, há que salientar o Museu do Calçado⁸¹ localizado em S. João da Madeira e inaugurado em 2016. Este museu foi criado com o intuito de salvaguardar e divulgar o saber tradicional do sapateiro, e paralelamente mostrar a evolução da indústria do calçado bem como a criatividade dos designers modernos. Por outro lado, há que referenciar a existência no seio da coleção etnográfica do Museu da Lourinhã⁸² de uma secção dedicada às profissões, algumas delas extintas. Esta secção contém vários objetos de uma oficina de sapateiro. Ambos os museus poderão atuar como fonte rica em conhecimento e desse modo aumentar a informação sobre a Coleção da oficina de Sapateiro do CEBV.

Por fim, convém referir que a coleção da oficina de sapateiro foi colocada em destaque, no âmbito do Dia dos Museus em 2019. Uma fotografia de alguns objetos desta coleção acompanhada por um pequeno texto redigido pela Dra. Pilar Miguel foi publicada na Intranet da DGRSP, para assinalar o Dia dos Museus, mas também como forma de divulgação do trabalho da RM dentro da instituição.

4.2. Divulgação e Fruição da Reserva Museológica

Nesta secção irei começar por expor a política de cedência de objetos da RM, passando em seguida para a apresentação de algumas exposições que contaram com a participação da DDA. Sendo possível, desta forma, compreender de que maneira se processou a divulgação dos bens da DGRSP. Para terminar, irei focar-me no futuro museu da DGRSP, propondo um programa museológico e efetuando uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) desse projeto museológico para compreender quais as vantagens e oportunidades bem como os seus pontos fracos e fortes.

⁸¹ Estão disponíveis mais informações sobre o Museu do Calçado no site oficial: <http://www.museu-do-calcado.pt/pt/o-museu-do-calcado>. (Consultado a 5 de maio de 2021)

⁸² Estão disponíveis mais informações sobre a coleção do Museu da Lourinhã no site: <http://museulourinha.org/category/apresentacoes/>. (Consultado a 5 de maio de 2021)

4.2.1. Política de cedência de objetos:

A cedência temporária de objetos da RM pode ser efetuada sempre que estejam garantidas as condições de segurança e de conservação do objeto. Visto que, "Quando os objetos são emprestados a outras instituições, estes são sujeitos ao manuseamento durante o empacotamento e desempacotamento, vibração e mudanças nas condições climáticas durante a viagem. Isto pode causar danos nos objetos especialmente se forem frágeis." (Bradley, 2005, p. 53). É por isso imprescindível informar a instituição que irá receber o objeto sobre a sua sustentabilidade. Da mesma maneira, é necessário empacotar o objeto tendo sempre em conta as suas características, pois, este poderá causar danos noutros objetos mais frágeis, ou sofrer danos por parte de outros objetos. Como Marília Pereira e Anabela Carvalho (2004) referem há igualmente que ter em conta se são garantidas, pela instituição que acolhe o objeto, as condições ambientais semelhantes às que este dispõe no seu local de armazenamento original. A organização de acolhimento deve ainda garantir as condições de segurança necessárias.

Nesse sentido, deverá atender-se aos seguintes procedimentos relativamente ao objeto cedido: fotografia do objeto no momento da cedência; acondicionamento apropriado do objeto; o objeto deve fazer-se acompanhar da respetiva etiqueta com a identificação do inventário que não deverá ser retirada e por fim, a elaboração do auto de cedência⁸³ em folha timbrada modelo DGRSP, a fim de comprovar a cedência temporária.

4.2.2. Participação em exposições

Atualmente a principal preocupação da RM assenta ainda na recuperação, incorporação, inventariação e conservação dos objetos da DGRSP e como veremos na secção seguinte, a criação de um museu é um passo em suspenso. Tal facto não inviabilizou que objetos, bem como alguns documentos do arquivo histórico fossem disponibilizados para exposições no seio da DGRSP bem como fora deste espaço. Estes empréstimos ocorreram através da colaboração com instituições tais como: o Museu de Cerâmica de Sacavém, o MUDE- Museu de Design e Moda, O Museu da Presidência da República, O Centro de Estudos Judiciários e a Secretaria-geral do Ministério da Justiça. Parece-me importante enumerar algumas das exposições que contaram com a participação da DDA entre 2015-2017 e que nos permitem perceber o trabalho de divulgação da RM.

⁸³ Anexo B – Modelo do Auto de Cedência

Em 2015, a DDA participou na exposição *Móveis Olaio – produção, inovação e qualidade* promovida pela Câmara de Loures no Museu de Cerâmica de Sacavém. Para esta exposição foram cedidos documentos relativos à oficina na fábrica de móveis Olaio no seu período de funcionamento na Penitenciária de Lisboa nos anos 60. Os documentos disponibilizados ao Museu da Cerâmica de Sacavém foram os seguintes: fatura da Móveis Olaio à Penitenciária de Lisboa; conta de gerência de 31 de maio de 1938; petição do recluso n.º 238/9854: para trabalhar na oficina Olaio como polidor; processo individual de recluso 21 de março de 1956 e cópia digitalizada, um pequeno excerto onde consta a colocação dos 5 primeiros reclusos (31 de maio de 1934). Esta exposição esteve patente entre 17 de maio e dezembro de 2016 no Museu da Cerâmica de Sacavém. Carlos Pereira, técnico superior do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude na Divisão de Cultura, na Unidade de Património e Museologia da Câmara Municipal de Loures referiu

Estas oficinas eram arrematadas por diversas fábricas ou simples manufaturas, arrematações que se traduzem também num projeto de posterior reinserção social (e profissional) de presos. Situação que veio a ocorrer com a integração de vários, após saírem em liberdade, nos Móveis Olaio. Temos conhecimento que se integraram e seguiram normalmente com as suas vidas profissionais.⁸⁴

Ainda em 2015 e como destacado na newsletter da DDA, a divisão participou em duas iniciativas de comemoração dos 250 anos do nascimento do poeta Bocage. Uma destas iniciativas em Lisboa, com a participação no Projeto *Visita à cadeia do Limoeiro*, foi promovida pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e integrada nas comemorações dos 250 anos do nascimento de Bocage. Para este efeito, foi cedido o livro de registos de entrada de presos na cadeia do Limoeiro no qual consta o registo de entrada de Manuel Maria Barbosa Du Bocage a 7 de agosto de 1779. As Comemorações dos 250 anos do nascimento de Bocage decorreram paralelamente em Setúbal⁸⁵, durante 2015 e 2016, para quais foi cedida uma cópia digital do livro de registos acima referido.

⁸⁴ E-mail enviado a 28 de agosto de 2020 ao Museu de Loures com o objetivo de obter informações sobre a exposição “Móveis Olaio – Produção, Inovação e qualidade”. Resposta ao e-mail a 1 de setembro de 2020, por Carlos Pereira, técnico superior do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude na Divisão de Cultura, na unidade de Património e Museologia da Câmara Municipal de Loures, um dos responsáveis pela exposição.

⁸⁵ Programa completo das comemorações dos 250 anos do nascimento de Bocage em Setúbal disponível em: <https://issuu.com/camaramunicipalsetubal/docs/bocageprograma250anos> (Consultado a 5 de maio de 2021)

Em julho de 2016, realizou-se no auditório da polícia judiciária, um colóquio da Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade da DGRSP, no qual a DDA participou com a realização de um apontamento museológico, sobre o tema - *O trabalho penitenciário como instrumento de integração social do delinquente*. Para esta exposição foram selecionadas peças de interesse museológico e histórico desde os finais do séc. XIX até ao séc. XX entre as quais projetos de mobiliário elaborados pelas oficinas dos estabelecimentos prisionais. Estas peças incluíam o projeto do tribunal judicial do Alijó, elaborado em 1965, pelos reclusos do Estabelecimento Prisional de Alcoentre; O projeto do tribunal judicial de Marco de Canaveses, elaborado em 1974, pelos reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra e um desenho em aguarela com o tema industrial de 1879, proveniente do Estabelecimento Prisional de Lisboa.⁸⁶

A DDA participou na exposição *O mais profundo é a pele* inaugurada a 30 de março de 2017 no MUDE- Museu do Design e da Moda. A coleção de pele humana tatuada (1910-1940) do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses I.P. foi apresentada numa perspetiva científica/médico-legal, filosófica e artística. Estes fragmentos de pele humana foram expostos acompanhados de documentação de arquivo cedida pela DDA da DGRSP, esta documentação permitiu contextualizar o perfil do criminoso, associando-o a um certo tipo de tatuagem. Entre os documentos e objetos cedidos pela DDAH da DGRSP,

(...) está o livro de entrada de reclusos da Penitenciária de Lisboa, de 1889, com desenhos de tatuagens de um recluso; o álbum de tatuagens do posto antropológico da Cadeia Nacional de Lisboa (Cadeia Penitenciária de Lisboa) iniciado em 1914, no qual se registavam as tatuagens que cada um dos reclusos possuía; máquinas de tatuar do século XXI, apreendidas em meio prisional.⁸⁷ (DDAH, 2017, p.3)

No âmbito da evocação do dia do Corpo da Guarda Prisional, realizado 27 de junho de 2017, no Auditório do Estabelecimento Prisional de Tires, esteve patente a exposição *Evolução do fardamento do Corpo da Guarda Prisional: 1939 – 1990*, da responsabilidade da RM da DDA. A comemoração, integrada no Curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda

⁸⁶Newsletter da DDAH de setembro de 2016, disponível em https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Biblioteca%20e%20Arquivo/Bol%20Informativos/n_02092016.pdf?ver=2018-10-26-092103-960 (Consultado a 5 de junho de 2021)

⁸⁷Newsletter da DDAH de abril de 2017, disponível em: https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Biblioteca%20e%20Arquivo/Bol%20Informativos/n_01042017.pdf?ver=2018-10-26-092103-040 (Consultado a 5 de Maio de 2021)

Prisional, constou de uma primeira parte em que foi apresentada uma síntese histórica da guarda prisional também da responsabilidade da DDA.

Como destacado na Newsletter da DDA nº3 de 2017, cerca de vinte e seis peças, integrantes do acervo do Posto Antropométrico, Repartição de Antropologia Criminal e do Instituto de Criminologia do Porto, foram apresentadas ao público, pela primeira vez, numa mostra integrada na Conferência Internacional do *Portuguese Prison Photo Project*⁸⁸, que decorreu nos dias 12 e 13 de outubro de 2017, no Centro Português de Fotografia do Porto. Esta exposição, contendo fotografias de Luís Barbosa e Peter M. Schulthess, procurou mostrar a vida nas prisões, através das fotografias destes artistas e outras fotografias de arquivo. Os dois fotógrafos seguiram abordagens completamente diferentes, Luís Barbosa procurou mostrar o ponto de vista do recluso, enquanto Peter Schulthess tentou mostrar as prisões de um ponto de vista institucional. A 2ª edição do *Portuguese Prison Photo Project* realizou-se entre 11 de maio e 29 de setembro de 2019, no Museu do Aljube em Lisboa, desta vez sem a participação da DDA.

Por fim, a DDA esteve presente ainda em 2017, com um apontamento museológico, no Colóquio intitulado *Para uma resposta diferenciada na prevenção da reincidência e na educação para o direito*, realizado no auditório da DGRSP, nos dias 22 e 23 de novembro. Como descrito na newsletter de nº4 de 2017 da DDAH,

na exposição foram incluídas, entre outras peças, fardamento de reclusos (década de 50); livro de registo dos reclusos das Brigadas de Trabalho Prisional (década de 50); livro de registo de entrada de menores no Reformatório Feminino de Viseu entre 1929 e 1941; desenhos e fotografias de peças de mobiliário realizado em oficinas prisionais e que equiparam vários edifícios públicos judiciais entre as décadas de 60 e 70; Caderneta de resgate das penas de multa (década de 40) e fotografias de construção de Tribunais realizadas com mão-de-obra prisional nas décadas de 50 e 60. (DDAH, 2017, p.4)

4.2.3. O Futuro Museu da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Os padrões profissionais e éticos para a atividade em museus são, atualmente, definidos pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma Organização não-governamental formada por

⁸⁸ Mais informações sobre o Portuguese Prison Photo Project no site oficial do projeto: <https://www.prisonphotoproject.pt/pt/pppp-pt.html> (Consultado a 5 de maio de 2021)

um fórum de peritos que atua como a voz internacional de profissionais de museus, sendo a única organização global no campo dos museus. Em 2007, o ICOM define o museu como

uma instituição permanente, não lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património tangível e intangível da humanidade e do seu meio ambiente, para fins de educação, estudo e lazer. (ICOM, 2007)⁸⁹

A nível nacional, os museus são legislados através da Lei Quadro dos Museus Portugueses⁹⁰, que, no seu artigo 7º, define as seguintes funções do museu: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição, e educação. Atualmente a RM, cumpre apenas cinco destas funções, mas um dos objetivos principais é o estabelecimento de um espaço expositivo que cumpra as restantes funções da Lei Quadro dos Museus Portugueses, nomeadamente as funções de interpretação, exposição e educação. A conceção de um museu sempre foi um dos objetivos aquando da criação da RM da DGRSP. Para compreender como este processo de musealização se poderá desenrolar, é necessário ter em conta uma ferramenta essencial para a boa organização e funcionamento do museu, isto é, a Programação Museológica. Infelizmente como Ana Fernandes (2007) refere, apesar da sua vital importância, a programação museológica não é criada nem aplicada em alguns museus, apesar de ser exigida por lei. Aquando da criação ou reestruturação de um museu deve ser preparado um programa museológico, o qual, de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses, engloba os seguintes itens:

1) *Denominação Prevista*: A denominação prevista será Museu da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

2) *Definição de objetivos*: O objetivo principal deste museu será o de preservar e transmitir a memória da DGRSP e dar a conhecer história das instituições penais em Portugal. O objetivo secundário será envolver os reclusos e os jovens internados no museu e contribuir deste modo para a sua reabilitação e posterior reinserção social.

⁸⁹ Definição disponível no website da ICOM Portugal - <https://icom-portugal.org/recursos/definicoes/> (consultado a 7 de junho de 2021)

⁹⁰ Lei Quadro dos Museus Portugueses disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/lei-quadro-dos-museus-portugueses/> (consultado a 7 de junho de 2021)

3) *Identificação e caracterização dos bens a incorporar*: Os bens a incorporar serão todos os que permitem transmitir a história da DGRSP. O acervo da RM é bastante rico e como demonstrado na secção 2 do capítulo 3, é grande a variedade de objetos conservados nesta. Não obstante, o processo de recolha e incorporação continua e deverá continuar, pois, são numerosos os objetos ainda espalhados pelas diversas instituições e serviços da DGRSP. Em relação aos conteúdos das diversas áreas e tendo em conta a composição do acervo museológico, proponho as seguintes divisões: Em primeiro lugar é necessária uma separação entre as peças referentes à justiça de menores, à justiça de adultos e os objetos relativos aos serviços administrativos. Na área dedicada à justiça de adultos poderiam ser definidas as seguintes divisões: objetos do quotidiano na prisão; educação e formação; cuidados médicos; religião; arte e lazer; objetos do crime e objetos fabricados ilegalmente e por fim, uma área dedicada aos guardas prisionais. Na área dedicada à justiça de menores poderiam ser expostos objetos dedicados às primeiras seis áreas acima referidas, com uma ênfase maior nas partes referentes à educação e formação. Seria neste local que poderia ser enquadrada a coleção da oficina de sapateiro, juntamente com os vários objetos alusivos à educação como os armários da papelaria Fernandes anteriormente mencionados.

4) *Definição das estratégias funcionais*: Como referido acima as funções do museu incluem: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição, e educação. Em seguida será necessário determinar as estratégias definidas para o cumprimento destas oito funções:

a) *Incorporação*: O procedimento de incorporação adotado será o descrito na secção 2 do capítulo 3 e deverá continuar a ser realizado, propiciando dessa forma um maior enriquecimento do acervo museológico.

b) Quanto ao *inventário e documentação*, haverá a necessidade de um trabalho de documentação e recolha de informação mais aprofundado de forma a complementar o inventário. Este deverá ser alterado para se adaptar aos novos desafios aquando da criação do museu.

c) *Estudo e Investigação*: O conhecimento sobre os objetos e coleções proveniente de pesquisa é essencial para a construção da narrativa expositiva, sendo por isso imprescindível um maior enfoque nesta função museológica. Uma das melhores formas de alcançar esse objetivo será através da recolha de testemunhos orais, cuja importância foi mencionada na secção 2 do capítulo 3.

d) e e) Os aspetos relativos à *conservação e segurança* serão desenvolvidos no ponto 7).

f) No que diz respeito à *interpretação e exposição*, destaco a obra sobre o planeamento de exposições em museus, *The Manual of Museum Exhibitions* de Barry Lord e Gail Dexter Lord (2001). Para conseguir planear uma exposição há que ter em consideração a programação do museu. Esta tem como elementos básicos a arquitetura e recursos técnicos; o equipamento; as coleções disponíveis e as normas de funcionamento. A programação deve ser projetada por uma equipa multidisciplinar, para que seja possível cobrir todas as áreas necessárias ao seu funcionamento. Assim, a localização do museu, as características desse espaço e as normas de funcionamento que referi acima, serão um dos fatores que influenciará a sua programação. O equipamento disponível que servirá para a exposição dos objetos bem como para garantir sua conservação e segurança, será também um dos fatores a ter em consideração durante a definição de uma programação para o museu. Por fim, há que considerar a coleção em si, as condições materiais dos objetos que determinarão se estes podem ser expostos ou se necessitam de procedimentos de restauro, o estudo, pesquisa e documentação dos objetos que permitirão aprofundar a origem e utilização e desse modo definir o papel que poderão ocupar numa exposição. A construção de uma exposição é um processo desafiante e multidisciplinar. Após a Segunda Guerra Mundial, assistimos a várias mudanças na apresentação das coleções motivadas pelo interesse dos museus pelos aspetos educativos e pelo desejo de conseguir uma maior comunicação com os visitantes. A partir desta perspectiva, a exposição é considerada um meio de expressão e de comunicação entre o museu e os visitantes. Se tomarmos como exemplo o Galleries of Justice em Nottingham, a interação com o público é um dos pontos centrais da programação do museu, pois, através de performances, o visitante torna-se parte do sistema penal britânico. Deste modo, o museu consegue conjugar a vertente educativa à do entretenimento tornando-se mais apelativa para o visitante. Sendo, desta forma, mais uma vez destacada a importância de fornecer ao visitante uma vivência e a experiência do museu englobando não apenas as exposições, mas todo o ambiente envolvente.

Relativamente aos recursos expositivos, seria necessário um maior investimento em materiais que sejam adequadas aos objetos a expor e às suas características. Tal como no armazenamento na RM, os objetos devem encontrar-se seguros e estáveis, mas ao mesmo tempo será necessário apresentá-los de uma maneira apelativa para os visitantes.

Atualmente, não poderão ser deixadas de fora as novas tecnologias, não apenas através de recursos expositivos interativos bem como através da utilização da internet como forma de divulgação. Como referi na secção 1 do capítulo 2, a internet atua como um importante meio de divulgação e educação e a grande maioria dos museus da prisão e museus penais, dispõe deste meio de divulgação. No caso da Biblioteca da DGRSP que faz igualmente parte da DDA, o catálogo das obras impressas encontra-se disponível online, pelo que seria importante estender este mesmo princípio no que diz respeito aos objetos do museu.

g) *Educação* - Trabalhar em museologia sem ter em consideração a vertente educativa, contraria a filosofia e o estatuto social do museu enquanto instituição pedagógica. Para além do papel educativo em relação ao público do museu, neste caso, seria bastante interessante a tentativa da implementação de uma museologia colaborativa. Os reclusos e os jovens internados em Centros Educativos poderiam colaborar a nível curatorial, tornando a exposição mais rica, mostrando o ponto de vista de quem está dentro da instituição como irei referir adiante no caso do Liverpool's World Museum. Poderão igualmente participar na produção de peças para o museu, através dos programas de expressão artística como os mencionados na secção 2.3 do capítulo 4. Seja através da participação na vertente curatorial que poderá até figurar na formação profissional, seja através da produção de conteúdos para o museu, os reclusos poderão adquirir conhecimentos e experiências que, como mencionei anteriormente, seriam uma mais-valia para a reinserção social após a libertação. Sobre a colaboração dos reclusos nas atividades museológicas há que destacar o artigo de Charlotte Coates (2019) que explora de que forma o museu pode ser útil para a reinserção dos reclusos e ex-reclusos e como estes podem ser úteis para o museu. A autora começa por evidenciar as necessidades dos reclusos e ex-reclusos e como os museus podem ir de encontro a essas necessidades, dando-lhes novas capacidades, ajudando no seu processo de reabilitação e também facilitando o ajuste à vida fora da prisão. São então expostos quatro exemplos de como pode ser efetivada esta colaboração. A associação Koestler Arts, é um desses exemplos, pois, tem como missão ajudar reclusos e ex-reclusos a mudar a sua vida através das artes enquanto desafiam a perceção do público do que um recluso é capaz, confrontando o estigma. Esta associação organiza os Koestler Awards⁹¹, uma série de prémios que reconhecem as obras de arte de reclusos. As participações podem incluir animações, escrita, artesanato, pintura entre outras expressões artísticas. Vários museus trabalham com esta organização, incluindo o Liverpool's World Museum, local onde jovens

⁹¹ Mais informações sobre os Koestler Awards no site: <https://www.koestlerarts.org.uk/koestler-awards/> (consultado a 5 de junho de 2021)

ex-reclusos tiveram um papel curatorial ao selecionar as obras de arte que iriam figurar numa exposição entre as obras submetidas para os Koestler Awards. Os jovens ex-reclusos receberam formação em curadoria, adquirindo novas capacidades, autoconfiança e desafiando ideias pré-concebidas. A exposição foi intitulada *Safety Net in the Sky* e realizou-se em 2012. O segundo exemplo dado por Coates é o museu Staffordshire County Council que expandiu o programa *Museum on the move* para dar a jovens reclusos uma oportunidade de contactar com o museu. Este programa que existia anteriormente em escolas e outras instituições, consistia num museu acessível, interativo e multissensorial no interior de um autocarro. O objetivo seria levar o museu à prisão, dando aos reclusos conhecimentos sobre arte e cultura e a alguns a chance da primeira visita ao museu. O terceiro programa apresentado, centra-se nas necessidades dos reclusos mais velhos numa tentativa de manter o cérebro ativo e saudável. O Royal Albert Museum and Art Gallery em colaboração com a REBOOP, uma associação centrada no bem-estar dos reclusos mais velhos promoveram discussões sobre cultura e património em duas prisões. Um programa deste género poderia ser implementado no futuro museu da DGRSP que permitisse discussões sobre estas temáticas entre os reclusos e que pudesse igualmente incluir o público em geral. Por fim, é referida a exposição *It's Not Just Black and White* no Arizona State University Art Museum, uma exposição que contava com várias expressões artísticas, incluindo dança, filmes e performances e que tinha como objetivo envolver pessoas de várias áreas da justiça como guardas, reclusos, administrativos e a própria comunidade, mostrando assim vários pontos de vista, bem como diferentes perspetivas e valores. Para além destes fantásticos exemplos apontados por Charlotte Coates, há também que mencionar a colaboração entre a câmara de Loures e o Instituto de Reinserção Social em 2004, que permitiu que os jovens dos centros educativos participassem com obras para exposição no Museu de Loures. Sobre a possibilidade de os reclusos poderem ter acesso ao futuro museu, a chefe de divisão respondeu: “Seria útil para os reclusos verem uma exposição sobre a instituição já que uma exposição deve ter sempre um lado didático e educativo. Conta sempre uma história e é interessante ver o passado do espaço que hoje habitamos.”⁹² O elo entre museus penais e comunidade que Walby e Piché (2015) referem, pode concretizar-se entre os reclusos e jovens internados e o futuro museu da DGRSP. Neste caso, não seria um sítio criado pela comunidade para o consumo dos locais, mas um sítio criado com a colaboração da população prisional que pudesse também ser

⁹² Resposta da Dra. Cristina Maria Pires dos Santos à entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 29 de junho de 2020.

utilizado em seu benefício. Seth Bruggeman (2012) salienta o contraste entre os visitantes dos museus da prisão e os reclusos que a frequentaram, criticando a falta de participação dos segundos no processo de musealização da Eastern State Penitentiary. O autor refere que os indivíduos que tiveram alguma relação com prisão deveriam ter uma voz ativa neste processo, indo por isso de encontro com a proposta de colaboração entre o futuro museu da DGRSP e os reclusos e jovens internados em centros educativos. Dessa forma o museu permitiria dar voz a estes indivíduos, tornando-os mais próximos dos visitantes do museu.

5) *Identificação dos públicos*: Como Christian Walzl (2006) refere “Let’s face it: museums without visitors would be like lifeless, empty halls with no purpose. This should remind us that the key role for museums is always to serve its visitors.” (Walzl, 2006, p.1). Relativamente ao público do museu, será necessário um maior estudo dos públicos dos museus, que não poderá ser realizado no âmbito deste trabalho. No entanto será pertinente referir resumidamente a evolução do público da cultura em Portugal, assim como a evolução dos estudos desta temática a nível nacional e os resultados globais do estudo dos públicos dos museus realizado entre 2014-2019.

Nos últimos anos assistiu-se a um aumento dos públicos da cultura em Portugal através da valorização social da cultura, ilustrada pela evolução a nível das ofertas e procuras. A nível das ofertas assistiu-se a uma requalificação e construção de novos equipamentos culturais; a uma maior qualificação dos agentes culturais; a uma diversificação da oferta de eventos culturais e a uma alteração dos suportes, através das novas tecnologias. Em relação à evolução na procura, esta foi propiciada por uma redução no analfabetismo; uma maior qualificação escolar e profissional; maior tempo de lazer e diversificação das procuras. No que diz respeito ao estudo dos públicos e de recepção cultural em Portugal, podemos perceber que até aos anos 80 são escassos os estudos sobre esta temática, com a exceção da obra de J.M. Tengarrinha (1973) dedicada à sociologia da leitura e no final da década de 80, da obra de Isabel Moreira (1989) que analisa os museus e monumentos em Portugal entre 1772 e 1974. Nos anos 90, assiste-se à emergência de reflexões teóricas e de estudos empíricos, dos quais destaco as obras de José S. Neves sobre os consumos culturais, nomeadamente dos espetáculos musicais em Lisboa e os contributos de João Teixeira Lopes, nomeadamente sobre práticas culturais urbanas. Nos anos 2000 assiste-se ao desenvolvimento de uma linha de pesquisa contínua que permitiu compreender as transformações na área das atividades culturais, impulsionada pela criação do Observatório das Atividades Culturais (OAC) em 1996. O OAC foi extinto em 2013, sendo que em 2018 surgiu um importante novo instrumento para o estudo das práticas culturais em

Portugal, o Observatório Português das Atividades Culturais. Como referido no início deste parágrafo, o museu sem os seus visitantes não seria concebível, sendo imprescindível para os museus conhecerem o seu público para se adaptarem às suas necessidades. Convém por isso realçar o estudo pioneiro realizado em Portugal (2014-2019) ao público de 14 museus tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural que nos permite conhecer o perfil e motivações do público dos museus portugueses.⁹³ Relativamente ao perfil social do visitante do museu, este é jovem, com maior incidência na faixa etária dos 35 aos 44 anos, sendo a maioria (67,5%) detentor de um título de ensino superior e por fim, é possível notar uma mínima predominância do sexo feminino (56%). No que diz respeito à visita ao museu, esta é maioritariamente realizada com acompanhamento sendo principalmente motivada pelo interesse pelo museu e pela vontade de conhecer ou rever a sua exposição permanente. Em relação ao meio de informação consultado para preparar a visita ao museu, a internet é destacada como um dos meios mais utilizados, mostrando assim a importância de utilizar a tecnologia em prol do museu. Quanto à motivação para visitar museus, as respostas mais comuns referem-se ao gosto estético, à aprendizagem associada à visita e ao museu como fonte de informação. Por fim, convém salientar a predominância do público estrangeiro (53%), chamando dessa forma à atenção para a necessidade de ter em consideração este tipo de público na projeção do futuro museu da DGRSP.

6) *Instalações e áreas funcionais*: Um dos aspetos centrais a ter em conta é a localização em que o museu se situará. Como referido na Lei Quadro dos Museus Portugueses “O museu deve dispor de instalações adequadas ao cumprimento das restantes funções museológicas (...).”⁹⁴ Neste sentido, a abertura da própria RM para visita ao público teria muitas limitações. Neste caso, há que ter em conta que tradicionalmente, os acessos às áreas de armazenamento costumam ser restritos, mas atualmente, a coleção é vista como de domínio público e diante disso os museus têm sido pressionados para permitir o acesso às suas reservas. O acesso do público pode trazer desvantagens, como danos, roubos e desgaste dos objetos. Esta abertura necessitaria de um maior investimento na conservação e na segurança. Será necessário considerar os gastos para transformar as instalações, tornando-as adaptadas para visitas, o que implicaria a necessidade de mais pessoal para orientar os visitantes. Neste caso, a RM teria de

⁹³ Os resultados dos estudos do público de 14 museus nacionais, juntamente com os resultados globais estão disponíveis online: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estudos-de-publicos/> (consultado a 7 de junho de 2021)

⁹⁴ Artigo 51º da Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto

ser completamente remodelada para ser aberta ao público e há que ter em conta que o edifício alberga o arquivo histórico que ocupa a maior parte do espaço. Os espaços de armazenamento estão destinados a preservar e conservar os objetos e não para os expor, sendo por isso necessário um grande investimento em vitrines que permitissem que os objetos se mantivessem em segurança, mas ao mesmo tempo sujeitos ao olhar dos visitantes. Os acessos aos espaços de armazenamento constituiriam um dos aspectos mais problemáticos, como referi anteriormente na secção 1 do capítulo 3, o acesso ao espaço 1 é efetuado através de uma das salas de arquivos e o acesso ao espaço 2 através de escadas que garantem pouca segurança.

Dado todos os constrangimentos que abertura do edifício do Arquivo Histórico causaria, outra opção passaria pela abertura do museu no interior do EPL, mas num local mais adequado para o efeito. Devido às características do EPL, a abertura de um museu no interior do estabelecimento, como é o caso no Angola Prison Museum que se localiza numa prisão em funcionamento, seria complexo. Neste caso, os visitantes teriam de se submeter às normas para a entrada numa prisão, o que poderia causar alguns constrangimentos, mas significaria um aumento de meios humanos responsáveis pela segurança dos visitantes no seu interior. Há que ter em consideração que o museu não poderá perturbar o normal funcionamento do estabelecimento prisional. Por outro lado, o facto de os visitantes terem de ser revistados para entrar no museu poderá ser encarado como fazendo parte da experiência da visita ao museu e por esse motivo ser um fator positivo. A experiência de entrar no interior de uma prisão para ver uma exposição sobre o sistema penal teria um maior impacto no visitante. Não obstante a sua enorme importância arquitetónica, estar no interior deste edifício é também estar num local rico em história. Um local marcado pelas mudanças a que assistiu, marcas essas que conjugadas com o acervo da RM nos mostram claramente a história da sociedade, da evolução das instituições penais e por fim da própria DGRSP. Há que ter em conta que criar um museu sobre a DGRSP e sobre o sistema criminal, num local sem nenhuma relação com esta instituição implicaria deixar de lado ou desvalorizar a importância do espaço na experiência do visitante. Apesar de essa ser a opção mais viável porque eliminaria muitos dos entraves causados pelas normas dos estabelecimentos prisionais, significaria por outro lado, a eliminação da experiência de estar numa prisão.

7) *Condições de conservação e segurança*: Como mencionado no caso da RM, a conservação preventiva, deverá, no caso do museu da DGRSP, ser um fator essencial a ter em consideração. Como mencionei anteriormente, a iluminação pode ser uma fonte de deterioração dos objetos, mas por outro lado é igualmente um fator importantíssimo em relação à

apresentação do objeto. Deste modo, é necessário encontrar um equilíbrio entre o discurso expositivo e a conservação do objeto.

Finalmente, quanto à segurança, tanto dos visitantes como das peças, como referido na Lei Quadro dos Museus Portugueses, deve ser desenvolvido um plano de segurança que deverá ser periodicamente testado. Para além da vigilância presencial, será necessária vigilância eletrónica no interior do museu. Relativamente à entrada no museu, devido às regras deste tipo de instituição, os objetos pessoais deverão ser deixados em cacifos próprios para o efeito e os visitantes deverão ser revistados, como mencionado na secção 1.3 do capítulo 3.

8) *Recursos financeiros*: A abertura ao público implicaria um aumento considerável de meios monetários, e tendo em conta as especificidades do EPL, os custos poderão ser ainda mais elevados. No que diz respeito aos recursos disponíveis, como Alexandre Carvalho refere: "Os recursos financeiros de que um museu dispõe provêm de receitas externas (dotação orçamental) e de receitas internas (produzidas pelo museu), nomeadamente provenientes da bilhética, loja, mecenias, subsídios, patrocínios e aluguer de espaços." (Alexandre Carvalho, 2015, p. 28)

9) *Recursos humanos e perfis profissionais*: Para compreender a organização dos recursos humanos necessários num museu é imprescindível a consulta do Referencial Europeu das profissões Museais (REPM)⁹⁵, desenvolvido pelo Comité Internacional do ICOM para a Formação (ICTOP) em 2008. Este importante documento descreve as relações no seio do museu entre o diretor e as três áreas funcionais: Coleções e Investigação; Públicos e Administração e Gestão, que englobam os seguintes profissionais. Na área alusiva às Coleções e à Investigação encontram-se o Conservador/a; Responsável pelo inventário; Gestor de Peças; Restaurador/a; Assistente das Coleções; Responsável pelo centro de documentação; Comissário/a de exposições e Designer de exposições. Na área referente aos Públicos encontra-se o Responsável pela mediação e serviço educativo; Mediador/a; Responsável pelo serviço de acolhimento e vigilância; Técnico de acolhimento e vigilância; Responsável pela biblioteca/mediateca e o Responsável pelo sítio web. Finalmente, na área relativa à Administração, gestão e logística encontra-se o Gestor/a; Responsável pela logística e segurança; Responsável pelos sistemas

⁹⁵Referencial Europeu das Profissões Museais disponível em: <https://icom-portugal.org/multimedia/File/ReferencialPT.pdf> (consultado a 5 de junho de 2021)

informáticos; Responsável pelo marketing, divulgação e recolha de fundos e o Responsável pela comunicação com os media.

A implementação deste programa museológico por mim proposto, implica a execução de um diagnóstico que permita compreender os pontos fortes e fracos bem como as oportunidades e ameaças através da Análise SWOT.

Começarei por analisar os pontos fortes deste projeto. Um dos primeiros pontos a ter em conta é a riqueza e variedade do *acervo*. Como mencionado e exemplificado na secção relativa à constituição do acervo, assim como na referente à coleção da oficina de sapateiro, o acervo da RM contém uma grande variedade de objetos que nos permitem compreender a história da DGRSP. Este acervo que se vai tornando mais rico e completo todos os anos será uma das maiores vantagens para este projeto. Outro ponto forte prende-se com a realização nos últimos anos de *exposições* com o acervo da RM. As exposições realizadas e mencionadas na secção anterior permitiram não apenas divulgar o trabalho e acervo da RM, mas estabelecer parcerias com entidades que poderão ser uma mais-valia para este processo. Neste caso com instituições como o Museu de Cerâmica de Sacavém e MUDE- Museu de Design e Moda. Para além das parcerias criadas, estas exposições forneceram igualmente experiência em técnicas expositivas. Por fim, destaco o *interesse na criação de um museu*. Convém salientar que a RM foi criada com o intuito de no futuro ser transformada em museu, por isso esta instituição poderá estar recetível a este projeto.

Será necessário analisar as fraquezas deste projeto, começando pela *falta de investimento e de recursos humanos*. Uma das maiores fraquezas deriva da falta de meios financeiros e humanos na RM. Aquando do meu estágio apenas um técnico estava responsável por todas as funções da reserva, tornando o processo de incorporação mais demorado e a informação sobre os objetos mais incompleta. Os meios monetários eram igualmente escassos sendo que os materiais de armazenamento seriam os possíveis de angariar e adaptar às necessidades da RM. Outra das fraquezas advém do *tamanho da instituição e burocracia associada*. Como Paulo Adriano refere: “A reserva museológica foi pensada como o ponto de partida para a criação de um museu. Apenas quando tivermos a ideia da dimensão do acervo se poderá projetar um possível museu.”⁹⁶. Tratando-se de uma instituição de grandes dimensões, a reunião e inventariação dos objetos provenientes dos diversos serviços da instituição é um trabalho que

⁹⁶ Resposta do Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano à entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 29 de junho de 2020.

se tem prolongado há mais de dez anos e que parece não ter fim, dado que praticamente todos os meses, há novos contactos a indicar a existência de objetos nos vários serviços da DGRSP. Quando questionada sobre a concretização dos objetivos enunciados no manual de procedimentos da RM, sendo um deles a criação do espaço museológico, a chefe de divisão Cristina Santos refere: “Vamos tentando concretizar quase todos os objetivos. Numa instituição com a dimensão da DGRSP é muito difícil concretizar com rapidez cada etapa.”⁹⁷ É possível compreender que a dimensão da instituição, associada à burocracia que prolonga a duração de cada fase, poderão ser um dos pontos fracos deste projeto. As *Normas* associadas ao acesso ao interior do EPL poderão ser também um dos pontos fracos a ter em conta e serão um dos maiores obstáculos a ultrapassar, pois, será necessário chegar a um ponto de equilíbrio entre a segurança dos visitantes e o conforto dos mesmos. Por fim, há que considerar a *falta de estudo e pesquisa*, que será um dos pontos que necessitará de maior atenção aquando da criação do museu. Existe por isso a necessidade de um maior estudo, pesquisa e documentação dos objetos presentes na RM, antes de ser possível utilizá-los para construir narrativas no futuro museu.

Será necessário ainda analisar as principais oportunidades. Uma das maiores vantagens é o facto de este ser um museu *único em Portugal*. Como referido anteriormente, os museus deste tipo situam-se na sua maioria nos Estados Unidos, sendo que em Portugal os museus existentes focam-se somente nas prisões políticas deixando de parte as prisões de delito comum. Dessa forma, a criação deste museu seria uma oportunidade para preencher esse vazio em Portugal. Outra oportunidade a ser aproveitada é a *curiosidade do público*. Como Alana Barton e Alyson Brown (2015) referem, prisões, hospitais e asilos psiquiátricos são objeto de fascínio desde o séc. XVIII, aspeto denotado através das visitas ao Bethlem Royal Hospital. Atualmente, a prisão torna-se visível na sociedade através das representações dos media que se tornam parte da cultura popular e consciência coletiva. Assim, este fascínio por este tipo de instituições será uma oportunidade a ter em conta neste projeto, dado que poderá ser um ponto a favor na cativação do público. Outra oportunidade que poderá ser aproveitada é a *experiência*. Estar no local onde a prática ocorre é uma das mais-valias deste projeto, principalmente neste caso que diz respeito a um tipo de instituição fechada sobre si própria. Por fim, há que destacar a oportunidade deste projeto ter uma faceta *comunitária*, através da colaboração dos reclusos e jovens internados.

⁹⁷ Resposta da Dra. Cristina Maria Pires dos Santos à entrevista escrita enviada a 3 de junho de 2020 e recebida a 29 de junho de 2020.

Por fim, será necessário analisar as principais ameaças à concretização deste projeto. Em primeiro lugar há que ter em consideração a *marginalização*. Não obstante o fascínio que este tipo de instituição pode causar, falamos do local onde se encontram os indivíduos afastados da sociedade tornando-se por isso num sítio colocado de parte pela consciência coletiva. O que poderá ser visto por um lado como uma ameaça, pode ser importante porque pode permitir que as coleções apresentadas suscitem questões e debates. O papel dos Museus é o de informar, atualizar, conhecer, estudar e investigar, mas também questionar. Por fim, deverão ser considerados os *estereótipos* criados à volta deste tipo de instituição. Como mencionado na secção 1 do capítulo 2, referente aos museus da prisão, muitas são as pesquisas que assentam no carácter sensacionalista deste tipo de museus. Deverá ser tida em conta a ligação ao Dark Tourism, apontada na secção 1 do capítulo 2 no caso da Sinop Fortness Prison analisado por Servinc Aslan (2015) e que pode contribuir para o sensacionalismo. Como referido anteriormente, a inexistência ou existência limitada de objetos relacionados com violência e tortura, afastam este futuro museu de ligações profundas com o Dark Tourism apesar de as prisões fazerem parte por excelência deste tipo de turismo. Alana Barton e Alyson Brown (2015) analisam a maneira como os websites de museus da prisão no Reino Unido assentam na imagem do ‘outro aberrante’ contribuindo dessa maneira para a estigmatização e marginalização dos reclusos e ex-reclusos, algo que os programas apontados por Charlotte Coates procuram contrariar e que seria igualmente contrariado pelo futuro museu da DGRSP se este contar com a participação dos reclusos. Consequentemente, corre-se o risco de por um lado, cair nos estereótipos que as pessoas esperam encontrar num museu deste tipo, sendo que por outro lado, há sempre o perigo de manter o museu fiel à realidade, mas que não vá de encontro às expectativas dos visitantes que esperam encontrar um museu dedicado ao castigo, punição e até tortura e que possam estranhar a falta de objetos relativos a essas temáticas. Jaqueline Wilson (2008) frisou a distorção da história penal da Austrália nos museus penais nacionais para que estes se tornem mais apetecíveis no âmbito do turismo penal. A autora analisa as interpretações dos visitantes através do que lhes é apresentado, comparando a história real com a maneira como ela é contada no museu e interpretada pelos visitantes. Walby e Piché (2015) analisaram uma amostra de 45 museus penais no Canadá na tentativa de compreender como a cultura popular molda a expectativa do que se irá encontrar num museu da prisão e como ao mesmo tempo as próprias instituições moldam a história penal para que se encaixe nestas expectativas. Assim como o sistema penal deixou de ter como pilares a punição e castigo, o mesmo deveria acontecer com este museu que em vez de utilizar o sensacionalismo e o poder do turismo macabro como definidores da imagem do museu, esta seria centrada na educação e

reabilitação. Mostrando como seria o quotidiano na prisão através dos vários objetos expostos, mas também tendo em conta a reabilitação através dos objetos relacionados com a educação e formação dos reclusos. Logicamente que os objetos relacionados com o crime como as armas e objetos ilícitos, teriam que estar presentes, mas a temática da reabilitação seria a central neste museu, pois, é um aspeto central para a instituição. Há que ter em conta que o próprio EPL é um dos expoentes em Portugal dessa nova mentalidade, assente na reabilitação e reintegração, fazendo por isso todo o sentido que o museu no seu interior seja igualmente focado nessa matéria. Apesar da reabilitação ser uma das maiores preocupações da DGRSP, como é possível denotar através dos relatórios de atividades da instituição⁹⁸, onde este tema é mencionado vezes sem conta, a verdade é que os níveis de reincidência continuam a ser mais altos do que o esperado. Há que ter em consideração que os dados referentes à reincidência nos ex-reclusos portugueses foram apenas revelados pela Provedoria de Justiça em 1998, dando conta de 46.65% de reincidência⁹⁹ e em 2003, dando conta de 51% de reincidência¹⁰⁰. Da mesma forma, entre os anos de 2015 a 2017, o relatório de atividades da DGRSP dava conta que respetivamente 2133, 2121 e 2079 dos reclusos que deram entrada nos Estabelecimento Prisionais portugueses eram reincidentes. Esta informação deixou de figurar nos relatórios da DGRSP, sendo apenas instituídos programas de seguimento da taxa de reincidência em várias amostras de reclusos em liberdade condicional. O primeiro programa foi iniciado a partir de 2015 consistindo num programa de follow-up a 24 meses. Os primeiros resultados foram divulgados em 2017, onde foi notado 10,7% de novas condenações.¹⁰¹ Em 2018, foi tida em conta uma amostra de 952 reclusos, em que 134 destes, o equivalente a 14.1% tiveram novas condenações.¹⁰² Por fim, em 2019 numa amostra de 947 assistiu-se a 259 condenações, o equivalente a 22,7% de reincidência¹⁰³. Assim, assiste-se a um aumento constante na percentagem de condenações de ex-reclusos, contrariando a eficácia da reabilitação e reintegração na sociedade. No que diz respeito ao número de reclusos envolvidos em ofertas

⁹⁸ Os relatórios de atividade permitem conhecer quais os resultados atingidos e os recursos utilizados pela DGRSP num determinado ano. Os relatórios referentes aos anos 2005-2019 podem ser consultados online: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Instrumentos-de-gest%C3%A3o/Relat%C3%B3rio-de-atividades> (consultado a 7 de junho de 2021)

⁹⁹ Provedor de Justiça. (1999). *AS NOSSAS PRISÕES II Relatório especial do Provedor de Justiça à Assembleia da República - 1998*.

¹⁰⁰ Idem (2003). *AS NOSSAS PRISÕES III*.

¹⁰¹ Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Ministério da Justiça (2019). *Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2019*, p. 197-200

¹⁰² Idem. (2018). *Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2018*, p. 241-243

¹⁰³ Idem. (2019). *Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2019*, p. 197-200

escolares, formativas e em atividade laboral, podemos considerar que estas atividades não envolvem ainda à totalidade da população prisional. Em 2018, num universo de 12867 reclusos, 3.209 (24%) se encontravam a frequentar atividades escolares; 1.129 (8,77%) frequentavam formações profissionais e 5.890 (45,77%) reclusos se encontravam em atividade laboral¹⁰⁴. No ano seguinte, num universo de 12793 reclusos, 3680 (28,77%) frequentaram atividades escolares; 1236 (9,66%) frequentaram formações profissionais e 6051 (47,30%) estavam em atividade¹⁰⁵. Por fim, em 2020, num universo de 11412 reclusos, 2148 (18,82%) frequentaram atividades escolares; 864 (7,57%) frequentaram formações profissionais e 5430 (47,78%) encontrava-se em atividade¹⁰⁶. Mostrando por isso que, por muito que seja referida a educação e formação como pilares do sistema prisional, a realidade é que nestes três anos, a percentagem de reclusos em atividade não chegou aos 50%; a percentagem relativa aos reclusos que participam em formações profissionais não atinge os 10% e a percentagem de reclusos a participar em atividades escolares, não chega aos 30% tendo descido no último ano. Se tivermos em consideração os valores globais, estes mostram-nos que 78,54% (2018), 85,73% (2019) e 74,17% (2020) dos reclusos participam em alguma atividade, quer seja escolar, formativa ou laboral, podendo considerar-se que uma grande maioria da população prisional tem algum tipo de ocupação. Por muito animadores que sejam estes valores, estes podem sempre ser melhorados, através de um maior investimento para fazer chegar a educação, formação e atividades laborais a uma maior percentagem da população prisional.

No caso dos jovens, foi igualmente instituído um programa de follow-up, pelo que irei apresentar os dados relativos somente a jovens que terminaram as medidas de internamento em centro educativo. Os dados relativos a 2017, têm em consideração 191 jovens, dos quais 41 (21,59%) reincidiram e 26 (13,6%) mostraram indícios de reincidência¹⁰⁷. No ano seguinte, foi tida em consideração uma amostra de 177 jovens, assistindo-se apenas a 17 (10%) reincidências e 25 (14%) mostraram indícios de reincidência¹⁰⁸. Por fim, em 2019, foi tida em consideração

¹⁰⁴ Estatísticas e Indicadores Prisionais anuais 2018 – Disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2018> (consultado a 7 de junho de 2021)

¹⁰⁵ Estatísticas e Indicadores Prisionais anuais 2019 – Disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2019> (consultado a 7 de junho de 2021)

¹⁰⁶ Estatísticas e Indicadores Prisionais anuais 2020 – Disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2020> (consultado a 7 de junho de 2021)

¹⁰⁷ Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Ministério da Justiça. (2017). *Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2017*, p. 290-293

¹⁰⁸ Idem. (2018). *Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2018*, p. 292-295

uma amostra de 188 jovens, assistindo-se a 13 (7%) reincidências e 25 (13%) indícios de reincidência¹⁰⁹. É possível observar uma tendência decrescente no nível de reincidência, ao contrário dos dados referentes aos adultos. Assim, é possível compreender que a aposta na educação e reabilitação destes jovens está a ter resultados mais satisfatórios do que no caso dos adultos.

Relativamente à integração escolar, formativa e laboral dos jovens libertados, os dados apresentados são bastante animadores. Em 2015 esta taxa encontrava-se nos 57%¹¹⁰, tendo aumentado para 69% no ano seguinte¹¹¹. Em 2017, a taxa de integração subiu para os 76%¹¹², atingindo o seu auge em 2018 com 91%¹¹³ e em 2019 encontrando-se nos 87%¹¹⁴. Estes dados mostram que os esforços para integrar os jovens que estiveram internados em regime de Centro Educativo estão aparentemente a funcionar e mantendo-se desse modo, poderão significar uma taxa de reincidência cada vez menor.

4.3. Considerações Finais

Após o meu primeiro contacto com a RM da DGRSP através de uma visita de grupo e mais tarde através da experiência dos 3 meses de estágio nesta, percebi que este património, para muitos desconhecido, é algo sobre o qual seria importante existir uma maior divulgação. Assim, surgiu a seguinte questão de investigação da qual partiu este trabalho: *É possível a elaboração de um projeto de musealização do acervo da DGRSP, que permita a sua divulgação e fruição, mas que seja também uma ferramenta de reinserção social de reclusos e jovens internados em centros educativos*. Neste trabalho tentei cumprir os objetivos que propus, designadamente o principal, isto é, a projeção de um espaço museológico e o secundário, ou seja, dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela RM e os contextos em que esta se insere.

Considero que o objetivo secundário foi concluído com sucesso, uma vez que assentava numa matriz mais bibliográfica e exploratória sendo uma exposição mais descritiva sobre as características da DDA e mais concretamente da RM, mas também a tentativa de compreender

¹⁰⁹ Idem. (2019). Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2019, p. 241-245

¹¹⁰ Idem. (2015). Relatório de Atividades e Autoavaliação 2015, p. 163

¹¹¹ Idem. (2016). Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2016, p. 192

¹¹² Idem. (2017). Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2017, p. 286

¹¹³ Idem. (2018). Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2018, p. 300

¹¹⁴ Idem. (2019). Relatório de Atividades e Autoavaliação Atividades 2019, p. 246

os contextos em que esta se insere no panorama do direito penal e qual o seu lugar no seio da DGRSP.

No que diz respeito ao objetivo central desta dissertação, isto é, a projeção de um futuro espaço de exposição do acervo da RM que pudesse cumprir todos os requisitos do ICOM e da Lei Quadro dos Museus Portugueses, considero que as restrições impostas pela pandemia do Covid-19, inviabilizaram um maior desenvolvimento do programa museológico apresentado. Tal ocorreu não apenas devido à impossibilidade de um novo trabalho de terreno, sendo apenas utilizada a informação bibliográfica e a informação proveniente do meu trabalho de estágio, bem como devido ao facto das entrevistas terem que ter sido realizadas por e-mail, limitando o seu campo de ação. Infelizmente, no decorrer deste trabalho, a responsável pela RM durante o meu estágio, a Dra. Pilar Reis, saiu deste posto de trabalho, pelo que não pôde responder às minhas perguntas. Não foi igualmente possível entrar em contacto com o novo/a responsável pela RM. Consequentemente algumas perguntas que seriam pertinentes para este trabalho ficaram sem resposta. Outro aspeto que não pôde ser aprofundado foi o ponto de vista dos reclusos sobre a RM e o interesse em fazer parte desta. Durante muito tempo as próprias visitas dos familiares aos reclusos estiveram interditas, tornando impossíveis entrevistas com os mesmos que poderiam ter tornado este trabalho muito mais rico e completo.

Finalmente, no geral penso que consegui mostrar a importância deste património e chamar à atenção para a sua conservação, fornecendo algumas bases para a sua futura musealização. Assim, a pertinência deste trabalho reside no destaque dado a estas peças durante muito tempo esquecidas e negligenciadas; ao trabalho dos que se esforçam para as salvaguardar e a todos os significados que transportam e por fim, no planeamento de um futuro espaço que permita expô-las e transmitir o seu conhecimento ao público.

Apesar de ser ainda necessário um maior desenvolvimento deste programa museológico antes de se tornar possível de aplicar a um futuro museu da RM, espero sinceramente que esta minha tentativa surja como uma motivação para que a DGRSP comece a trabalhar nesse sentido. Espero igualmente que a criação de um museu seja um passo mais próximo do que antecipo e que esta dissertação tenha sido bem-sucedida não apenas em apresentar o trabalho realizado na RM, bem como em provar a sua importância dentro do contexto penal e social e em destacar a emergência da divulgação deste relevante acervo museológico.

Fontes

Recursos Digitais

Newsletters da Divisão de Documentação e Arquivos Históricos
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Arquivo/Biblioteca/Newsletters> (Consultado a 15 de junho de 2021)

Estatísticas da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2020>

Relatórios de Atividades e Autoavaliação da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Instrumentos-de-gest%C3%A3o/Relat%C3%B3rio-de-atividades> (Consultado a 15 de junho de 2021)

Associação dos Amigos da Torre do Tombo <https://www.aatt.org/>

Site do Ministério da Justiça <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mj/quero-saber-mais/quero-aprender/historia-do-mj.aspx> (Consultado a 15 de Junho de 2021)

Normas de Acesso ao Arquivo Histórico
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Arquivo/Arquivo-hist%C3%B3rico> (Consultado a 15 de junho de 2021)

Legislação

Lei de 23 de agosto de 1821.

Constituição de 23 de setembro de 1822

Carta Constitucional de 29 de abril de 1826

Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 20 de março de 1838

Regulamento Provisório de Polícia de Cadeias de 12 de janeiro de 1843.

Reforma Penal e de Prisões de 1867.

Regulamento das Cadeias Cíveis do Continente do Reino e Ilhas adjacentes de 1872.

Ato Adicional à Carta Constitucional de 5 de julho de 1852.

Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte em Portugal de 1867.

Regulamento das Cadeias Cíveis do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes. Decreto de 21 de setembro de 1901. Diário do Governo nº217/1901

Decreto de 8 de outubro de 1910. Diário do Governo nº4/1910 – I Série. Lisboa: Presidência do Governo Provisório da República

Constituição de 26 de agosto de 1911

Decreto nº 1105/1914 de 26 de novembro. Diário do Governo nº 122/1914 – I Série. Lisboa: Ministério da Justiça

Lei nº 635/1916 de 28 de setembro. Diário do Governo nº197/1916 – I Série. Lisboa: Presidência da República

Decreto nº 10767/1925 de 15 de maio. Diário do Governo nº 106/1925 – I Série. Lisboa: Ministério da Justiça e dos Cultos

Portaria nº 4882/1927 de 18 de maio. Diário do Governo nº 101/1927 – I Série. Lisboa: Ministério da Justiça e dos Cultos - Administração e Inspeção Geral dos Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores

Decreto n.º 12549/1927 de 10 de novembro. Diário da República n.º 249/1927 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça e dos Cultos

Decreto n.º 15162/1928 de 5 de março. Diário do Governo n.º 57/1928 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça e dos Cultos

Decreto n.º 20877/1932 de 13 de fevereiro. Diário do Governo n.º 37/1932 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça e dos Cultos

Decreto n.º 21175/1932 de 28 de março. Diário do Governo n.º 100/1932 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça e dos Cultos

Decreto-Lei n.º 22708/1933 de 20 de junho. Diário do Governo n.º 136/1933 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça e dos Cultos

Decreto-Lei n.º 26643/1936 de 28 de maio. Diário do Governo n.º 124/1936 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça

Decreto de lei n.º 40876/1956 de 24 de novembro. Diário do Governo n.º 256/1956 – I Série.
Lisboa: Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro

Constituição de 2 de abril de 1976. Aprovada pelo Decreto de 10 de abril. Diário Da República
n.º 86/1976 – I Série. Lisboa: Presidência da República

Decreto-Lei n.º 314/1978 de 27 de outubro. Diário da República n.º 248/1978 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça

Decreto-Lei n.º 319/1982 de 11 de agosto. Diário da República n.º 184/1982 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça

Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto. Diário da República n.º 195/2004 – I Série A. Lisboa.
Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro. Diário da República n.º 189/2012 – I Série. Lisboa:
Ministério da Justiça

Despacho n.º 9954/2013 de 30 de julho – Diário da República n.º 145/2013 – II Série. Lisboa:
Ministério da Justiça – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Portaria n.º 300/2019 de 11 de setembro – Diário da República n.º 174/2019 - I Série. Lisboa:
Ministérios das Finanças e da Justiça

Despacho n.º 8140-B/ 2019 de 13 de setembro – Diário da República n.º 176/2019 – II Série.
Lisboa: Ministério da Justiça – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Sociais

Bibliografia

- Adriano, P. (2010). *Penitenciária Central de Lisboa: A casa do silêncio e o despontar da arquitectura penitenciária em Portugal*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/3660>
- Adriano, P. (2020). O património prisional português: um roteiro arquitetónico bicentenário. *Sombras e Luzes*, 3 & 4, 179–216.
- Agarez, R., & Bandeira, F. (2005). *Cadeia Penitenciária de Lisboa / Estabelecimento Prisional de Lisboa*. Arquitectura Judicial e Prisional Portuguesa. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7815
- Amaral, J. (2012). Gestão de acervos em reservas museológicas. *ICOM Portugal*, 15(II), 2–8.
- Amaral, J. (2011). *Gestão de acervos: proposta de abordagem para a organização de reservas*. [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://run.unl.pt/handle/10362/7244>
- Aslan, S. (2015). Prison Tourism As a Form of Dark Tourism. *Journal of International Social Research*, 8(40), 600–608. <https://doi.org/10.17719/jisr.20154013942>
- Barton, A., & Brown, A. (2015). Show me the prison! The development of prison tourism in the UK. *Crime, Media, Culture*, 11(3), 237–258. <https://doi.org/10.1177/1741659015592455>
- Beccaria, C. (2019). *Dos delitos e das penas* (P. Oliveira, Trad.). Edipro.
- Bradley, S. (2005). Do Objects have a finite lifetime?. Em S. Knell (Ed.), *Care of Collections* (pp. 55–64). Routledge.
- Brimblecombe, P. (2017). *Air Pollution Episodes*. World Scientific Publishing Company.
- Bruggeman, S. (2012). Reforming the Carceral Past First- - Century Prison Museum. *Radical History Review*, 113, 171–187. <https://doi.org/10.1215/01636545-1504975>
- Brulon, B. (2015). Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. *Informação e Sociedade*, 25(1), 25–37.
- Carvalho, A. J. (2015). *Gestão de Museus: O caso do Museu Nacional de Arqueologia*. [Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa] Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/17242>.
- Carvalho, A. (2004). *Circulação de bens culturais móveis*. Instituto Português de Museus.
- Coates, C. (2019). How are Museums working with Prisons, Ex-Offenders and exploring the justice system? *Museum Next*. <https://www.museumnext.com/article/museums-prisons-and-ex-offenders/>
- Cunha, A. (2013). *Práticas educativas em contexto prisional*. [Trabalho de projeto de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/10236>.
- DE guichen, G. (1999). Preventive conservation: a mere fad or far-reaching change? *Museum International*, 51(1), 4–6. <https://doi.org/10.1111/1468-0033.00183>
- Divisão de Documentação e Arquivo. (2017). *Manual de Procedimentos da Reserva Museológica da DGRSP*.
- Fatela, J. (1989). *O sangue e a rua : elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*. Publicações Dom Quixote.
- Fernandes, A. (2007). Gestão Museológica e Sistemas de Qualidade. *Cadernos de Museologia*, 28, 135–148.
- Fernandes, J. (1958). *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira, 1871-1958*. Oficinas Gráficas do Reformatório Central de Lisboa.
- Foucault, M. (2011). *Vigiar e punir : Nascimento da Prisão* (39º ed). Editora Vozes.
- Froner, Y.-A., & Souza, L. (2008). Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios.

Escola de Belas Artes - UFMG.

- Gillespie, K. (2018). Placing Angola : Racialisation , Anthropocentrism , and Settler Colonialism at the Louisiana State Penitentiary ' s Angola Rodeo. *Antropode*, 50(5), 1267–1289. <https://doi.org/10.1111/anti.12393>
- Hernández, F. (2008). *Manual de museologia*. Editorial Síntesis.
- Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). (2007). *Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/ljf/ipmplaniconservacaopreventiva.pdf>
- Lopes, J. (1993). Achegas para a história do Direito Penitenciário Português. *Boletim Do Ministério da Justiça*, 5–173.
- Lord, B. (2001). *The manual of museum exhibitions*. Rowman Littlefield Publishers.
- Pinho, E. & Freitas, I. (2000). *Normas de Inventário: Normas Gerais*. Instituto Português de Museus. http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP_AD_NormasGerais.pdf
- Pinniger, D., & Winsor, P. (1998). *Integrated Pest Management: Practical, Safe and Cost-effective Advice on the Prevention and Control of Pests in Museums*. Museums & Galleries Commission.
- Plenderleith, H., & Werner, A. (1971). *The Conservation of Antiquities and Works of Art: Treatment, Repair and Restoration*. Oxford University Press.
- Roseira, A. (2014). Do carcereiro ao guarda prisional: (re)configurações sociais de uma profissão. *Configurações*, 13, 69–78. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2403>
- Ross, J. (2012). Touring imprisonment: A descriptive statistical analysis of prison museums. *Tourism Management Perspectives*, 4, 113–118. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.07.001>
- Rowlison, E. (1994). Rules for handling works of art. Em S. Knell (Ed.), *Care of Collections* (pp. 202–211). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203974711>
- Schrift, M. (2004). The Angola Prison Rodeo: Inmate Cowboys and Institutional Tourism. *Ethnology*, 43(4), 331–344. <https://doi.org/10.2307/3774031>
- Staniforth, S. (2013). *Historical perspectives on preventive conservation*. The Getty Conservation Institute.
- Teixeira, L., & Ghizoni, V. (2012). Conservação preventiva de acervos. Em *Colecção Estudos Museológicos* (Vol. 1). Fundação Catarinense de Cultura
- Thomson, G. (1994). *Museum Environment* (2^o Ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080512310>
- Turner, J., & Peters, K. (2015). Doing time-travel Performing past and present at the prison museum. Em K. Morin & D. Moran (Eds.), *Historical Geographies of Prisons: Unlocking the Usable Carceral Past* (pp. 71–87). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315724997>
- Walby, K., & Piché, J. (2015). Making meaning out of punishment: Penitentiary, prison, jail, and lock-up museums in Canada. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 57(4), 475–502. <https://doi.org/10.3138/cjccj.2014.E15>
- Welch, M. (2013). Penal tourism and a tale of four cities: Reflecting on the museum effect in London, Sydney, Melbourne, and Buenos Aires. *Criminology & Criminal Justice*, 13(5), 479–505. <https://doi.org/10.1177/1748895812474660>

Anexos

A. Entrevistas

Dra. Cristina Maria Pires dos Santos

1- Desde que ano está no cargo de chefe da Divisão de Documentação e Arquivo?

C: Assumi funções nesta divisão em setembro de 2013

2 – Na maioria das vezes são as Unidades Orgânicas ou os Serviços Desconcentrados da DGRSP que contactam a divisão para informar da existência de objetos para a reserva, mas também poderá haver casos em que seja a reserva a contactar as Unidades Orgânicas e Serviços Desconcentrados da DGRSP por saber da existência de objetos que seriam uma mais valia para a reserva? Neste último caso quais são os critérios para ser efetuado este pedido? Será pela raridade ou singularidade do objeto, pelo seu valor histórico ou por ter perdido o seu valor de uso?

C: Sim, muitas vezes somos nós que despoletamos e incentivamos a entrega dos objetos com interesse histórico. Não temos critérios de seleção, porque queremos recolher o máximo possível de peças para que nada se perca. Mas é claro que a singularidade e raridade são uma das prioridades.

3 – No caso de ser a RM a receber o pedido de transferência, quais as justificações das Unidades Orgânicas ou dos Serviços Desconcentrados da DGRSP para considerar que os objetos deverão ser transferidos para a reserva museológica?

C: Atualmente as unidades orgânicas já têm conhecimento do nosso trabalho e sabem que é da nossa competência a preservação do património. Por norma aceitamos tudo o que nos enviam e fazemos nós uma seleção posterior do que fica ou não na RM.

4 – Em que medida considera a Reserva Museológica importante para a DGRSP? Porquê?

C: A RM é importantíssima, porque reflete a história da instituição. Preserva e revela a história da instituição.

5 – Dadas as características da instituição em que a reserva museológica está inserida, as visitas apenas podem ser feitas com motivos de investigação válidos. Quais são os principais motivos dos investigadores que visitam a reserva?

C: A reserva ainda não é visitável, mas os fins são normalmente académicos.

6 – Já foram emprestados algum tipo de objetos da reserva? Para que fim?

C: Sim, emprestamos peças para outras instituições normalmente para exposições.

7 - Por que razão foi considerada necessária a elaboração de um manual de procedimentos para a RM e quem foi o autor principal do manual?

C: O manual de procedimentos é importante para uniformizar procedimentos. E também para que quem vier a seguir, perceba porque se fez determinado procedimento. O manual foi feito no âmbito dos objetivos da unidade orgânica.

8 – No Manual de procedimentos é referido que a reserva museológica tem como objetivo futuro a criação de um museu. Que tipo de museu seria? Qual seria esta “memória institucional” que o museu transmitiria, ou seja, seria a memória da DGRSP? Do EPL? Do sistema prisional?

C: A memória da DGRSP e do sistema prisional em Portugal. O EPL é uma peça fundamental dentro desse sistema.

9 – No manual de procedimentos é referido que a RM “(...) direciona o seu esforço para a conservação, preservação e valorização da cultura científica (...)”. O que se pode entender por “cultura científica”? Abrange apenas instrumentos ou também outras formas de arquivo como fotografias, relatos e outras formas de arquivo?

C: Todas as formas de arquivo que suportem informação, suscetível de ser guardada como memória da instituição.

10 – No manual de procedimentos da RM, é descrito que a RM tem como missão “Apoiar as entidades/instituições responsáveis e interessadas pela área da justiça na definição e execução da política criminal(...)”. Considera que esta missão tem sido concretizada?

C: Considero que sim. Cada ano temos mais investigadores e colaboramos com mais instituições.

11- Que aspetos do manual ainda não foram concretizados e quais são os de mais difícil concretização?

C: Vamos tentando concretizar quase todos os objetivos. Numa instituição com a dimensão da DGRSP é muito difícil concretizar com rapidez cada etapa.

12 – No Manual de procedimentos, na parte referente à recolha de património imaterial, é referida a recolha de “(...) testemunhos dos trabalhadores ou quaisquer outras pessoas ligadas à instituição (...)”. Neste âmbito são também recolhidos testemunhos dos prisioneiros ou é uma visão deixada de lado pelas recolhas?

C: Deixada de lado, nunca. Adiada por falta de meios humanos e materiais.

13- Considera que seria útil para os prisioneiros verem uma exposição sobre a instituição? Porquê?

C: Prisioneiro, não é o termo correto. Reclusos é o termo correto. Sim, uma exposição deve ter sempre o lado educativo e didático. Conta sempre uma história e é interessante ver uma exposição do passado dos espaços que hoje habitamos.

Dr. Paulo Jorge Antunes dos Santos Adriano

1 - Quando começou a trabalhar na reserva museológica?

P: Ano de 2010

2 – Pelo que percebi, o doutor Paulo foi um dos primeiros a trabalhar na reserva museológica. Como começou o projeto para uma reserva com os objetos da DGRSP? Quais foram as maiores influências? Houve inspiração em alguma iniciativa nacional ou internacional?

P: Exerci as funções de guarda prisional entre 1995 e 2010. Licenciiei-me em História da Arte e Património, e obtive o grau de Mestre com uma tese sobre a Penitenciária de Lisboa. Tomei consciência da dimensão da instituição e da falta de um arquivo central sistematizado e organizado assim como da falta de um projeto de salvaguarda do património museológico. Assim, em 2010 apresentei uma proposta ao Diretor Geral dos serviços prisionais para se dar início ao levantamento nacional de peças de interesse museológico para salvaguardar e divulgar a memória histórica da instituição. As peças seriam reunidas na infraestrutura do Arquivo Histórico localizado no Estabelecimento Prisional de Lisboa, com o objetivo de, futuramente, ser criado um espaço museológico para a divulgação da história da instituição. Quando a DGSP foi fundida com a DGRS, passámos também a integrar o acervo de interesse museológico daquela instituição.

3- No início, a RM foi pensada apenas como um espaço de depósito ou tinha já em mente a hipótese futura de um possível museu? Se já havia a hipótese de um possível museu, que tipo de museu tinha em mente?

P: A reserva museológica foi pensada como o ponto de partida para a criação de um museu. Apenas quando tivermos a ideia da dimensão do acervo se poderá projetar um possível museu.

4- Quais as principais preocupações no início do projeto e quais as maiores dificuldades sentidas?

P: Lutar contra o apagamento de memória e sensibilizar a instituição para a importância e dimensão do seu percurso histórico que urgia reunir, preservar e divulgar.

5- Quais foram os primeiros objetos a chegar à reserva e de onde eram provenientes? Quais foram os critérios utilizados para a escolha destes objetos?

P: Objetos do estabelecimento Prisional de Lisboa e do Estabelecimento Prisional de Alcoentre porque foram os primeiros EP's a dar arranco ao tratamento dos respetivos arquivos. O EP de Alcoentre tinha uma maior consciência da sua importância histórica, tendo já constituído um pequeno museu interno, que foi integrado na reserva museológica. Quanto aos critérios, temos em linha de conta a produção/existência da peça no contexto históricos da instituição. Podem ser peças utilizadas no âmbito das funções da instituição, como fardamentos de reclusos, de menores (centros educativos) ou de guardas prisionais, ou objetos produzidos nas oficinas, como mobiliário ou peças de cerâmica. Nesta fase estamos a tentar reunir, tudo o que sobreviveu ao desinteresse que emergiu dentro da própria instituição, nas últimas duas décadas que levou à destruição de peças.

6 - Em que medida considera a Reserva Museológica importante para a DGRSP? Porquê?

P: É a melhor maneira de preservar e divulgar a memória histórica da instituição

7 – Foram realizadas algumas iniciativas na altura em que foi responsável pela RM? Foram cedidos alguns objetos para exposição?

P: Desde 2010, todos os anos temos realizado e participado em pequenas exposições relacionadas com a história e evolução da justiça portuguesa. A criação de uma newsletter também foi importante na divulgação do património museológico e arquivístico da instituição.

Dra. Pilar Miguel

1 - Quando começou a trabalhar na reserva?

2 - Em que medida considera a Reserva Museológica importante para a DGRSP? Porquê?

3 - Sente algumas limitações pela RM se localizar numa instituição com regras muito específicas? Quais?

4 - Quais foram as principais iniciativas levadas a cabo durante o tempo em que está na RM? Foram efetuados empréstimos de objetos para exposições? Se sim, quais?

5 - Há planos para outras iniciativas no futuro?

6 - Como caracterizaria a reserva museológica? Ou seja, caracterizá-la-ia como uma reserva sobre a história da prisão, sobre o quotidiano da prisão, sobre a memória da DGRSP ou de outra maneira?

7- A questão do quotidiano e condições de vida do prisioneiro tem alguma representatividade na reserva museológica ou sente que este aspeto é um pouco deixado de parte?

8- Na RM é abordado o assunto da violência física e técnicas punitivas? Existem objetos sobre este assunto?

9- Há alguma categoria de objetos que se encontre em maior quantidade na RM? Sente que há lacunas, ou seja, algum objeto que deveria fazer parte da RM mas que até agora não exista nenhum exemplar?

10 - Em média, quantos objetos são inventariados por ano?

11 - Que tipo de informação sente que se encontra mais ausente no inventário?

12- Qual o principal critério de escolha dos objetos presentes na RM? Ser um objeto único, raro ou singular, a sua história, a sua antiguidade ou a sua representatividade?

13 - Na classificação dos objetos é dada mais importância à cronologia ou à temática do objeto? Porquê?

14 - Tendo em consideração o caso específico dos objetos da oficina de sapataria do Centro Educativo da Bela Vista, considera que estes objetos têm um papel importante no estabelecimento de uma história da formação dos centros educativos? E que neste caso, assim

como no caso de objetos relacionados com o sistema educativo uma ordem cronológica poderia ser uma mais valia para entender que mudanças foram efetuadas durante os tempos?

15- No manual de procedimentos da RM, é explicitado que a reserva museológica tem em vista a criação de um museu. Quais são os maiores obstáculos para a criação de um espaço expositivo?

16- No âmbito de uma exposição que tivesse como objetivo dar a conhecer o trabalho realizado na RM, que tipo de público pensa que poderia estar interessado em visitar essa exposição?

17 - Que objetos consideraria que não poderiam faltar nessa exposição? Porquê?

Agradeço imenso a vossa colaboração.

Patrícia Almeida

B. Modelo do Auto de Cedência

DDAH – Divisão de Documentação e Arquivo Histórico 25



Anexo II Auto de Cedência

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**
JUSTIÇA

AUTO DE CEDÊNCIA

A 5 de junho de 2017, procedeu-se à **cedência temporária** do seguinte objeto museológico pertencente ao acervo museológico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais/Divisão de Documentação e Arquivo Histórico, à Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, para integrar a exposição comemorativa dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal:

- Capuz Penitenciário com o nº de tombo: DGRSP-RM-01531

O representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

O representante da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa de Cruz do Tordal, n.º 11 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218832200 – Fax. 218803895 – E-mail: dscopr@dgnp.mj.pt
Apartado 21207 – 1150-001 Lisboa

DDAH – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA RESERVA MUSEOLÓGICA DA DGRSP 25

Fonte: Divisão de Documentação e Arquivo. (2017). Manual de Procedimentos da Reserva Museológica da DGRSP.

C. Fotografias – Limpeza e etiquetagem dos objetos



Fotografias da autoria de Pilar Miguel tiradas durante o processo de limpeza (esquerda) e etiquetagem (direita) de objetos incorporados na Reserva Museológica.

D. Fotografia - Visita ao Centro Educativo da Bela Vista



Objetos recolhidos no Centro Educativo da Bela Vista após a seu acondicionamento para transporte. Fotografia da autoria de Pilar Miguel.

Anexo E. Fotografias – Coleção de Sapateiro



A coleção de Sapateiro no local onde foi encontrada no Centro Educativo da Bela Vista. Fotografias da autoria de Pilar Miguel.



A coleção de sapateiro do Centro Educativo da Bela Vista durante o seu processo de incorporação na Reserva Museológica. Fotografias da autoria de Pilar Miguel.